



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
DOUTORADO EM SAÚDE COLETIVA

Mônica Machado Cunha e Mello

**A Violência contra Corpos Trans e Travestis: O Dispositivo da Transexualidade e
suas Implicações na Saúde Coletiva**

Florianópolis

2024

Mônica Machado Cunha e Mello

**A Violência contra Corpos Trans e Travestis O Dispositivo da Transexualidade e
suas Implicações na Saúde Coletiva**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutora em Saúde Coletiva

Orientador: Prof. Rodrigo Otávio Moretti Pires, Dr.
Coorientador: Prof. Marcos Cláudio Signorelli, Dr.

Florianópolis

2024

Mello, Mônica Machado Cunha

A violência contra corpos trans e travestis : o dispositivo da transexualidade e suas implicações na saúde coletiva / Mônica Machado Cunha Mello ; orientador, Rodrigo Otávio Moretti-Pires, coorientador, Marcos Claudio Signorelli, 2024.

178 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Saúde Coletiva. 2. corpos transvestigeros. 3. teoria queer. 4. violência. I. Moretti-Pires, Rodrigo Otávio . II. Signorelli, Marcos Claudio. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. IV. Título.

Mônica Machado Cunha e Mello

A Violência contra Corpos Trans e Travestis O Dispositivo da Transexualidade e suas Implicações na Saúde Coletiva

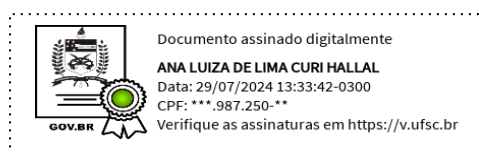
O presente trabalho em nível de Mestrado/Doutorado foi avaliado e aprovado, em 10 de maio de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Flávia do Bonsucesso Teixeira, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Uberlândia

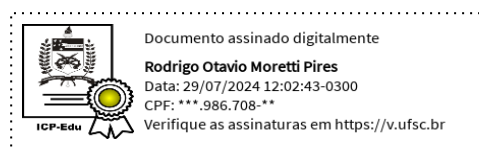
Prof.(a) Jorge Leite Júnior, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de São Carlos

Prof.(a) Sheila Rubia Lindner, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.(a) Rodrigo Otávio Moretti-Pires, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2024

À Fabrizia, Kelly e Lirous

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de seis anos de dedicação e superação de desafios. Ao longo desse período, pude contar com o apoio e incentivo de várias pessoas, às quais gostaria de expressar meu agradecimento. Agradeço meus pais que puderam me apoiar desde o início da minha trajetória acadêmica, oferecendo suporte emocional e financeiro para que eu pudesse concluir minha pesquisa. À minha mãe, Bete, que sua escolha pela psicanálise permitiu minha identificação nessa área, além de seu otimismo para não desistir em momentos em que as coisas parecem não ter saída. Ao meu pai, Eugênio, conhecido pelo seu interesse pelas histórias das pessoas e pela sua generosidade no olhar com o outro, aprendi isso com você. A minha irmã, Marina, a quem sempre admirei sua dedicação aos estudos, e que me fez querer saber um pouco mais sobre conhecimentos históricos-sociais.

Àquelas pessoas que são laços afetivos importantes e que servem de apoio na vida, entre elas estão Priscila Dalpiaz, Dedé Minari, Leandra Alves, minha prima Valéria, Felipe Biguzzi. Ao Felipe, devo muito a essa trajetória, pois foi sempre quem me incentivou e deu empurrões quando eu queria fugir das minhas responsabilidades. Além disso, minhas conversas sobre a vida com ele com certeza fizeram parte de grande parte do conteúdo escrito nesta tese. Pilozinha, Priscila Dalpiaz, também tem uma grande contribuição no meu amadurecimento na vida.

Agradeço aos meus amigos das ciências sociais e agregados que ajudaram em muito no meu desenvolvimento crítico social, além das cervejas e escapadas tão necessárias durante esse período conturbado no contexto brasileiro entre 2018 e 2022. Marcela Vianna, Vini Lanças, Dani Rebel, Myke, João Mário, Tauane, Rafa, Lígia e Celso. Ao Vini Lanças, em especial, agradeço a todas as conversas e livros emprestados durante esse período; espero produzir muitos artigos contigo no futuro!

Aos meus familiares, que sustentaram comigo as minhas ligações durante a época da pandemia, em que eu estava isolada sozinha em casa, e logo após a pandemia, ao meu primo Eduardo e à Tia Edméia, que estiveram muito presentes comigo em Florianópolis.

Aos meus amigos do Epícoras: João Batista, Virgínia Portes e Stephany, muito obrigada pela parceria nas escritas dos artigos. Ao Dalvan Campos minha eterna admiração com o cuidado com as pessoas e com a linda capacidade de transformar palavras em poesia. Ale Mujica (distante, mas sempre presente).

Aos meus analistas, Oscar Reymundo, que sustentou comigo todas as dificuldades que o doutorado exigiu de mim, e Laureci Nunes, que permitiu que eu fizesse mudanças

significativas na minha vida e acreditasse ser possível sustentar um percurso de mestrado e doutorado.

Ao pessoal da ADEH, sem quem eu jamais seria a pessoa que sou; sua receptividade e aceitação foram fundamentais na minha vida: Fabrizia, Lirous, Matheus, Kelly, Kio, Marcelo e Laurinha.

Aos colegas do Grupo de pesquisa da professora Mériti Souza do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC: Vinicius Barros, Fernanda Albrecht, Leticia Souza, Pedro Eccher, Marina Guedes, Rosana Schwerz, Gustavo Angeli.

A professora Mériti Souza, sou grata à sua receptividade, generosidade, orientação e tenho em você um respeito muito grande à forma como conduz pesquisa e a transmissão de conhecimentos tão contra-hegemônicos.

Ao professor Marcos Signorelli, meu coorientador, que sempre serviu de suporte quando precisei de mais uma opinião, além de contribuir muito para a tese.

Ao meu orientador, Rodrigo Moretti, fica meu eterno agradecimento por sempre acreditar em mim e por ver coisas que eu não conseguia enxergar durante essa trajetória.

Por fim, gostaria de agradecer à banca pelas valiosas contribuições, que não se restringem ao que foi considerado na redação final da tese, mas que servirão como um guia fundamental para minha trajetória futura.

RESUMO

O Brasil lidera as estatísticas globais como o país onde mais se assassina a população trans e travesti, com uma expectativa de vida estimada em apenas 35 anos. No entanto, esses dados são supostos devido à ausência de reconhecimento oficial dessas pessoas nos registros censitários do país. A coleta de informações sobre a violência enfrentada por essa população é realizada por organizações civis, com base em dados provenientes de movimentos sociais e reportagens da mídia. As pessoas trans e travestis se configuram como corpos não-inteligíveis na sociedade e a violência que sofrem são reiteradas que ultrapassam atos deliberados intencionais. A não-inteligibilidade do corpo trans reside na condição de abjeção que estes corpos se encontram por não performarem a binaridade de gênero do verdadeiro sexo masculino ou feminino. Neste cenário, conduziu-se uma pesquisa qualitativa, fundamentada na abordagem fenomenológica-hermenêutica, com o objetivo de compreender o fenômeno da violência contra a população trans e travesti no Brasil por meio das narrativas dessas pessoas. Foram conduzidos dois grupos focais online (GFO) e oito entrevistas, envolvendo um total de 16 participantes de diferentes regiões do Brasil. Para a análise de dados foi realizada a transcrição dos GFO e das entrevistas na íntegra e em seguida analisado o texto resultante desses encontros. A base teórica para análise de dados foi a fenomenologia-hermenêutica que busca o sentido atribuído pelos sujeitos do fenômeno da violência. Com isso cinco categorias temáticas foram criadas: “A violência é minha vida’: perspectivas da violência”; “Como se a gente fosse de plástico’: a violência no acesso a saúde”; “A dignidade do ser humano é o emprego, entendeu?”; “As pesquisas não tratam as pessoas como participante: a violência acadêmica”; “A gente precisa de amor’: saúde mental e violência”. Essa pesquisa concluiu que a violência se configura como um processo complexo que vai além da intencionalidade do ato violento. As pessoas trans e travestis sofrem violência por não serem reconhecidas como corpos inteligíveis no discurso social, privando-as do direito de expressar livremente suas identidades. A não legitimação desses corpos como possíveis de existência acarreta consequências psíquicas que são vivenciadas como violentas, comparáveis aos atos de violência física. Isso pode resultar na aniquilação do Eu dessas pessoas. Observou-se que, no campo da Saúde Coletiva, esse fenômeno pode ser abordado ao adotar a noção de integralidade na atenção à saúde dessas pessoas. No entanto, ainda persiste o desafio da efetivação desse princípio nas práticas de cuidado dos serviços de saúde.

Palavras-chave: Violência; Teoria Queer; Transvestigenero

ABSTRACT

Transgender and travesti individuals are perceived as non-intelligible bodies in society, and the violence they endure goes beyond deliberate intentional acts. The non-intelligibility of the trans body lies in the condition of abjection that these bodies face for not conforming to the gender binary of true male or female sex. In this scenario, a qualitative research was conducted, based on the phenomenological-hermeneutics approach, with the purpose of understanding the phenomenon of violence against the transgender and travesti population in Brazil through their narratives. Two online focus groups (OFG) and eight interviews were conducted, involving a total of 16 participants from different regions of Brazil. For data analysis, the OFGs and interviews were transcribed in full, and then the resulting text from these encounters was analyzed. The theoretical basis for data analysis was phenomenological-hermeneutics, which seeks the meaning attributed by the subjects to the phenomenon of violence. As a result, five thematic categories were created: "Violence is my life: perspectives of violence"; "As if we were made of plastic: violence in access to healthcare"; "Human dignity is employment, you know?"; "Research does not treat people as participants: academic violence"; "We need love: mental health and violence." This research concluded that violence is a complex process that goes beyond the intentionality of the violent act. Transgender and travesti individuals suffer violence because they are not recognized as intelligible bodies in social discourse, depriving them of the right to freely express their identities. The non-legitimization of these bodies as possible of existence entails psychic consequences that are experienced as violent, comparable to acts of physical violence. This can result in the annihilation of the self of these individuals. It was observed that in the field of Public Health, this phenomenon can be addressed by adopting the notion of integrality in healthcare for these individuals. However, the challenge of implementing this principle in the care practices of health services persists.

Keywords: Violence; Queer Theory; Transgender people.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO	12
1.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI NO BRASIL.....	13
1.3 DESENHANDO A PESQUISA	16
2 O GÊNERO ENQUANTO DISPOSITIVO.....	18
3 TRANSEXUALIDADE: UM DISPOSITIVO DE GÊNERO.....	23
3.1 O QUEER ENQUANTO SUBVERSÃO A UMA CATEGORIA BIOMÉDICA	30
4 VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A BANALIDADE DO MAL	36
4.1 MITO DO BRASIL NÃO-VIOLENTO.	40
5 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI	45
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO IDENTITÁRIAS	52
6 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO.....	58
6.1 PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	62
6.2 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS ONLINE	64
6.3 O PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS	66
6.4 ASPECTOS ÉTICOS.....	68
7 APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	70
8 “A VIOLÊNCIA É MINHA VIDA”: PERSPECTIVAS DA VIOLÊNCIA.....	73
9 “COMO SE A GENTE FOSSE DE PLÁSTICO”: A VIOLÊNCIA NO ACESSO A SAÚDE.....	82
9.1 O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SUS: POTENCIAIS E DESAFIOS.....	82
9.2 A ATENÇÃO INTEGRAL PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS	89
9.3 NOME SOCIAL E A RETIFICAÇÃO DE NOME: RECONHECENDO IDENTIDADES....	95
10 “A DIGNIDADE DO SER HUMANO É O EMPREGO, ENTENDEU?”: FATORES INTERSECCIONAIS DA VIOLÊNCIA.....	99

11 “AS PESQUISAS NÃO TRATAM AS PESSOAS COMO PARTICIPANTE”: A VIOLÊNCIA ACADÊMICA.....	108
13 “A GENTE PRECISA DE AMOR”: SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA.....	117
14 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128
APENDICE – A - ARTIGO 01	140
APÊNDICE B – ARTIGO 2.....	155
APÊNDICE C – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS.....	170
APÊNDICE D – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	171
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTAS)	173
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (GRUPO FOCAL ONLINE).....	176

1 INTRODUÇÃO

1.1 Uma breve apresentação

Este trabalho é resultado de uma intensa transformação que vivenciei nos últimos anos durante meu mestrado e doutorado. Minha aproximação com a teoria queer, a pesquisa acadêmica e os novos vínculos que estabeleci ao decidir iniciar o mestrado me proporcionaram mudanças significativas. Nasci na região do Vale do Paraíba, no interior do estado de São Paulo, e mudei-me para Florianópolis para cursar graduação em psicologia uma universidade federal em 2004. Filha de uma família de classe média branca, tive acesso à elite social de minha cidade natal por estudar em escolas particulares. Esse acesso não foi sem sacrifícios financeiros para meus pais, que constantemente renegociavam as mensalidades, um pagamento que se estendeu mesmo após o término do meu ensino médio. Apesar dessas dificuldades, pude estudar em escolas de qualidade na minha cidade, considerando que o ensino público, tanto municipal quanto estadual, estava precarizado.

Minha família materna tem origem pobre, mas o privilégio de viver em uma cidade numa região muito desenvolvida do país proporcionou estudos para ela e alguns de seus irmãos, resultando em uma certa ascensão social para eles. Já a família paterna, oriunda de Minas Gerais, possuía uma condição social um pouco melhor que a da família da minha mãe, embora ainda fizesse parte da classe média brasileira.

Segui os passos dos adolescentes da classe média paulista do interior do estado de São Paulo: sair da cidade natal para estudar em uma faculdade pública. Isso porque se acreditava que o ensino público garantiria uma boa colocação profissional no mercado de trabalho. Estudar na “federal” era status.

Meus pais possuem, ambos, ensino superior e especialização, sempre tive acesso a muitos livros. A minha relação com a arte é atravessada por eles também, meus pais sempre foram muito interessados em arte, seja teatro, exposições, músicas etc. Estudei dos sete aos quatorze anos em um colégio construtivista social, formado por uma cooperativa de pais que queriam garantir uma educação crítica de qualidade para os filhos. Acredito que essa formação contribuiu para um pensamento crítico que eu iria descobrir depois da entrada no mestrado e doutorado.

Durante minha trajetória acadêmica me mudei para Florianópolis para cursar psicologia e, após alguns anos de formada, decidi que faria um mestrado. Muitas pessoas me perguntam o porquê estudar a transexualidade e sempre conto do dia me deparei com o livro de

João Nery “A viagem solitária”. Ali me despertou o interesse, mas, anos depois, em análise e já no doutorado eu compreendi essa escolha.

Meu lugar social é de um não lugar, sempre transitei entre muitos círculos de amizades, de casas de chão batido às mansões de Jurerê Internacional. Mas ao mesmo tempo, carrego a marca da violência que reside a maioria das casas brasileiras. Essa violência nunca foi muito explícita para mim, mas atravessada nas tramas familiares, o que fez com que as mulheres da minha família carregassem um impulso de sobrevivência.

As Machado não performam o estereótipo feminino da delicadeza, e cuidado e, durante muito tempo, acreditei que esse atravessamento me deixava distante das violências de gênero, afinal eu não era submissa. Ingenuidade minha pois, alguns anos depois fui perceber o quanto que isso se configurava como modo defesa diante de um contexto extremamente violento. Além disso percebi como eu acabava reproduzindo essa mesma lógica violenta no olhar para os outros. Foi uma das minhas entrevistadas que me ajudou a resgatar a narrativa da violência presente na minha família e pude perceber por onde atravessava a minha implicação na pesquisa. Ao fim da entrevista, fui atravessada por um choro e ela me disse algo assim: “Talvez isso tudo te atravesse por ser mulher”.

Iniciei o meu processo de doutorado em 2018 e realizei essa pesquisa sem financiamento da Capes, infelizmente, pois a bolsa ofertada no momento não era suficiente para que eu conseguisse me sustentar sozinha em Florianópolis. Concomitante à pesquisa eu trabalhei e sigo trabalhando como psicanalista em clínica particular, além de que, no último ano da pesquisa iniciei minha carreira na docência no interior do estado de Santa Catarina.

São muitos os contextos que compõe essa pesquisa, e o que será retratado é um recorte desse processo. Faço assim, essa breve apresentação como tentativa de poder mostrar os atravessamentos dessa mulher cisgênera heterossexual da classe média do Vale do Paraíba que levam a pesquisar um tema, aparentemente, tão distante de minha realidade.

1.2 A violência contra a população trans e travesti no Brasil

Estamos na era das Fake News, resultado da manipulação discursiva que, frequentemente, atua para benefícios políticos ou mercadológicos. Essa era carrega uma mudança epistemológica paradigmática social e, juntamente com isso, novas formas de existência se configuram socialmente, como as identidades queer¹ (Veloso; Preciado, 2020). O

¹¹ Compreendo como identidade queer modos de subjetivação que não se referem aos binarismos de gênero.

queer reposiciona as identidades trans, colocando-as no discurso social inserindo-as no contexto acadêmico teórico que passam a desvelar as violências direcionada aos corpos trans e travestis².

No contexto da saúde pública no Brasil, temos observado significativas transformações desde o final do século XX, impulsionadas pela construção de um novo paradigma na sociedade brasileira com a criação da Saúde Coletiva. Essa abordagem foi consolidada somente no século XXI, após uma reforma política iniciada com a promulgação da Constituição de 1988. Conhecida como "Constituição Cidadã", essa legislação marca o retorno à democracia no Brasil após 21 anos de ditadura militar. A Constituição de 1988 foi elaborada com o intuito de estabelecer um estado de bem-estar social, deixando um legado significativo não apenas na esfera política, mas também na trajetória da saúde pública brasileira. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma das principais conquistas desse período, garantindo acesso universal descentralizando as ações de saúde para atender às especificidades culturais e garantir a participação popular dos cidadãos brasileiros. Esse marco histórico reconfigurou a elaboração de políticas públicas de saúde no país, destacando a importância da Saúde Coletiva como um campo de conhecimento que integra saberes das Ciências Sociais, Epidemiologia e Políticas Públicas. (Paiva; Teixeira, 2014). Dessa forma, o campo da Saúde Coletiva emerge em um contexto político-social e se configura como um campo de saber dinâmico, conforme conceituado por Pierre Bourdieu. O campo se distancia de uma noção estática que uma "área de conhecimento" carrega e se configura como um espaço em constante movimento, permeado por conflitos epistemológicos e políticos, como apontado por Bosi (2014).

No entanto, mesmo após a implementação do SUS, o Brasil enfrenta inúmeros desafios na efetivação de políticas públicas para pessoas vulneradas³. A experiência da pandemia destacou as disparidades na aplicação e eficácia dessas políticas, especialmente quando consideramos as diversas interseccionalidades da população. O impacto do Coronavírus em comunidades periféricas e marginalizadas no Brasil revela uma fragilidade do Estado em garantir o direito à saúde dessas pessoas. A incapacidade do Estado em assegurar esse direito pode ser considerada uma forma de violência contra essa população marginalizada, privando-a de bem-estar físico, psicológico e social.

² Para este manuscrito adotei a nomenclatura: "corpos trans e travestis" considerando que estes são corpos ininteligíveis à cisgeneridade. Ao nomear dessa forma consideramos "trans" todos os corpos fora das normas de gênero binária numa oposição à cisgeneridade. Adicionamos "travesti" como forma de marcar a identidade latina nesses corpos cisgêneros e subalternos a hegemonia do norte global.

³ População vulnerada refere-se aquelas pessoas reconhecida no campo da Bioética da Proteção como incapazes de sair do contexto de vulnerabilidade sem auxílio do Estado (Schramm, 2008).

Analisando o efeito do Coronavírus em diferentes populações, vemos que a população negra foi atingida de forma desproporcional em relação à população branca no que se refere aos óbitos decorrentes da Covid-19, nos Estados Unidos da América (EUA). A população negra de Nova York representou 28% de todas as mortes ocorridas na cidade, enquanto essa população representa somente 22% da cidade como um todo (Dobin, D.; Dobin, A., 2020). Lokot e Avakyan (2020) apontam para os impactos indiretos causados pela pandemia no acesso a outros serviços de saúde que poderão ser negligenciados em prol de salvar vidas da Covid-19. As autoras apontam para exemplos já experienciados em outras epidemias como a do Ebola, em que mulheres foram mais atingidas que as outras populações por elas serem responsáveis pelo cuidado de seus familiares doentes.

No que se refere às pessoas trans e travestis, estudos interseccionais corroboram que essa população foi desproporcionalmente afetada. Estima-se que cerca de 70% dessa população não teve acesso às políticas emergenciais do Estado devido à situação de vulnerabilidade em que vivem. Além disso, essa população está em maior risco de contágio, uma vez que muitas, devido ao processo de exclusão social que enfrentam, são trabalhadoras sexuais. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) aponta que aproximadamente 90% da população travestis e trans são profissionais do sexo e, em sua maioria, negras. Embora não haja estudos conclusivos, acredita-se que mulheres trans e travestis que possuem silicone industrial no corpo estão entre os grupos de risco para o coronavírus. Da mesma forma, não há estatísticas sobre a morte de pessoas trans e travestis em decorrência da Covid-19 no Brasil, sendo difícil de mensurar, uma vez que o nome social não é utilizado nos atestados de óbitos e registros médicos. Pesquisas realizadas durante o período indicaram a piora da saúde mental dessas pessoas (Benevides; Nogueira, 2021).

Compreender as populações marginalizadas como suscetíveis a processos violentos se torna um objeto de pesquisa da Saúde Coletiva. Nesse contexto, considero populações marginalizadas aquelas que não desfrutam dos direitos mínimos para uma sobrevivência psíquica, política, física e cultural. Chauí (2021) destaca que são as populações periféricas, constituída pela classe trabalhadora responsável pelo funcionamento da economia de um país, aquelas que são as marginalizadas. A marginalização destitui o sujeito do lugar de saber excluindo-o do acesso à educação formal e diminuindo seu poder político. Esse é um processo sustentado por um mecanismo de poder que elege corpos mais inteligíveis que outros, e, portanto, mais suscetíveis à violência do que outros.

Entre os corpos mais suscetíveis à violência e discriminação estão os corpos trans e travestis (Monteiro *et al.*, 2019). A Teoria de Gênero se dedica a investigar o poder exercido

pelos corpos masculinos sobre os femininos na estrutura social que imputa uma desigualdade de direitos (Louro, 1997). Nessa linha, a Teoria Queer estende essa problematização para a investigação da regulação discursiva das práticas sexuais, que se configuram como dispositivo de poder biopolítico dos corpos. Judith Butler aponta para a existência de corpos mais inteligíveis do que outros na sociedade, o que determina que certas vidas sejam consideradas passíveis de luto, enquanto outras não o são. (Butler, 2016). Isso sugere que há corpos que são valorizados menos do que outros, o que nos permite compreender o mecanismo da homofobia e a transfobia que contribuem para a violência contra a população trans e travesti.

A Saúde Coletiva, enquanto um campo interdisciplinar, abriga pesquisas que visam pensar as questões sociais que afetam o processo de saúde-doença de uma determinada população (Breilh, 2013). Considerando a população trans e travesti como um recorte de análise no que se refere ao seu adoecimento, nos deparamos com a violência que essas pessoas sofrem. De acordo com a TGEU (2024), o Brasil lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans e travestis no mundo, e esse dado, minimamente alarmante, nos levanta uma questão: o que o campo da Saúde Coletiva tem a dizer sobre isso?

1.3 Desenhando a pesquisa

Desde o primeiro momento em que dediquei meus estudos à Teoria Queer, me envolvi com uma Organização Não-Governamental (ONG) em Florianópolis que atua para a efetivação da garantia dos direitos das pessoas trans e travestis na região da Grande Florianópolis. Estive ativa nessa organização até o início do doutorado, quando precisei me afastar devido à quantidade de tarefas envolvidas no doutorado e à minha prática clínica, o que fez com que meu trabalho voluntário tivesse que ser reduzido. Durante o período em que atuei ativamente nessa ONG, presenciei muitos relatos de violência, alguns deles provenientes de serviços públicos e privados de saúde. Trabalhei em várias frentes de ação, como na construção de casos para a retificação de nome de diversas pessoas, quando isso era uma realidade possível somente após um trâmite jurídico.

Em um dado momento, numa conversa com uma amiga, uma mulher trans por volta dos seus 50 anos, ela me disse que acreditava que a violência contra a população trans aumentou muito desde que ela fez a transição, quando era jovem. Ela relacionou esse fato à inserção dessas pessoas na sociedade atualmente na categoria de mulher, pois as pessoas já não tinham mais medo das travestis, uma vez que elas saíram da categoria de criminosas e passaram para a categoria das mulheres. Nesse momento, essa pesquisa nasceu. Essa pergunta precisou ser

reformulada ao longo da pesquisa devido às limitações dos recursos que eu dispunha para a efetivação de uma pesquisa de doutorado sem financiamento da CAPES ou de outra instituição.

Assim, como sanitarista, minha pergunta inicial de pesquisa voltou-se para compreender por que o Brasil é o país que mais mata a população trans e travesti. Não compreendia como um país com um dos sistemas de saúde mais complexos do mundo ainda podia ser tão ineficaz diante da alta mortalidade dessa população, que tem uma expectativa de vida média de apenas 35 anos. Com esse foco estabelecido, delimitou-se a compreensão do fenômeno da violência a partir da perspectiva das pessoas trans e travestis. Para isso, investiguei o conceito de violência presente nos estudos de gênero e queer. O objetivo da investigação sobre a violência foi me auxiliar a refletir sobre o que era violência e como ele se articulava com os relatos das pessoas a serem entrevistadas. Além disso, busquei compreender a Teoria Queer em profundidade, especialmente no que diz respeito aos modos de subjetivação, para além do viés da patologização.

2 O GÊNERO ENQUANTO DISPOSITIVO

Os estudos de gênero podem ser didaticamente divididos em três ondas distintas. A primeira onda, ocorrida na virada do século XIX para o século XX, é caracterizada pelo ativismo das sufragistas, que reivindicavam direitos para as mulheres, como o direito ao voto, assim como outros direitos sociais e econômicos. Este movimento teve lugar em vários países ocidentais e foi liderado por mulheres brancas de classe média. A segunda onda teve início no final da década de 1960 e se desenvolveu a partir de discussões críticas entre estudiosas e militantes. Nesse período, o conceito de gênero passou a ser problematizado como uma categoria de análise social, destacando-se a importância das relações de poder e das construções sociais da identidade de gênero (Louro, 1997, Pedro, 2005). Já a terceira onda do movimento feminista, que teve início na década de 1980, caracterizou-se por uma revisão da teoria feminista em sua estrutura. Nesse contexto, houve uma busca por referências pós-estruturalistas para questionar a ideia de gênero como uma categoria fixa e imutável, destacando-se a diversidade e fluidez das identidades de gênero (Sampaio; Mano, 2018).

De acordo com Scott (1990), o gênero emerge como uma categoria no feminismo para se distinguir do sexo, um atributo biológico. Ele é concebido como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1990, p.7). Castel (2001) aponta que o “gênero” se configura como uma noção a ser estudada em detrimento do “sexo” devido a um triunfo das ciências psi (psiquiatria, psicanálise e psicologia) de distinguir o biológico inato a uma concepção de identidade não inata. A partir de estudos sobre o “transexualismo⁴” realizados a partir dos anos 1950, o “gênero” passa a ser característica sujeita a influência social em contraposição ao que é imutável e natural, o “sexo”.

Em 1975, Gayle Rubin no ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo” nomeia a diferenciação de sexo e gênero como “sistema sexo/gênero”. A autora afirma que

O domínio do sexo, gênero e da procriação humana tem sido há milênios submetido e transformado por um conjunto incessante de atividades sociais. O sexo, como o conhecemos – a identidade de gênero, o desejo e a fantasia sexuais, as concepções da infância – é em si um produto social (Rubin, 2017a, p.18).

⁴ Mantenho aqui a grafia de como a transexualidade aparece inicialmente no discurso médico, grafada como sufixo “ismo” que, no campo da sexualidade (a partir do século XXI) denotava doença assim como “homossexualismo”, “travestismo”.

Assim, os estudos de gênero evidenciam as relações de poder existentes entre homens e mulheres na sociedade. No entanto, durante a segunda onda do movimento feminista, o enfoque teórico estava mais voltado para a categoria "mulher" do que para o conceito de "gênero". Isso se deu em virtude da contraposição entre a categoria "mulher" e a de "homem", esta última considerada universal. Essa contraposição apontava para a submissão das mulheres em relação aos homens em diversos níveis sociais. É nesse contexto que encontramos a obra de Simone de Beauvoir, "O Segundo Sexo".

O movimento feminista se delineava como uma busca por direitos fundamentados nas particularidades das mulheres (Pedro, 2005) e tinha seu alicerce na descrição das condições de vida e de trabalho das mulheres. Ele apresentava a esfera do espaço "privado" relegado às mulheres, enquanto zeladoras do lar, não pertencentes aos espaços públicos. A descrição das condições de trabalho, bem como das relações sociais que as mulheres ocupavam, passa a ser problematizada, apontando que, na relação entre homens e mulheres, as mulheres ocupavam sistematicamente lugares subalternos. No entanto, esses estudos focavam principalmente na descrição da configuração social das relações de poder entre os gêneros, sem explorar como essas relações são construídas e transformadas ao longo do tempo. Com o tempo, houve uma mudança de abordagem, abandonando a ênfase na categoria universal da mulher e adotando a categoria de gênero, que está intrinsecamente relacionada às noções de sexo e sexualidade (Louro, 1997, Scott, 1990).

Adoto minha perspectiva na última vertente dos estudos de gênero, baseada nos estudos pós-estruturalistas, com referência teórica em Judith Butler e outros autores que embasam a Teoria Queer. Scott (1990) destaca que a psicanálise contribui para a compreensão dos processos de subjetivação, ao considerar que o sujeito não é uma identidade fixa, mas está em constante construção, atravessado pela linguagem. No entanto, a autora aponta como problemática a tendência da psicanálise em focar nas questões individuais do sujeito e destaca a centralidade do falo, mesmo que simbólico, como uma limitação teórica para compreender os processos de subjetivação.

Louro (1997) acrescenta que, no avanço das teorias de gênero, destacam-se os estudos de Foucault sobre a sexualidade, que analisam os discursos sobre o sexo como produtores de "verdades". Além disso, a autora apresenta Stuart Hall e os Estudos Culturais, que concebem as identidades como plurais e não sujeitas a uma fixação. Assim, compreende-se que a categoria de gênero é historicamente construída, alicerçada no discurso social que evoca símbolos representacionais em uma oposição binária para conter as multiplicidades metafóricas. As condições de emergência do discurso que mantêm a binaridade discursiva que constitui as

identidades serão, a partir de então, objeto de investigação. Além disso, o binário homem/mulher, em oposição, no qual a dominação se inclina para o lado masculino, será problematizado na análise da categoria "gênero" (Scott, 1995).

Esse movimento de descentramento das identidades consideradas fixas e naturais impulsionou os teóricos Queer a encontrarem nas obras de Jacques Derrida conceitos fundamentais. Em Foucault, exploraram a noção de sexualidade como um dispositivo histórico, enquanto em Jacques Derrida, utilizaram a desconstrução e o conceito de complementaridade como um modo de estabelecimento de significados a partir da noção de presença/ausência. Esses conceitos permitem questionar as posições binárias, como o par homossexual/heterossexual, e abrir espaço para uma compreensão mais complexa dos processos de identificação e das relações de poder (Miskolci, 2009).

Foucault (2015) argumenta que o sexo é incorporado à discursividade social como um meio de regulação biopolítica das práticas sexuais. Ele aponta que as produções discursivas sobre o sexo refletem uma "vontade de saber" que levou à construção de uma ciência sobre a sexualidade. Nesse contexto, ele apresenta a sexualidade como um dispositivo histórico de poder, constituído por um sistema de discursos e práticas sociais que estabelecem a verdade sobre o sexo. A heteronormatividade surge como uma forma de regulação social sobre o sexo, caracterizada por sua compulsoriedade e fundamentada em práticas performativas que regulam e controlam as atividades sexuais, configurando-se assim como um mecanismo de poder (Miskolci, 2009).

Considerando a obra de diversos autores, tais como Austin, Foucault, Derrida, Kristeva, Judith Butler formula a teoria da performatividade, na qual o gênero se configura como um efeito discursivo e o sexo como um efeito do gênero (Pedro, 2005). Sua teoria compreende as práticas discursivas de Foucault e se baseia na noção de dispositivo como um mecanismo de poder. O conceito de dispositivo, conforme formulado por Foucault, refere-se a práticas discursivas e não discursivas de um poder disciplinar com uma estratégia de dominação (Foucault, 1993). Ao contrário dele, Butler considera que o dispositivo, enquanto práticas discursivas, é normativo, funcionando como uma lei que, além de negar e proibir, também produz exclusão. (Lorey, 2017). Nesse ponto a autora considera a performatividade de gênero não enquanto construção social, mas à luz da teoria de John Austin, que menciona os atos de fala performativos como aqueles que produzem algo. Austin (1990) aponta que nem toda declaração é descritiva, pois existem declarações que performam atos tais como: “apostos cruzados que vai chover amanhã” (Austin, 1990, p.24). Porém, diferentemente de Austin, Butler problematiza a noção de um sujeito soberano, que sabe o que faz e fala, presente na obra deste

autor. Para a autora o gênero enquanto performativo reside na repetição; o sujeito é produto e produtor de discurso (Gomes, 2022). Butler (2013) ainda aponta para o caráter pré-discursivo do sexo. A autora constata que a separação entre sexo e identidade de gênero é uma operação que apela a uma realidade pré-discursiva que nunca existiu. Ela argumenta que essa separação forja as identidades de gênero em um sistema binário homem/mulher, em consonância com os atributos identitários da sociedade moderna como algo monolítico e indivisível.

Para compreender os atributos da identidade moderna, Nogueira (2021) destaca o indivíduo como uma categoria atravessada pela pressuposição de autonomia do Eu. Essa pressuposição, originada do cogito de Descartes, estabelece a ideia de que há racionalidade no sujeito, um ser cognoscente de seus atos e dono dos seus pensamentos. Dessa premissa decorre a concepção de indivíduo como monolítico e indivisível. O indivíduo moderno, uma categoria da sociedade moderna, carrega a pressuposição de um Eu coerente, palpável, imutável e passível de ser relatado para um outro (Butler, 2021a). É na metafísica da substância, que Judith Butler irá tensionar a categoria binária de gênero, dividida em homens heterossexuais portadores de um pênis e mulheres heterossexuais portadoras de uma vagina.

A raiz das identidades binárias provém da filosofia moderna, que molda a ideia de substância e causalidade, fundamentais para a compreensão da constituição do Eu. A substância é caracterizada por existir em si mesma, sendo imutável e idêntica a si mesma, o que a torna passível de descrição. A partir dessa concepção, a causalidade se torna uma operação decorrente da noção indivisível do sujeito. O conhecimento, uma vez substancializado, pode então ser analisado e compreendido em suas ações e reações (Butler, 2013; Chauí, 1987). Será a partir da pressuposição moderna sobre a categoria de gênero que emergirão os gêneros inteligíveis, aqueles portadores de uma coerência e continuidade entre sexo, prática sexual e gênero que carrega em si a noção da binaridade dos sexos e uma heterossexualidade compulsória (Butler, 2013).

A partir dessa problematização sobre a categoria gênero vemos que os sujeitos podem vivenciar a sexualidade de diferentes formas, sendo a identidade interrelacionada com a linguagem e contextos sócio-históricos. Dessa forma, compreende-se que nenhuma identidade é fixa, pronta e acabada, seja ela heterossexual, homossexual, cisgênera, transgênera. Elas estão em constante mutação e transformação. Porém é na instabilidade da identidade que reside o medo e o desejo de destruição do outro. Louro (1997, p. 28-29) afirma que “a homofobia, o medo voltado contra os/as homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de ‘terror em relação à perda do gênero’, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos/as”.

A elaboração teórica acerca da construção da categoria gênero serve como base de compreensão de como se configuram os processos de subjetivação. Considerando os estudos de Judith Butler sobre o processo de exclusão das identidades não-inteligíveis na sociedade que irei investigar como esses efeitos excludentes impactam os corpos trans e travestis.

3 TRANSEXUALIDADE: UM DISPOSITIVO DE GÊNERO

No contexto pós-moderno, a luta pelo reconhecimento de determinadas identidades pelo Estado emerge como um tema central no debate político. Nancy Fraser (2006) destaca o reconhecimento como uma questão pós-socialista na qual as lutas políticas não se limitam apenas à redistribuição, mas também incluem o reconhecimento. A autora adota uma teoria crítica do reconhecimento que combina igualdade social com uma política cultural da diferença.

No que se refere às identidades trans e travestis, observo que o não reconhecimento por parte do Estado configura-se como uma forma de violência, uma vez que, discursivamente, o Estado legitima a impossibilidade de existência dessas identidades na sociedade. A designação de seres abjetos, validada pelo Estado, contribui para a manutenção do dispositivo da sexualidade, que tem em sua regulação as identidades abjetas que supostamente devem ser exterminadas.

Para compreender como o extermínio de determinada população ocorre em um determinado contexto social, trago as contribuições de Catarina Koltai. A autora traz articulação da psicanálise com o racismo para pensar como o estrangeiro, o estrangeiro, tem repercussões sociais no Estado-Nação. Koltai (2008) aponta que a categoria do estrangeiro implica na exclusão fixa do outro, como por exemplo os imigrantes ilegais. O estrangeiro, é aquele desprovido de pertencimento a um território, e quando o Estado legitima essa exclusão, configura-se o racismo. Na contemporaneidade, a globalização coloca em destaque a discussão sobre o "estrangeiro", que já não se refere apenas a quem habita territórios distantes, mas também aos refugiados e àqueles que são percebidos como uma ameaça à minha própria cultura. O racismo, assim, reside na insegurança causada no sujeito que se constitui na ideia de uma identidade fixa e imutável. Essa construção exclui aquele que é percebido como diferente, gerando angústia, medo e ódio quando esse o Outro se aproxima.

O discurso da ciência quer que o outro seja igual, quer o bem do outro a qualquer preço, ainda que este nada queira saber desse bem e se recuse a ser igual. E quanto mais se exige uma suposta igualdade, mais o outro insiste em se manifestar como nada igual, totalmente diferente do que dele se espera. Quanto mais o discurso científico se exercita no sentido da uniformização, mais o disforme tende a se manifestar, e o disforme é o gozo, aquilo que transforma o outro em alguém que só me resta odiar, uma vez que ele põe em xeque a forma de gozar que eu tanto idealizo. É por isso que Lacan nos faz um alerta: não temos como responder aos problemas que o gozo lança ao humano, a não ser pela intensificação dos processos de segregação (Koltai, 2008, p.67).

No discurso científico moderno, é possível compreender as proximidades entre o racismo e as identidades trans e travestis, configuradas como Outro. A diferença na nomeação

entre o racismo e as identidades trans e travestis no aparato estatal reside na forma como são discursivamente nomeadas. O racismo fundamenta-se na ideia de uma raça superior, desenvolvida no contexto ocidental, em detrimento do estrangeiro, que se configura como o outro primitivo. No caso do racismo, ocorre a nomeação do outro primitivo, que engloba pessoas não brancas colonizadoras, como a população latino-americana, africana e oriental. É comum observar que, em países colonizados, o ideal do colonizador é estabelecido como referência para o Eu do colonizado. No contexto das transfobias, assim como no racismo, elege-se um ideal de corpo e identidade de gênero cisgênera, na qual o corpo é construído a partir de uma lógica de identificação com o social. O dispositivo da sexualidade regula as práticas sexuais e as identidades de gênero, presumindo que a norma seja o cisgênero, o heterossexual e o branco. Nesse contexto, identidades trans e travestis, assim como orientações sexuais homossexuais, são consideradas abjetas, encontrando-se à margem das normas socialmente estabelecidas.

No que se refere às identidades trans e travestis, Berenice Bento (2017a) destaca o caráter de dispositivo da transexualidade, produto do saber das ciências psi que imputam um tratamento específico, baseado numa lógica médica patologizante. Em sua tese de doutorado, a autora ouviu pessoas trans e travestis inseridas no contexto hospitalar para acesso de hormonização e cirurgias de redesignação sexual ou estéticas desvelando o dispositivo da transexualidade. Sua pesquisa mostra as estratégias criadas por essas pessoas para que possam acessar essas tecnologias médicas. Para isso, é necessário que, para serem compreendidas como pessoas transexuais, essas pessoas “mintam”, ou seja, que adotem estratégias discursivas para conseguir serem lidas enquanto detentoras de direito. Uma de suas interlocutoras, militante em Valência, na Espanha, afirma “nós somos muito mentirosos, falamos o que eles querem escutar” (Bento, 2017a, p. 62). Isso ocorre porque, para que essas pessoas sejam reconhecidas como sujeitos socialmente e pela medicina, precisam se apresentar como homens ou mulheres e performar conforme o esperado para essas identidades. Isso inclui reconhecer que, para que seu corpo seja aceito por elas mesmas, deve ter uma genitália, condizente com seu gênero.

Essa percepção foi rapidamente compreendida pelas pessoas que se inscreveram no processo transexualizador⁵ durante a pesquisa de Berenice Bento. Elas compartilhavam o conhecimento, entre si, do que elas deveriam falar para os profissionais psi para que fossem compreendidas dentro do dispositivo da transexualidade, e assim receber o diagnóstico que a

⁵ O Processo Transexualizador é uma política pública de assistência à saúde para a população que permite modificações corporais através do SUS. Sua construção e contexto serão debatidos nos capítulos posteriores.

permitiriam acessar os procedimentos estéticos e tratamentos hormonais desejados (Bento, 2017a).

Nas sessões de psicoterapia, obrigatórias por dois anos antes de acessar a cirurgia de redesignação sexual, uma das candidatas entrevistada por Bento menciona:

Aí vem aqueles comentários: “é importante você falar do seu pai”. E pensava: “eu lá quero falar do meu pai, ele está morto e enterrado!” Mas não, tenho que falar, porque senão ela fica com aquele papelzinho tomando nota. Eu não sei o que está colocando ali. Fica ponde palavras na minha boca. Que raiva! Eu falo o que ela quer ouvir e pronto.

Eu chego para fazer terapia, ela fala: “você está triste?”, porque ela gosta de atacar a pessoa para ver a reação. Uai, se ela está falando que estou tris, deixe-a pensar que eu estou triste. Eu não estou triste, estou feliz, de bem com a vida, mas fico calada, só balanço a cabeça. (Bento, 2017a, p. 63)

É assim que percebo que, em uma visão essencialmente binária das identidades de gênero, as identidades trans e travestis existem somente enquanto abjetas. As pessoas participantes da pesquisa de Berenice Bento mostram o quanto suas narrativas são abjetas, ou seja, impossíveis de existirem, pois nesse contexto hospitalar não importa quem são essas pessoas, mas sim quem elas devem ser. Assim, compreendo que sustentar um contexto que permita que essas pessoas sejam minimamente atendidas em suas necessidades é necessário para que possam existir enquanto sujeitos. Por isso, essas pessoas, aos olhos da sociedade, são vistas como mentirosas.

A abjeção é um conceito trabalhado por Judith Butler a partir do livro de Julia Kristeva: “Powers of horror: na essay on abjection”. Nesse livro Kristeva nas primeiras páginas traz uma definição sobre a abjeção como sendo aquilo que se opõe ao Eu e permite o sujeito uma certa autonomia. O abjeto se configura como algo que não tem qualidade a não ser de se opor ao Eu e assim dar algum sentido a ele. Por não se configurar como um objeto o abjeto é algo radicalmente excluído, mas que ao mesmo tempo joga o Eu ao colapso. Assim, Kristeva define o abjeto como uma parte constitutiva do Eu, ela o nomeia como um salva-vidas do Eu (Kristeva, 1982). As identidades trans e travestis assim, se configuram como abjetas por não se configurarem como corpos inteligíveis, ou como Butler (2023, p. 18) nomeia “aquelas zonas ‘não vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo de ‘inabitável’ é necessário para circunscrever o domínio do sujeito”.

Jorge Leite Junior aponta que, na condição social, as pessoas trans e travestis não são abjetas no sentido da exclusão em si, porque esse é um processo subjetivo, no qual o abjeto não tem inscrição simbólica no processo psíquico do sujeito. Assim, as pessoas trans e travestis,

quando aparecem em seus corpos reais na sociedade, são encaixadas como monstros. O monstro é aquilo que está no limite do humano, é o humano não humano (Leite-Jr, 2012).

A compreensão da identidade trans e travesti a partir de uma perspectiva não biomédica, centrada na noção do normal e patológico, é fundamental para percebê-las como alteridade. Pesquisas conduzidas por Elias Veras (2019), Larissa Pelúcio (2007), Martha Souza (2013), Rodrigo Borba (2016), Flávia Teixeira (2013) e Berenice Bento (2017) descrevem as identificações travestis com base nos relatos dessas pessoas.

Nesses relatos, a identidade está ligada a um continuum, refletindo um padrão estético reconhecido dentro da própria comunidade travesti. A expressão "belíssima" representa uma forma de reconhecimento do ideal do corpo travesti, caracterizado por formas arredondadas, em contraposição ao corpo reto, sem curvas, que é reconhecido com um corpo masculino (Veras, 2019). O processo de tornar-se travesti implica em uma jornada de transformação e cuidado do corpo, no qual a identificação como travesti se consolida por meio de referências presentes em uma rede de relações já estabelecida.

Veras (2019) apresenta uma cartografia que explora como as referências ao ideal travesti surgiram em Fortaleza. Por meio de reportagens fotográficas nas revistas da década de 1960, o autor relata uma divulgação estética das travestis que participavam dos desfiles de carnaval, destacando os bailes carnavalescos. Na década de 1970, observa-se a inserção do termo "travesti" àquelas pessoas "belíssimas" que desfilavam no carnaval, antes nominadas como "enxutos", "bichas", "alegres rapazes". Nesse contexto, a mídia desempenhou um papel significativo na construção do ideal travesti ao longo dos anos, enfocando corpos que passaram por processos de hormonização e modificações corporais em busca do padrão estético arredondado associado ao corpo feminino. A mídia impressa, como reguladora do dispositivo da sexualidade, contribuiu para a exaltação de corpos que eram apresentados como autênticas travestis. Exemplos notáveis incluem Roberta Close e Rogéria, sendo esta última considerada pelas revistas como a travesti mais talentosa do Brasil e Roberta Close, uma mulher "quase perfeita".

O destaque midiático de Roberta Close chegou à Playboy, uma revista referência em nu feminino para o público heterossexual masculino. Roberta posou para a revista em dois momentos, em um primeiro no qual aparece numa posição "Femme fatale" com as pernas cruzadas utilizando do truque de esconder a neca⁶ e no segundo nua após uma cirurgia de

⁶ . No bajubá, ou pajubá, neca significa pênis. Quando a neca fica invisível diz-se que é "fazer o truque na neca". Jovanna Baby afirmou o bajubá ser um dialeto. De acordo com Gomes Junior (2021, p.307) "O pajubá se estrutura como um mecanismo de subversão na elaboração linguística de uma identidade de grupo, subjetividades

redesignação sexual. Nesse contexto, Veras (2019) apresenta o "fenômeno La Close" para destacar a performatividade do gênero, evidenciando como esse fenômeno desnuda as tecnologias do sexo e influencia as experiências trans para além dos contextos de carnavais e boates gays. A discussão em torno de Roberta Close e o reconhecimento dela enquanto mulher destaca a natureza performativa do gênero, marcando um importante aspecto das experiências trans e travestis que vai além das festividades e espaços tradicionais.

O fenômeno La Close ocorreu na década de 1980, período em que a revista *Manchete* se destacava como referência em matérias que celebravam o carnaval e estabeleciam padrões de beleza nacionais. Durante essa década, Roberta Close tornou-se o foco da cobertura da *Manchete*, enquanto Rogéria já havia ocupado essa posição na década de 1970. Nesse mesmo contexto histórico, Trevisan (2018) aborda a época do "Desbunde", reconhecida no cenário artístico do Sudeste Brasileiro. Caetano Veloso, Ney Matogrosso e o grupo de teatro Dzi Croquetes tornaram-se símbolos de uma resposta ao conservadorismo que permeava a sociedade durante a instauração da ditadura militar em 1964. O movimento, caracterizado por referências de androgenia que mesclavam normativas masculinas e femininas, refletia uma busca promover a ideia da família tradicional⁷.

Devido à percepção social desses corpos como abjetos, muitas travestis acabaram recorrendo ao trabalho sexual como uma forma de subsistência diante da marginalização social resultante das normas sociais predominantes. Na prostituição, as travestis encontram uma fonte de sustento em meio à marginalização, refletindo as condições sociais marginalizadas dessas identidades⁸. Uma problemática relevante nessa condição é a violência enfrentada, especialmente por parte dos clientes que frequentemente recorrem à agressão após a realização de programas (Trevisan, 2018). A interseção entre as identidades trans e travestis com a

individuais, resistências sociais e no confronto com as normas binárias de existência socialmente impostas. Esta linguagem logo se consolidou numa forma de proteção de suas/seus falantes. Com o passar do tempo, ultrapassou suas primeiras usuárias e disseminou-se por toda a comunidade LGBTI+ brasileira, apresentando inclusive variações regionais. Atualmente existe uma variação que pode ser notada entre o pajubá, como historicamente se consolidou, e as "linguagens pajubeyras".

⁷ Durante a ditadura militar, especialmente a partir de meados de 1975, as travestis eram perseguidas pela polícia, uma vez que suas identidades estavam associadas à prostituição e à criminalidade. Nesse período, existia um controle social que visava a higienização dos corpos dissidentes nas ruas (Vieira e Fraccaroli, 2018).

⁸ É importante notar que não compreendo a prostituição, ou a comercialização de sexo, como um tipo de trabalho próprio das marginalidades e que, portanto, deve ser extinto. Ao longo da minha vida pessoal, experiência clínica e acadêmica, deparei-me com algumas pessoas que realizavam o trabalho sexual de forma prazerosa, sendo que, para algumas, era altamente rentável. Problematizo, porém, a partir de estudos realizados, a insegurança desse tipo de trabalho em uma sociedade na qual o sexo é regulado por normas rígidas de objetificação dos corpos das mulheres trans, travestis ou não, ou daquelas pessoas que vendem o corpo. No Brasil a prostituição não é regulamentada, o que expõe as/os trabalhadoras/es sexuais a violência. Anderson *et al* (2015) demonstram que em locais no qual a prostituição não é regulamentada os/as profissionais do sexo são expostos à maior violência e tem menor autonomia em relação ao seu corpo, como por exemplo a exigência do uso de preservativo durante uma penetração.

violência contra esses corpos está intrinsecamente ligada aos desejos sexuais daqueles homens que, paradoxalmente, buscam o uso dos corpos das travestis na prostituição, mas também são responsáveis por agressões contra essas pessoas.

A Roberta Close da mídia em conjunção com o discurso médico, que destaca a ideia da “transexualidade verdadeira”⁹ consolidaram, no Brasil, a concepção de que pessoas trans e travestis são mulheres presas em corpos masculinos ou o oposto. Essa narrativa mantém a inteligibilidade dos corpos ao considerar a transexualidade como uma condição patológica médica, na qual a pessoa sofre de disforia de gênero¹⁰, e, portanto, necessita realizar uma redesignação sexual para adequar ao gênero ao qual pertence psiquicamente.

No contexto da saúde para as pessoas trans e travesti o processo transexualizador do SUS (Brasil, 2008, 2013) prevê intervenções hormonais e cirúrgicas no âmbito da atenção especializada. O acesso à política está previsto mediante a classificação diagnóstica da Classificação Internacional de Doenças (CID) – 10 sob o código F 64.0 de transexualismo para que as intervenções sejam autorizadas¹¹. Em uma pesquisa conduzida no estado do Rio de Janeiro, Borba (2016) observa como as pessoas trans e travestis se apresentam ao buscar os serviços previstos no Processo Transexualizador. Ele destaca que essas pessoas performam a identidade que os médicos esperam identificar, com o intuito de se enquadrarem na classificação diagnóstica prevista, o que possibilita o acesso às intervenções médicas para as mudanças corporais desejadas.

O diagnóstico da transexualidade, embora tenha contribuído para retirar as identidades trans e travestis da extrema marginalização social possibilitado o reconhecimento de seus corpos pelo Estado, mantém as binaridades de gênero e impõe regulamentações aos corpos considerados femininos e masculinos. Nesse cenário, qualquer corpo que não alcance a passabilidade¹² social continua à margem.

⁹ Para maiores informações sobre como se configura o discurso da “transexualidade verdadeira” consultar o livro de Jorge Leite Junior: “Nossos corpos também mudam: a invenção da categoria ‘travesti’ e ‘transexual’ no discurso científico”.

¹⁰ Quando da retirada do diagnóstico transtorno de identidade de gênero no DSM-IV, manual diagnóstico das doenças mentais editada pela associação psiquiátrica americana, houve a inclusão do diagnóstico de “disforia de gênero” no DSM-V, considerada uma condição médica que pode acometer pessoas pelo sofrimento causado pela incongruência de gênero.

¹¹ A CID-11, aprovada em 2018, retirou do seu rol de diagnósticos o termo “transtorno de identidade de gênero”, substituindo-o por “incongruência de gênero” na categoria de “condições relacionadas à saúde sexual”. A inclusão definitiva da nova CID-11 nos serviços de saúde está prevista para 2025 (Ministério da Saúde, 2022).

¹² Passabilidade refere-se a capacidade que um corpo tem de “se passar por” um gênero socialmente aceitável, uma mulher trans tem passabilidade quando ao olhar para ela imagina-se ser uma mulher cisgênera.

Quanto às transmasculinidades, observamos um desenvolvimento um tanto diferente em comparação às identidades travestis e das mulheres trans, especialmente no que diz respeito à visibilidade de homens trans, ou trans homens, como era a autoidentificação de João W. Nery.

O livro " Viagem Solitária" marcou um ponto de referência na história das identidades transmasculinas no Brasil, apresentando de maneira autobiográfica a vida de João Nery. João W. Nery relata sua transição de gênero na década de 1970, atravessando intervenções estéticas corporais para redesignação sexual que eram clandestinas na época (Nery, 2011). Até 1997, o médico que realizasse tais procedimentos era enquadrado no crime de lesão corporal (CFM, 1997).

Nery descreve seu processo de retificação de nome, na época procedimento impensável para pessoas trans e travestis. A sua retificação só se tornou possível a partir de um novo registro de nascimento, levando-o a abdicar do registro social anterior, incluindo diplomas de psicologia e qualquer registro de ensino formal que ele tinha no sexo feminino. Nery abdicou a sua identidade social anterior para se registrar socialmente com nome e sexo masculino no cartório, buscando uma adequação legal à sua identidade de gênero em documentos oficiais. Isso permitiu que existisse enquanto identidade masculina sem o constrangimento de ter que provar sua identidade ao apresentar seu documento original no sexo feminino (Nery, 2011).

O termo transmasculinidade é um termo guarda-chuva utilizado para designar pessoas que em seu nascimento foram designadas enquanto do sexo feminino, mas podem se identificar como transmasculino; transmasculine; não binário; boyceta; demi-boy entre outros. Este termo foi cunhado em 2015, durante o 1º Encontro Nacional de Homens Trans. Sua criação carrega consigo uma crítica à patologização das identidades trans e desafia as binaridades de gênero ao reconhecer a existência de pessoas boycetas e transmasculinas. Isso destaca a complexidade das construções identitárias dentro do espectro de gênero (Lopes, 2022).

No que se refere às vivências transmasculinas no Brasil, destaco que a organização social começou a contribuir para a discussão dessas identidades apenas após os anos 2000, conforme afirmou Xande Peixe em uma entrevista para a Revista Brasileira de Estudos de Homocultura. Nessa entrevista, Peixe compartilhou sua vivência e descoberta enquanto homem trans, destacando que, no início dos anos 2000, a ideia de homem trans ainda estava fortemente ligada à noção de masculinidade patriarcal. Peixe argumentou que essa concepção refletia a patologização desses corpos, pois para serem legitimados enquanto trans, as pessoas transmasculinas eram muitas vezes pressionadas a reproduzir todos os elementos da masculinidade em uma sociedade, incluindo seus parâmetros machistas. Dessa forma, a transmasculinidade surge como um questionamento às normas patriarcais sociais, desafiando a

ideia de que os homens trans devem se conformar ao ideal tradicional de homem na sociedade. Uma das discussões significativas em torno das identidades transmasculinas é a capacidade dessas pessoas engravidarem. Essa realidade não as torna menos homens nem mais mulheres, mas destaca a necessidade de referências que abranjam tanto o masculino quanto o feminino no contexto social (Peixe; Peçanha, 2023, Pfeil; Lemos, 2021).

Assim, ao compreendermos as identidades trans, travestis, transmasculinas, queer, não binárias ou qualquer outra identidade fora do registro binário de gênero, estamos considerando a complexidade das identificações subjetivas de cada indivíduo. Isso reflete o entendimento de Elias Veras:

as identificações assumem sentidos e significados distintos ao longo da vida. Dessa maneira, embora as representações de gênero possam ser produzidas com o objetivo de modelar comportamentos a partir de determinados padrões de inteligibilidade, os sujeitos investem e agenciam de múltiplos modos essas representações, tornando-se plurais (Veras, 2019, p.58).

Concluo que as identidades de gênero são performativas revelando uma multiplicidade de experiências subjetivas diante de um mecanismo de regulação da sexualidade. Assim, a performance do gênero se configura como um mecanismo de citacionalidade (Butler, 2013). Este entendimento ressalta que as construções identitárias enquanto alteridade são dinâmicas e resultam das identificações em constante transformação ao longo da jornada de vida de cada pessoa e do processo histórico-social.

3.1 O Queer enquanto subversão a uma categoria biomédica

O “queer” surge como uma nova política de gênero, sendo considerada uma vertente do feminismo. A adoção dessa palavra para o movimento queer é uma subversão à norma já que “queer” em inglês é um xingamento direcionado as pessoas homossexuais tendo a conotação de abjeção, de nojo, medo e contaminação (Miskolci, 2017). No Brasil, o termo mais próximo ao “queer” seria “viado”, bicha (Pelúcio, 2007). Trazer esse xingamento como resistência a biopolítica é uma forma de denunciar as normativas discursivas que excluem e humilham certas sexualidades. O movimento queer, permitiu novas formulações teóricas nos estudos feministas, gays e lésbicos nos anos 1990, aliando-se aos estudos culturais e pós-estruturalistas (Miskolci, 2017). Assim, “o queer busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões

culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos ‘normais’ quanto dos ‘anormais’ (Miskolci, 2017, p.26).

O queer apresenta raízes nos movimentos sociais associados à contracultura e aos movimentos lésbico e gay dos anos 1960, os chamados “novos movimentos sociais”, focados nas lutas contra desigualdades sociais, incluindo questões de raça e sexualidade. O movimento queer emerge nos EUA em um contexto posterior, desviando-se das pautas predominantemente centradas nas reivindicações da classe trabalhadora. O movimento queer buscava mais do que uma simples redistribuição econômica, estando fundamentado em uma crítica à heteronormatividade (Miskolci, 2017). É nesse contexto que surge a teoria queer na academia, que não apenas denuncia as práticas de poder vigentes que regulam o corpo, mas também questiona o processo de classificação dos corpos, que resulta em xingamentos e exclusões. Para isso, ela se fundamenta na obra de Foucault, apresentando o biopoder como uma forma de regular os corpos na sociedade moderna (Foucault, 2015).

O biopoder atua como um poder-saber sobre os corpos, produzindo discursos de verdade, incluindo a verdade do sexo. Encontramos o dispositivo da sexualidade associado ao privado e à família, os quais se conectam aos discursos psiquiátrico e pedagógico (Foucault, 2015).

Aparecem, então, essas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher (Foucault, 2015, p.120).

Concomitante a isso, a heteronorma surge como um dispositivo de poder que atribui a diferença sexual ao corpo humano, tornando as disposições heterossexuais naturais. Segundo Berenice Bento (2017a, p.83) “a heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos”. No dispositivo da sexualidade, a diferença sexual é compreendida como produto de um sistema binário composto por uma série de comportamentos esperados para cada sexo, juntamente com uma estilística repetida constantemente.

A repetição do sistema binário e da heteronormatividade é denominado por Butler (2013) de performatividade, uma operação que constitui as noções de gênero e as configura como uma formação temporal social. Assim, a performatividade deve ser compreendida não como um ato consciente e autônomo, mas como a citação de uma norma preexistente, sendo essas normas regulatórias do sexo que constituem a materialidade dos corpos (Butler, 2019a).

Para a autora, “o gênero não é substantivo, tão pouco flutuante ele adquire seu efeito substantivo a partir da performatividade dele, sua reiteração em ato” (Butler, 2013, p.48).

Concluimos que a estética binária homem/mulher é permeada por idealizações que suscitam a pergunta: O que é ser homem/mulher? Essas idealizações delineiam atos e atributos esperados para cada sexo, guiando os sujeitos a agirem de acordo com as presunções de masculinidade/feminilidade. Corpos trans e travestis apontam para o caráter instável dessas idealizações, que configuram o aspecto do órgão genital como fundamental a construção da identidade. No entanto, o dispositivo da transexualidade cria a categoria “transexualidade”, proveniente do discurso médico e alinhado ao pensamento moderno, pressupondo um corpo homogêneo, monolítico e sem contradições. Esse discurso coloca a transexualidade como uma identidade indivisível, em conformidade com as representações de gênero masculino/feminino. (Bento, 2017a). Assim, o discurso médico engendra as categorias “transexual” e “travestis” como abjetas no espectro da anormalidade, demandando intervenções corretivas.

A emergência da classificação da transexualidade no discurso médico acontece na segunda metade do século XX, quando a psiquiatria passa a classificar a perversão não apenas como uma prática reincidente, como era o caso dos sodomitas, mas como uma nova categoria denominada "homossexual". Na psiquiatria, surgiu a ideia de espécies inteligíveis e não-inteligíveis, sendo as primeiras consideradas naturais, em as outras, antinaturais (Foucault, 2015). Nesse contexto a categoria transexual aparece como uma patologia a ser corrigida, uma vez que o discurso médico a compreende como uma incongruência entre sentimento psíquico e o corpo. Assim, para cura de tal patologia seria necessária a adequação do sexo genital de acordo com o sexo psíquico. Vale apontar que o dispositivo da transexualidade se configurou como diagnóstico médico presente na Classificação Internacional de Doenças (CID) até 2018, na CID-10, sendo retirado com a atualização da CID-11.

Dentre os nomes que contribuíram para a classificação da transexualidade, está John Money, Harry Benjamin e Robert Stoller. Harry Benjamin desempenhou um papel fundamental ao categorizar a transexualidade em seu livro "O Fenômeno Transexual" e ao fundar um instituto de pesquisa da sexualidade. Esse instituto publica periodicamente um protocolo de cuidados para pessoas trans, conhecido como Standards of Care (SOC), que está atualmente em sua oitava versão. Benjamin, médico endocrinologista, se configurava como um opositor à psicanálise, já que essa atribui questões sexuais à subjetividade humana, noção contrária a uma ideia biologicista. Ele atribuía ao transexual verdadeiro a condição de apresentar uma incongruência corporal que poderia ser corrigida com hormônios e cirurgias reparadoras. É nesse sentido que a transexualidade se apresenta como uma patologia passível de correção, já

que, para Benjamin, a sexualidade era proveniente da influência dos hormônios no corpo (Borba, 2016; Castel, 2001).

Ainda na produção do dispositivo da transexualidade, Robert Stoller se configura como um contraponto à noção biologicista de Benjamin. O psicanalista norte-americano considerava a transexualidade um comportamento inadequado de gênero, que não era influenciado por hormônios, mas por dinâmicas psicossociais traumáticas que poderiam ser corrigidas desde que tratadas na infância. Stoller seguia os estudos de John Money, psicopedagogo do Hospital John Hopkins que desenvolvia um trabalho extenso com pessoas intersexuais (denominadas hermafroditas, na época). Money atribuíam os desvios comportamentais dessas pessoas às questões sociais (Borba, 2016). John Money, em 1973 cria o termo “disforia de gênero”, hoje presente no Manual Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria (APÀ). Para Money a resolução do sofrimento psíquico atribuído às pessoas transexuais verdadeiras seria a cirurgia de transgenitalização (Leite-Jr, 2011).

No que se refere ao discurso social, a transexualidade ganhou notoriedade com o caso de George William Jorgensen Jr., um ex-soldado das forças armadas que se tornou conhecido por passar por cirurgias de redesignação sexual, tornando-se Christine Jorgensen. Após a transição, Christine Jorgensen tornou-se uma figura pública, sendo entrevistada pela mídia e alcançando a fama. Ela atribuíam sua condição a "ser uma mulher presa no corpo de um homem" e afirmava não se considerar uma pessoa homossexual, pois via a homossexualidade como algo imoral. (Leite-Jr, 2011).

No contexto brasileiro vemos uma crescente produção teórica acerca do tema a partir da descriminalização das cirurgias de redesignação sexual pelo CFM. Os trabalhos de doutorado de Flávia Teixeira e Berenice Bento, realizados antes da implementação do processo transexualizador do SUS, apontam como se configura a construção do dispositivo da transexualidade no âmbito médico e jurídico no Brasil. Embora esses trabalhos tenham sido publicados há mais de 15 anos, eles permanecem são referência para a compreensão da configuração do dispositivo da transexualidade no país.

Referente a isso, Teixeira (2013) menciona o silenciamento que as pessoas trans e travestis são impostas quando inseridas num processo judicial que irá decidir sobre o acesso a modificações corporais pelo Estado. Isso porque, a pesquisadora se inseriu no contexto médico-jurídico instaurado antes da existência de políticas públicas de saúde para essas pessoas no âmbito nacional. Em sua pesquisa de doutorado, Flávia Teixeira investigou o contexto do Programa de Transgenitalização do Ministério Público que permitia o acesso a cirurgia de

redesignação sexual a partir da leitura de laudos, visitas ao local onde aconteciam as entrevistas e perícias além de conversas com pessoas candidatas ao programa. Teixeira (2013) aponta para o processo diagnóstico previsto, que permitia que as pessoas, ao serem diagnosticadas como transexuais, pudessem ser aceitas para a cirurgia desejada¹³. Ela chama a atenção para a realização da perícia médica no caso, sendo ela feita no Instituto Médico Legal (IML)

Conforme constatado por Teixeira (2013), a perícia tinha como objetivo verificar a "verdade" do sexo da pessoa candidata à cirurgia. O corpo era examinado em busca da confirmação de características femininas ou masculinas, compreendidas como a "verdade" do sexo biológico. Posteriormente, exames psicológicos/sociais eram realizados para atestar a incongruência entre o sexo biológico e o sexo psíquico, conforme previsto no diagnóstico da transexualidade.

A pessoa é substituída pelo diagnóstico e, assim, todas as ações decorrentes do diagnóstico são dirigidas à patologia reconhecida. Esse esfacelamento do sujeito, em que a “doença” atinge um status autônomo, ocorre também em outras situações conforme identificou Fernando Seffner (20014, p.386). Se, ao ser diagnosticado como transexual a pessoa se despersonaliza na suposta doença, então a proposta é acionar uma cura. Estamos de volta para a questão inicial: a necessidade da cirurgia da transgenitalização (Teixeira, 2013, p.115).

Áran *et al.* (2009) apontam que o diagnóstico de transexualidade enquanto patologia reside no saber psiquiátrico e psicanalítico, que compreende uma não-conformidade sexo-gênero que não tem fundamento biológico mas sim psíquico. As autoras remontam o dispositivo da sexualidade de Foucault e o dispositivo da transexualidade de Berenice Bento, conforme descrito anteriormente, para compreender como os saberes médicos e sociais construíram o “verdadeiro sexo” que embasam as práticas de saúde direcionadas à população trans e travestis.

No contexto brasileiro, as políticas públicas de saúde direcionadas a essas pessoas surgem em meio a uma reivindicação do movimento social e acadêmico, principalmente da área das ciências sociais, para a compreensão das identidades trans fora do escopo patologizante (Áran *et al.*, 2009). O trabalho de Flávia Teixeira mostra como, inicialmente, as pessoas trans e travestis já são inseridas em um contexto patologizante e vistas como mentirosas, o que, em um contexto jurídico, pode rapidamente ser associado à criminalidade. Sabe-se que travestis carregam o estigma de criminosas perante a polícia e a sociedade civil, conforme descrito por Trevisan. (2018).

¹³ Embora fosse desejo das pessoas que a cirurgia de redesignação sexual fosse realizada, a lógica para a autorização de tal procedimento não se baseava no desejo do sujeito, mas no saber biomédico de que se tratava de uma pessoa doente e que, para se curar, seria necessária uma cirurgia que 'reparasse' o sexo genital de acordo com o sexo psíquico.

Berenice Bento (2017) descreve como as pessoas trans e travestis se comportam diante dos profissionais de saúde responsáveis pelo acompanhamento do Processo Transexualizador do SUS¹⁴ para acessar os procedimentos médicos desejados.

Alguns dos mecanismos utilizados pelos/as transexuais para se posicionar neta relação são: autoconstruir-se enquanto vítimas, o silêncio e essencialização de suas identidades por meio de uma narrativa que aponta para um “*desde sempre me senti assim*” e o “mentir”. Cada uma dessas estratégias desencadeia recursos discursivos específicos, gerando efeitos particulares (Bento, 2017, p.59 grifo da autora).

Vemos, assim, que a relação de poder entre o saber médico e as pessoas trans e travestis no contexto da saúde é estabelecida de maneira que exige o uso de estratégias para que essas pessoas possam acessar os serviços de saúde desejados. Teixeira (2016) menciona o deslocamento que Berenice Bento realizou em seu trabalho de doutorado frente às tecnologias médicas no que se refere à assistência à saúde das pessoas trans e travestis no Brasil. Seu trabalho contribuiu para a produção de muitos outros estudos que questionam a prática médica proposta pelo Ministério da Saúde.

A autora ainda menciona que, após diversos debates sobre o tema, o Ministério da Saúde abriu diálogo com a sociedade civil, ativistas e especialistas sobre como as políticas assistenciais a essa população deveriam ser configuradas. Em 2016, a Teixeira (2016) relatou que o Ministério da Saúde optou por continuar com a perspectiva diagnóstica centrada na patologia, firmando aliança com a classe médica conservadora.

¹⁴ É importante mencionar, que o CFM mantém a obrigatoriedade de realização de dois anos acompanhamento psicológico antes da efetivação das cirurgias. Nesses casos as/os candidatas/os precisam frequentar o ambulatório durante no mínimo dois anos para que se tenha o aval do psiquiatra para a cirurgia desejada.

4 VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A BANALIDADE DO MAL

Ao analisarmos a condição de vida das pessoas trans e travestis no Brasil, deparamo-nos com uma expectativa de vida de apenas 35 anos (Benevides; Nogueira, 2021). Este é um problema agravado pela ausência de uma contagem no censo que se refira às identidades de gênero no Brasil. Considerando que o censo é realizado a cada dez anos no país, é lamentável constatar que, em 2022, mesmo com políticas públicas voltadas para essa população, o Estado não realizou o censeamento demográfico das identidades de gênero, perpetuando a invisibilidade e a falta de dados confiáveis para embasar a implementação de medidas efetivas.

Pierre Bourdieu atribui ao Estado o monopólio da violência simbólica. Miceli (2014) aponta que para o autor, o Estado moderno é “um corpo político separado da pessoa do príncipe, bem como dos demais grupamentos atuantes no território da nação, inclusive a nobreza feudal e a igreja” (Miceli, 2014, p.22). Sua estrutura possui uma dimensão simbólica alicerçada por um sistema jurídico, formado por um grupo de pessoas que tem o acesso ao sistema escolar, e que se perpetuam no poder

Bourdieu reitera a dimensão simbólica do Estado, espaço de relações de força e sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social. Tais categorias são formas entranhadas em condições históricas de produção, ou melhor, estruturas mentais em conexão com estruturas sociais, como que retraduzindo as tensões entre grupos em oposições lógicas (Miceli, 2014, p.22)

Dessa forma, o Estado não apenas influencia, mas também participa ativamente na construção das narrativas que definem o que é considerado normativo, verdadeiro e inteligível. Essa construção se dá dentro de um sistema complexo que apresenta a ideia de um estado democrático de direito, fundamentado na criação de instituições garantidoras do bem-estar social. É importante compreender que o poder, em sua essência, não visa apenas à dominação por meio do uso da força, mas também é exercido por meio da aplicação de normas e regras, garantindo a punição daqueles que as infringem, essa é a biopolítica de Foucault (2015). Nesse contexto, o Estado assume o papel de detentor do monopólio da violência (Bourdieu, 2014).

Considerando o poder do Estado é essencial adotar uma postura crítica em relação ao Estado moderno, questionando suas práticas e estruturas. Isso implica repensar as políticas públicas de saúde, considerando não apenas a eficácia em termos de resultados, mas também a integralidade e a equidade. Para isso, uma reflexão sobre como o Estado reconhece e incorpora

as diversas identidades em suas estatísticas é parte integrante desse processo de avaliação e transformação.

Laclau e Mouffe (2015) descrevem a sociedade a partir de uma postura crítica e problematizam a noção do Estado de Bem-Estar social, sendo este um produto dessa sociedade pensada nos moldes positivistas em detrimento de um sistema baseados nas diferenças.

O limite do social não pode ser traçado como uma fronteira que separa dois territórios, pois a percepção de uma fronteira supõe a percepção de algo além dela que teria que ser objetivo e positivo – isto é, uma nova diferença. O limite social deve se dar no interior do próprio social, como algo que o subverte, destruindo sua ambição de construir uma presença plena. A sociedade nunca consegue ser plenamente sociedade, porque tudo nela é atravessado pelos seus limites, os quais a impedem de constituir-se com realidade objetiva. Devemos agora considerar o modo como esta subversão é discursivamente construída. Como vimos, isto exigirá que determinemos as formas assumidas como presença do antagonístico como tal (Laclau; Mouffe, 2015, p.204).

A postura crítica se faz imperativa na realização de políticas públicas para pessoas trans e travestis, uma vez que estas, na condição da abjeção, se encontram, no sistema das diferenças no lado negativo, naquele que não existe socialmente e é invisibilizado, e que, portanto, pode ser aniquilado. É nessa ótica que reside a violência já que o desejo de aniquilação do Outro é como o psicanalista Jurandir Freire Costa a define (Freire Costa, 1985).

No que se refere a definição de violência pelo Estado brasileiros, temos a adoção da definição da Organização Mundial de Saúde que a reconhece como um fenômeno extremamente difuso e complexo, e que muitas vezes é resumida a uma inevitável da condição humana. A OMS define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002, p.5).

No contexto brasileiro, o Ministério da Saúde adota como conceito de violência um “evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprio ou a outros” (Brasil, 2005).

Ambas as definições apresentam obstáculos quando da sua aplicabilidade na identificação situações de violência ou no julgamento de processos penais, pois afinal, quais são os critérios para saber foi um ato intencional? A complexidade da determinação da violência como um agravo à saúde nem sempre envolve dados empíricos observacionais, sendo muitas vezes, proveniente de uma narrativa discursiva no dispositivo da sexualidade que permite ou

não ações como agressões físicas. Assim, estatísticas de violência baseadas em dados empíricos e quantificáveis, como o número de corpos assassinados ou agressões registradas limita a compreensão da violência, presente antes da ação violenta.

Para pensar nessas questões, vou apresentar algumas investigações sobre a compreensão da violência. No senso comum, ela tem uma relação com instinto animal, não racional. No entanto, Freire Costa (1985) faz uma investigação que vai além dessa pressuposição, uma vez que a noção de que a violência é algo instintivo do ser humano traz consigo uma banalização, referenciando Hannah Arendt (1999). O autor traz à discussão o diálogo entre Freud e Einstein sobre a violência. Freud aponta dois aspectos a serem considerados sobre a violência. Num primeiro momento, a violência é associada a uma agressividade instintiva, enquanto, em segunda análise, ela é decorrente de “conflitos de interesse”. Nessa segunda análise, é possível atribuir à violência um aspecto além do instintivo, relacionando-se à ação da civilização. A violência, nesse contexto, é uma forma de instauração do direito, da lei e da justiça. (Freire Costa, 1985).

De fato, atribuir à "agressividade" toda a responsabilidade pelo aparecimento da violência da história e na cultura convence tanto quanto atribuir a responsabilidade pelo bombardeio atômico de Hiroshima à física nuclear ou às propriedades físicas do átomo (Freire Costa, 1985, p.27).

Como forma de afastar a ideia de que a violência está ligada a um instinto emocional e, portanto, sem controle, há aquelas violências premeditadas, que são pensadas antecipadamente ao seu ato. Para Costa, a violência carrega consigo a marca do desejo de destruição do Outro, portanto, “só há violência quando o sujeito que sofre a ação agressiva sente no agente da ação um desejo de destruição” (Freire Costa, 1985, p.32). Assim, o desejo da sociedade em se fazer uma é a fundação da violência. Entendendo que toda sociedade possui normas e regras, e que estas somente são operadas a partir do exercício do poder, e todo exercício de poder está calcado na violência, pode-se entender que as normas e regras contratuais de uma sociedade são as fundantes da violência (Freire Costa, 1985).

No contexto das ciências sociais, compreendemos os contratos sociais, quando se voltam para negar os sistemas de diferença presentes em nossa sociedade, podem resultar em eventos como o Holocausto. O desejo de uma unidade, uma raça única e não miscigenada, foi o que justificou o extermínio de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

É através da investigação da articulação do Estado para a concretização do holocausto que Hannah Arendt (1999) irá apontar para a banalidade do mal. Para isso ela analisa o julgamento de Eichmann, a pessoa responsável pela coordenação da logística dos judeus para

os campos de extermínio. Eichmann, se apresenta não como um carrasco frente a corte Israelense responsável pelo julgamento, mas como uma pessoa colaborativa. Nessa perspectiva, Arendt destaca a "banalidade do mal", sugerindo que a capacidade humana de cometer atos violentos muitas vezes ocorre de maneira rotineira, dentro de estruturas burocráticas e sociais, sem a necessidade de um mal extraordinário. No que se refere a Eichmann ela afirma que

[...] ele tinha certeza absoluta de que, no fundo do seu coração, não era aquilo que chamava de *innerer Schweinehund*, um bastardo imundo; e quanto a sua consciência, ele se lembrava perfeitamente que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais metuculoso cuidado (Arendt, 1999, p.37).

Assim, a banalidade do mal é um conceito que aponta para a existência de elementos discursivos e burocráticos que escapam a noção de violência passível de observação e repressão. Um exemplo disso é o slogan adotado por Hitler durante a 2ª guerra que justificou o holocausto: "a batalha pelo destino do povo alemão" (Arendt, 1999). Nesse caso, o uso da palavra "batalha" e seu significado são problematizados pela autora. A palavra "batalha" não carrega uma conotação sangrenta associada à guerra, muito menos a noção de morte. No entanto, ao mesmo tempo, ela sugere a presença da violência. Uma batalha implica esforço com a expectativa de vitória, ao passo que a guerra traz consigo a ideia de que haverá vítimas. Isso representa uma banalização do mal e das violências permitidas pelo Estado, uma vez que o Estado alemão é quem adota esse slogan.

Considerando que os Estados modernos são, em sua maioria, Estados-Nação com um senso de identidade definido (Borba, 2014), Hitler busca a unificação dessas identidades. Validada pela população, a unificação era justificada numa batalha em prol de um ideal que, de maneira nefasta, sustentava o extermínio de um povo. Portanto o que agrava a situação e colabora com a violência é quando o Estado a legitima. Nesse contexto, Eichmann considerava-se um homem por ser um fiel cumpridor das leis

Eram assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer, tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria seu *dever*, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia *ordens*, ele também obedecia à *lei* (Arendt, 1999, p.152).

Hannah Arendt (1999) destaca que a lei é um termo político legal que transcende a delimitação de um território específico, sendo produto de uma normativa que atua como um dispositivo do biopoder. Isso nos leva a refletir sobre as implicações políticas nas leis existentes

num determinado Estado-Nação, as quais podem contribuir para perpetuar narrativas excludentes e para a aniquilação das identidades não inteligíveis.

Concluindo, vemos a complexidade da definição do que é a violência. Para além de um ato intencional ela está presente na estruturação de um discurso que visa à aniquilação do Outro.

4.1 Mito do Brasil não-violento.

Para compreender como que o Brasil se situa no contexto da violência, seja enquanto Estado, ou enquanto marcas culturais, se faz necessário retomar às narrativas mitológicas do Brasil. A construção do mito faz parte da formação subjetiva dos seres humanos. Construimos mitos gregos, romanos, nórdicos, africanos, entre outros. Conhecer a nossa história proporciona referências sobre quem "eu sou" e uma noção de identidade de grupo para o contexto social. Cada país possui sua própria história, que é ensinada nas escolas e pode ser preservada em monumentos, museus, áreas de preservação, e outros locais. No entanto, é crucial questionar: quem conta a história de um país? Quem são os responsáveis por escrever essa narrativa? No Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil foi uma das primeiras instituições fundadas após o famoso grito da independência e desempenhou um papel fundamental na elaboração da "História do Brasil"(Schwarcz, 2019).

A história do Brasil é permeada pelo mito do país avesso à violência, presente no imaginário nacional por meio de uma narrativa construída ao longo dos anos. Souza (1999) destaca os discursos higienistas do início do século XX, que contribuíram para a perpetuação desse mito, transformando a miscigenação entre negros, indígenas e europeus em sinônimo de um país acolhedor das diferenças, em contraste com a realidade escravocrata da época.

Os livros didáticos escolares que contam a "História do Brasil" resultam de uma narrativa forjada numa tentativa de transição entre uma terra explorada e escravocrata para um país que acolheu a aristocracia portuguesa e que não poderia ter uma população predominantemente negra (Schwarcz, 2019). O colonialismo português no Brasil tem como característica a tentativa de apagamento de uma cultura já existente, a indígena, para a inserção através da força, em um processo marcado pela violência (Souza, 1999). Os colonizadores se depararam com um território vasto, muito maior que o português, e decidiram então ocupá-lo com base na experiência da produção de cana na Ilha da Madeira com mão de obra escravizada. A ocupação das terras brasileiras a partir da produção agrícola foi fundamental para que os portugueses tivessem tempo para localizar onde estaria o ouro nesse território. Assim,

inicialmente plantou-se cana nas capitanias de Pernambuco e de São Vicente com pessoas indígenas enquanto mão de obra escravizada. Conhecendo a tradição Tupinambá de guerrear com aldeias rivais colonizadores provocavam guerras para resgatar aqueles que seriam escravizados nessas lavouras. Demorou tempo para que os indígenas percebessem que estavam em guerra com os brancos (As guerras [...], 2018). Em 1542, dando seguimento a ocupação de terras, inicia-se o tráfico regular de pessoas africanas escravizadas no Brasil. Nosso território recebeu cerca de 4,8 milhões de africanos retirados de sua terra¹⁵ para sofrerem todo o tipo de violência, e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Ao contrário do que é ensinado nas escolas, esse processo de diáspora foi marcado por rebeliões, sejam antes, durante ou depois da chegada ao país onde esse povo ia ser escravizado (Schwarcz, 2019).

A história de uma nação é um artefato construído a partir de narrativas, que permite que os cidadãos se reconheçam como pertencentes a ela. O que funda o mito é difícil de ser localizado, mas alguns dados sobre o Brasil podem nos ajudar a identificar o mito que representa o povo brasileiro. A “História do Brasil”, tal como se vê nos livros de escola, vem como uma narrativa que enaltece o país e busca apagar a violência na qual a República foi formada, seja pela forte escravidão que vivemos como a dizimação dos povos indígenas (Schwarcz, 2019). O Brasil perpetua, assim, o mito de um povo não violento, mas difícil de sustentar quando nos deparamos com dados como os trazidos por Trevisan (2018) que aponta o país como responsável por 10% do total de homicídios registrados no mundo no ano de 2016. Além disso, quando do início da colonização, estima-se que a população indígena estimada era de 3 milhões de pessoas em contraste com 1.693.535 indígenas existentes em 2022 (Brasil, 2023a). O sistema escravocrata deixou como herança as desigualdades sociais, o paternalismo, condutas hierárquicas estritas além de reproduzir uma lógica pautada num biologicismo das raças que, em última instância, faz, de um traço, um marcador de diferença fundamental. Essa cicatriz, aliada ao conceito neoliberal de Estado mínimo, perpetua as desigualdades que faz com que o governo federal recorra à criação de políticas públicas para minimizar as marcas do colonialismo. Embora políticas públicas sejam fundamentais para a garantia de direitos dos mais vulneráveis e marginalizados elas podem ser insuficientes caso não se identifiquem e ressignifiquem as causas das desigualdades.

¹⁵ É importante notar que os documentos referentes ao número de pessoas africanas trazidos para o Brasil para serem escravizadas foram extintos, portanto há bastante divergência no que se refere ao número exato dessas pessoas. Luis Felipe de Alencastro, historiador, aponta, diferentemente de Schwarcz, que este número seria de 12 milhões (As guerras [...], 2018).

Essa violência foi substituída na história por uma narrativa de miscigenação. O Brasil ficou conhecido como o povo da democracia racial, o povo que aceita as diferenças, mas, como bem colocado por Schwarcz (2019) como que então se justificaria as violências registradas no país contra a população LGBTQIA+, a população negra e a população indígena?

A Construção de uma história oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; tem um papel estratégico nas políticas de Estado, engrandecendo certos eventos e suavizando problemas que a nação vivenciou no passado, mas prefere esquecer, e cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente. O procedimento acaba, igualmente, por autorizar apenas uma interpretação, quando se destacam determinadas atuações e formas de sociabilidade, obliterando-se outras (Schwarcz, 2019, p.21).

Airton Krenak afirma: “a guerra é um estado permanente da relação entre os povos originários daqui que foram chamados de ‘os índios’ sem nenhuma trégua até hoje” (As guerras [...], 2018).

Assim como os povos originários, populações marginalizadas são exterminadas no Brasil. Diversos documentários¹⁶ mostram a realidade atual do Brasil no que tange a violência ainda persistente.

O filme *Relatos do Front* aponta a relação íntima da violência no Brasil com a desigualdade social, marca histórica que existente desde o período colonial escravocrata (*Relatos [...]*, 2022). “*Auto de Resistência*” (*Auto [...]*, 2018) documenta julgamentos de policiais pelo Ministério Público do Rio de Janeiro referente a mortes ocorridas em ações da polícia, nas quais a justificativa para o assassinato é denominada “auto de resistência”.

‘Homicídio por auto de resistência’ é a classificação, nos registros policiais, dada às mortes de civis em confronto com as forças policiais. Essa categorização implica entender que aquela morte teria ocorrido porque o sujeito morto teria entrado em confronto com os policiais e que, assim, os policiais teriam agido em legítima defesa. Trata-se, portanto, da classificação que é aplicada nos Registros de Ocorrência nas Delegacias da Polícia Judiciária, tendo por informantes e testemunhas os próprios policiais que participaram lá do confronto (Faria, 2016, p.38).

As cenas documentadas pelo filme e aqui descritas estão relacionadas a uma ação realizada pela polícia militar no subúrbio do Rio de Janeiro, na qual cinco jovens de 16 a 20 anos foram mortos a tiros dentro do carro em que estavam enquanto voltavam de um passeio no Parque Madureira; os policiais foram indiciados pelo crime. Uma cena gravada pela câmera interna instalada na viatura policial registra a negligência de dois policiais numa operação. Dois

¹⁶ Opto por trazer aqui documentários e não teses e dissertações porque, através das imagens recortadas nessas produções audiovisuais, podemos ter contato direto com os dados primários de análise, que comumente não estão presentes nos documentos acadêmicos textuais.

jovens de 19 e 15 anos estão na viatura policial aguardando socorro pois um deles está baleado no peito, um policial está ao volante e espera o seu colega voltar enquanto os jovens gritam em desespero. A cena dura cerca de dois minutos até que o outro colega chega para que os jovens possam ser encaminhados ao hospital (Auto [...], 2018). É perceptível que o policial ao volante enquanto espera seu colega não se comove com o sofrimento dos jovens e não age com um senso de urgência.

Uma investigação sobre o assassinato de jovens no Brasil foi instaurada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 2015 embasadas em dados de uma pesquisa divulgada pelo governo federal referente aos índices de homicídios de adolescentes no Brasil. A partir da CPI, foi criado um Projeto de Lei que busca alterar o Código de Processo Penal para dificultar que policiais sejam responsáveis pelo registro dos fatos em situações em que alegam autodefesa, comumente nomeadas de “auto de resistência” em confronto com a população civil (Faria, 2016). O projeto de lei PL 4471/2012, criado em 2016, permanece atualmente arquivado no Senado em discussão, podendo ainda ser reaberto para discussão no Congresso Nacional.

Trago agora uma cena que foi divulgada no YouTube. Ela é enquadrada por uma câmera de celular. Uma mulher está sentada ao chão, ao seu lado um carrinho de mão. É possível identificar quatro homens que desferem socos e chutes na mulher por todo seu corpo, inclusive rosto. Em um dado momento, um homem bate nela com um grande pedaço de madeira. Ao fim do vídeo, a mulher, desfalecida, é colocada no carrinho de mão e carregada para outro local; a filmagem termina. Esta cena em seu formato original é retirada do ar do YouTube por se tratar de registro de um assassinato, uma vez que os homens, além de golpes, desferem dois tiros de arma de fogo. A mulher vítima do espancamento e assassinato é Dandara, uma travesti moradora do Ceará, que teve seu assassinato filmado e exposto nas redes. Este vídeo permanece em fragmentos no YouTube, nas reportagens feitas na época do crime. O que chama a atenção no caso de Dandara é a filmagem de seu assassinato e seu compartilhamento nas redes sociais; sua morte é um feito, um troféu, um ritual de punição descrito por Foucault (1987) tais quais os realizados durante a Idade Média: o suplício.

Ambas as cenas compõem o quadro de violência no Brasil. No caso Dandara nos questionamos: por que filmar o espancamento? No caso da violência no Rio de Janeiro: o policial não vê que os meninos estão morrendo? Esse policial sabe que está sendo filmado, será que ele esquece que tem uma câmera ou ele considera que estava realizando o procedimento padrão? Questionamentos semelhantes são levantados por Judith Butler: "A questão que me preocupa, à luz da violência global recente, é: quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que *concede a uma vida ser passível de luto?*" (Butler, 2019b,

p.40). Nas cenas apresentadas, torna-se evidente que os corpos marginalizados dos jovens negros e pardos pobres do Rio de Janeiro, assim como a travesti Dandara, não são considerados passíveis de luto.

O sofrimento tanto no caso de Dandara¹⁷, quanto no caso dos jovens negligenciados pelos policiais na cidade do Rio de Janeiro representa uma punição ativa, seja pelos homens que aplicam os golpes antes de atirar em Dandara, seja pelo policial que espera pacientemente seu colega voltar ao carro com dois jovens agonizando no banco de trás da viatura. O suplício presente na Idade Média também estava presente de certa forma nas demais punições, como a aplicação de multas acompanhadas de açoite. A punição através da dor era uma maneira de "purgar" o crime, uma vez que o corpo do condenado seria marcado, seja através das lembranças ou pelos requintes de crueldade que acompanhavam as execuções em que a condenação era morte por suplício. Vemos então uma demonstração de poder através daquele que executa o suplício, aquele que marca o corpo, com parte do ritual sendo a ostentação desse ato. "O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força." (Foucault, 1987, p.37).

Como forma de registrar a punição de tal pessoa, a cabeça decapitada era pendurada em praça pública, uma marca e ostentação do poder sobre os corpos ininteligíveis. No mundo contemporâneo, Dandara e os jovens das favelas do Rio de Janeiro têm seus corpos punidos e exterminados por não serem compreendidos como corpos vivíveis.

¹⁷ Para saber mais acesse matéria publicada no portal G1: "Travesti Dandara foi morta a tiros no Ceará, diz secretário. <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>

5 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI

Desde 2016, O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publica anualmente, o Atlas da Violência que apresenta dados oficiais da violência no Brasil. O relatório é baseado em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, complementados com informações existentes em registros policiais. O objetivo é contribuir para o aprimoramento de políticas públicas no contexto da violência no país (Cerqueira *et al.*, 2016). Essas publicações têm como foco as mortes violentas, não abordando a dinâmica completa da violência, ou seja, não apresentam outras formas de violência para além da aniquilação da vida.

A partir de 2019 que o Atlas da violência abriu uma seção de análise intitulada “Violência contra a população LGBTI+” pois a violência contra essa população é um tema grave em decorrência do aumento da violência percebido nos últimos anos (Cerqueira; Bueno, 2019). Os dados para análise foram obtidos a partir das informações disponíveis no Disque 100, um canal fornecido pelo governo federal para denunciar violações dos direitos humanos, bem como dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Em 2020, o Atlas foi enriquecido com dados coletados da sociedade civil, como a ANTRA. Assim, foi possível apresentar análise de dados referentes à identidade de gênero e não somente orientação sexual, como tratado no ano anterior (Cerqueira; Bueno, 2019, 2020)

O Atlas de 2021 destaca um dado significativo proveniente do SINAN: em 98,8% dos casos, o campo referente à identidade de gênero não é preenchido. Isso sugere a falta de capacitação e preparo por parte dos profissionais de saúde (Cerqueira; Ferreira, 2021). É importante notar que um levantamento realizado entre 2015 e 2017 aponta para uma subnotificação em relação à violência de caráter transfóbico (Pinto *et al.*, 2020). Percebo que esse dado aponta para a violência às quais essas pessoas sofrem ao serem silenciadas em suas narrativas como aponta Teixeira (2013). O desinteresse das narrativas de vida dessas pessoas identificado pela autora pode ser um dos fatores que justificam a subnotificação da violência dessa população.

Considerações do Ipea frente a políticas públicas de segurança pública aponta lacunas na atuação do governo federal frente à segurança pública. Com a ausência de uma política pública a nível nacional, ações frente à segurança pública são pensadas de forma mais regional. Além disso o órgão aponta estudos que demonstram que ações frente à educação da população são apontadas em estudos internacionais como eficazes na diminuição da violência em

determinados países (Cerqueira; Bueno, 2019, 2020). No Atlas da violência de 2023 os dados apontam que as estatísticas oficiais acerca da violência direcionada à população LGBTQIA+ é 50% menor do que os dados obtidos por fontes não oficiais, sendo reiterado a dificuldade que o Brasil tem de realizar levantamento de dados relativo à população LGBTQIA+ (Cerqueira; Bueno, 2023).

Em 2023 os pesquisadores alertam: “é possível inferir que a cobertura ofertada pelos equipamentos especializados não tem sido capaz de acompanhar o espraiamento da demanda, sinalizando para a importância de qualificação para atendimento de vítimas LGBTQIA+ de toda a rede de equipamentos de saúde” (Cerqueira, Bueno, 2023). Além disso o Ipea apresenta dados não oficiais levantados por organizações sociais:

O aumento dos registros acompanha os resultados das pesquisas de mortalidade violenta de LGBTQI+ realizadas via busca ativa, a partir de dados não oficiais. Levantamento nacional realizado pelo Grupo Gay da Bahia captou aumento de 8% das mortes violentas de LGBTQI+ (Oliveira e Mott, 2020)., com 276 casos em 2020 e 300 em 2021. Já o levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais contabilizou redução de 20% nos assassinatos de pessoas trans e travestis no período – contaram 175 mortes em 2020 e 140 em 2021 (Cerqueira; Bueno, 2023, p.64).

O relatório de 2023 também oferece dados interseccionais sobre as experiências de pessoas trans e travestis, considerando as diferenças entre as realidades das pessoas negras e brancas. Em todos os casos, a violência direcionada à população negra é mais prevalente do que à população branca, apresentando uma disparidade de 65% das travestis negras em relação às brancas, que representam 31%. O atlas também fornece informações sobre violência autoprovocada entre pessoas homossexuais e bissexuais, mas não inclui dados específicos sobre pessoas trans e travestis (Cerqueira; Bueno, 2023)

No que diz respeito aos dados não oficiais, conduzidos por organizações civis destaca-se o Grupo Gay Bahia (GGB) como o primeiro órgão a realizar levantamentos de dados de violência referente à população trans. Fundado em 1980, é um dos primeiros grupos organizados da sociedade civil para garantir os direitos homossexuais. Em 1992, após o assassinato de Aparício Basílio da Silva, encontrado em uma vala em São Paulo com sinais de espancamento e dezenas de perfurações de tesoura em seu corpo, o grupo começou a publicar periodicamente relatórios com a lista de homossexuais assassinados no Brasil (Trevisan, 2018).

Também em 1992, foi fundada a Associação de Travestis e Liberados (Astral), que passou a organizar encontros nacionais com o objetivo de discutir ações políticas para as pessoas trans e travestis. Essa iniciativa culminou, em 1997, com a criação de uma rede nacional

de articulação dessas pessoas, chamada de Rede Nacional de Travestis e Liberados (Rentral), renomeada em 2000 para Articulação Nacional de Transgêneros, futuramente retificada para Associação Nacional de Travestis e Transgêneros (ANTRA) (Souza, 2020).

Atualmente a ANTRA mantém as publicações referente à violência direcionada à população trans, sendo publicada anualmente e reconhecida como uma importante fonte de dados. Os relatórios são resultado de uma articulação do movimento social em conjunto com universidades, visando registrar e evidenciar a violência que essas pessoas enfrentam diariamente. Por meio dessa iniciativa, foi possível constatar que a expectativa de vida de travestis e transexuais no país é de 35 anos de idade (Benevides; Nogueira, 2021). No dossiê publicado pela ANTRA em 2020, destaca-se a vulnerabilidade específica das travestis e mulheres trans (Benevides; Nogueira, 2020). Em 2020 o GGB apontou que pessoas trans têm 17 vezes mais risco de serem assassinadas do que gays (Oliveira; Mott, 2020). e o Dossiê de 2019 publicado pela ANTRA ainda aponta que o Brasil é o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo de acordo com o Trans Murder Monitoring (TMM) um projeto mundial que coleta analisa relatórios de homicídios de pessoas trans e diversidade de gênero a nível mundial (Benevides; Nogueira, 2020).

O dossiê da ANTRA de 2024 aponta que em 2023, foram 145 pessoas assassinadas e 10 pessoas se suicidaram, sendo que a pessoa mais jovem a se suicidar tinha 13 anos de idade. Esse dado reflete um aumento de 10% em relação ao relatório de 2023, referente ao ano de 2022. O relatório ainda apresenta dados regionais dos casos registrados e aponta que 65% dos assassinatos estão no interior e o estado que mais mata pessoas trans no Brasil é São Paulo, seguido de Rio de Janeiro, Paraná, Ceará e Minas Gerais. No que se refere à idade dessas vítimas o dossiê aponta que 71% delas tinham a idade entre 13 e 35 anos, sendo que no ano anterior essa mesma faixa etária representava 81% das vítimas por transfobia. Outro dado relevante é de que 57% das vítimas eram profissionais do sexo e revela que, embora toda a população trans encontra-se num contexto de vulnerabilidade, são as mulheres trans e travestis que necessita de maior atenção para a garantia de seus direitos (Benevides, 2024).

Por se tratar de dados extraoficiais, o dossiê é resultado de um levantamento de reportagens sobre assassinatos ou suicídios de pessoas trans e travestis. Nesse caso, é relevante apontar que a maioria das fontes não trazia dados sobre a raça ou etnia da vítima, mas, ainda assim, foi possível perceber que pelo menos 72% das vítimas eram pessoas negras. Essa identificação foi feita a partir de uma heteroidentificação post mortem a partir de fotos das vítimas. Esses dados mostraram que a raça se configura como um fator de risco para a morte da população trans negra.

No que se refere à identidade de gênero, verificou-se que a chance de uma pessoa transfeminina (travesti ou mulher trans) ser assassinada é 32 vezes maior do que uma pessoa transmasculina ou não binária. Esses dados apontam que essas pessoas têm um alto risco de serem assassinadas quando estão em espaços públicos (Benevides, 2024).

Ainda referente aos assassinatos de pessoas trans e travestis, destacamos o quadro 1 apresentado no dossiê, que se refere às formas de assassinato.

Quadro 1. Meios e tipos de métodos utilizados nos assassinatos em 2023

Tipo de Ferramentas/Métodos	
Afogamento	Espancamento + Asfixia
Apedrejamento	Espancamento + Esfaqueamento
Arma de fogo	Espancamento + Queimaduras
Arma de fogo + facadas	Facadas + espancamento
Arma de fogo + Ateamento de fogo	Facadas + tiros
Asfixia	Golpes de pedra + de madeira
Atropelamento Intencional	Pauladas
Enforcamento/Estrangulamento	Pauladas + Facadas
Esfaqueamento	Pauladas + Enforcamento
Esfaqueamento + Esquartejamento	Pauladas e pedradas
Esfaqueamento + Pauladas	Pedradas
Espancamento + Arma de fogo	Queimaduras (Ateamento de fogo)

Fonte: (Benevides, 2024).

Os requintes de crueldade presentes nos assassinatos de pessoas trans e travestis chamam a atenção. Carrara e Vianna (2006) apresentam a construção narrativa pelo judiciário de que estas pessoas são consideradas criminosas, o que justificaria a execução desses corpos. O trabalho realizado entre 2000 e 2001 no município do Rio de Janeiro permanece como importante referência na compreensão dos assassinatos dessa população. Os autores identificam uma narrativa em que travestis são retratadas como criminosas que andam em grupo, provocando medo nas pessoas que, por isso, reagem violentamente. Na defesa de um assassino de uma travesti, também aparece a ideia de que pessoas trans e travestis são mentirosas por apresentarem identidades falsas. Isso fica evidente quando a defesa do assassino afirma que “o¹⁸ travesti falado nem sequer provou sua verdadeira identidade” (Carrara; Vianna, 2006, p.244). O caráter ininteligível desses corpos é evidente nas narrativas jurídicas de defesa dos

¹⁸ Mantive a fala do interlocutor como referenciada no artigo utilizando o pronome masculino para referenciar a travesti afim de evidenciar o não reconhecimento dessa identidade pela defesa do assassino.

crimes de execução de pessoas trans e travestis. No entanto, essa ininteligibilidade também está presente entre os próprios juízes, como descrito na fala do advogado defensor do assassino: “o próprio e digno Dr. Juiz, até mesmo em tom irônico disse: ‘Não sei se o chamo de Z ou se pelo nome de mulher que usa’ [...] e, neste caso, também a defesa exigiu que tal personagem trouxesse para os autos a prova de sua exata identificação.” (Carrara; Vianna, 2006, p. 244).

Compreendo que a falta de dados oficiais sobre a violência que pessoas trans e travestis sofrem no Brasil, aliada a um judiciário que não reconhece corpos trans e travestis, justifica a impossibilidade de acesso aos direitos garantidos a cidadãs cisgêneras e cidadãos cisgêneros, especialmente no que se refere à segurança e à vida. Os dados oficiais refletem quem são as pessoas reconhecidas pelo Estado como cidadãos ou cidadãs e, no momento, para o Estado brasileiro, não importa se a pessoa é trans ou travesti. Isso ocorre porque, mesmo com a possibilidade de retificação de nome e sexo no Brasil, uma vez concluída, essas pessoas serão lidas como homens e mulheres, e seu caráter de ininteligibilidade na sociedade será apagado¹⁹. No caso apresentado por Carrara e Vianna (2006), foi investigada a morte de Roberta, uma travesti assassinada, portanto, não se pode afirmar que há total descaso do Estado. Contudo, o não reconhecimento dessa identidade como travesti, seja na fala do juiz ou pelo próprio sistema judiciário que só reconhece mulheres e homens, apaga a complexidade das identidades trans e travestis no que se refere ao seu reconhecimento pela sociedade. Para compreender esses casos de crimes de ódio, é fundamental entender as relações entre o assassino e a vítima. No caso em questão, o assassino mantinha um relacionamento com Roberta, mas ele afirmou que isso não era verdade, pois ele era “um filho dedicado, ‘arrimo de família tradicional” (Carrara; Vianna, 2006, p. 243).

Mendes *et al.* (2021) define “crime de ódio” como “manifestações de discriminação, medo ou ódio com base na identidade de gênero, configurando-se como transfobia” (Mendes *et al.*, 2021, p. 5616). Os autores apresentam uma revisão sistemática acerca dos homicídios contra a população LGBTQIA+ que aponta para a existência de poucos estudos internacionais sobre o homicídio contra essa população devido à subnotificação dos casos. No entanto, os autores destacam que os países das Américas (Brasil, Estados Unidos e México) têm maior prevalência de crimes contra a população trans, indicando que há uma “cultura de ódio” mais disseminada nesses países. Além disso, a revisão conclui que há maior probabilidade de que

¹⁹ É importante frisar que essa afirmação não significa que advogo pela inclusão de uma terceira categoria para as pessoas que retificaram sexo e gênero. Sabemos que a invisibilização da identidade trans e travesti é, para algumas pessoas, fator protetivo contra a transfobia. Problemático, porém, a noção binária do Estado que classifica as pessoas em homens e mulheres e atribui a isso o caráter de legitimidade de uma identidade.

peessoas trans sejam assassinadas na rua enquanto trabalham como profissionais do sexo e por serem reconhecidas como trans ou travestis. Essas pessoas costumam sofrer mais golpes e agressões do que o necessário para a efetivação do óbito, fato que aponta para o ódio envolvido na execução. Além disso, em mais de 90% dos casos, o assassino é do sexo masculino com forte tendência a seguir uma “ideologia machista” (Mendes *et al.*, 2021).

Esse estudo encerra destacando a gravidade dos homicídios que a população LGBTQIA+ sofre, sugerindo que ela enfrenta uma epidemia de homicídios (Mendes *et al.*, 2021). No que tange a população trans e travestis, os dados apresentados nesses estudos e nos relatórios realizados pela ANTRA apontam para a urgência de reconhecimento dessas identidades pelo Estado, para que políticas públicas possam ser formuladas e dados oficiais possam ser obtidos a partir dos sistemas de saúde e dos sistemas da segurança pública.

Teixeira (2011) menciona que durante a sua pesquisa de doutorado duas participantes foram assassinadas de forma violenta que se configurou como crime de ódio. Além disso, a autora destaca a violência na qual essas pessoas estão expostas nos discursos médicos-jurídicos. O enquadramento diagnóstico dessas pessoas faz com que elas precisem se adequar aos sistemas sexo e gênero hegemônico para que possa ter acesso a um processo de socialização adequado. Isso é evidenciado quando, para acesso à cirurgia de redesignação sexual essas pessoas são submetidas à inúmeros testes psicológicos e perícias médicas invasivas porém dados sobre a vida delas, como contexto familiar e demais dados da vida social não estão presentes. A justificativa para tal desinteresse reside na premissa de que essas pessoas precisam, inicialmente reparar sua incongruência corporal para depois serem ressocializadas.

Assim, a violência contra os corpos trans e travestis não reside somente nas agressões e assassinatos, Teixeira (2013) aponta como as normas de gênero permitem que determinados corpos sejam reconhecidos e outros não, no caso das pessoas trans e travestis, suas narrativas e existências não são permitidas. Ela apresenta a fala de uma interlocutora:

[...] com o tempo, o que é mais fácil de esconder (ou talvez menos perceptível) aos 13 anos, se torna mais difícil aos 16, 17 anos, quando os outros começam a cobrar mais masculinidade dos rapazes. Esse foi o meu caso, eu não conseguia me adaptar ao sistema e me integrar a ele se tornava cada vez mais difícil. Orava [...] para que me ajudasse a resolver minhas depressões e me ajudasse a mudar meu jeito de ser. Não conseguiria simplesmente mudar meu modo de agir. Era muito difícil. A ideia do celibato nem era tão assustadora quanto o fato de ser torturada todos os dias tentando agir de u modo que não era o meu real. Sentia que minha vida era uma fraude. Uma grande mentira (Teixeira, 2013, p.188).

A não possibilidade de existência é uma violência subjetiva relatada tanto no estudo de Teixeira (2013) quanto de Bento (2017). O sofrimento psíquico que a sociedade imputa às

pessoas fora das normas binárias de gênero também imputam em violência física. Maria, uma interlocutora de Berenice Bento afirma:

[...] E eu vestia uma roupa, olhava nas mulheres, nas colegas, vestias as roupas fica lindo, toda chic. Ai meu Deus, aquele monte e eu horas arrumando aquilo. Eu falei: “não eu vou tirar, não aguento”. Eu sei que foi um erro meu, em ter começado a minha cirurgia, porque eu me mutilei. Eu tirei os testículos. Eu tirei quando tinha quatorze anos, tirei um coquinho [...] (Bento, 2017, p.164)

A autora complementa essa passagem afirmando que o desejo de Maria não era ter uma vagina, mas sim se vestir conforme o esperado publicamente de uma mulher e ser reconhecida como tal. Vemos que a violência que essas pessoas sofrem não reside apenas nas agressões físicas; estas são reflexo das normativas de gênero vigentes que produzem corpos que importam e corpos que não importam. No entanto, vejo que os únicos dados produzidos oficialmente sobre a violência são quando ela já está no nível do extermínio dessa população. Defendo que, para efetivar políticas públicas que permitam que essas existências sejam possíveis (seja de forma subjetiva ou real), é necessário dialogar com as pesquisas realizadas que possam auxiliar a pensar em estratégias para o enfrentamento das normativas de gênero vigentes, que legitimam a visão de que essas pessoas são monstros a serem aniquilados.

No que se refere às políticas de saúde direcionadas a essas pessoas, Teixeira (2016) é contundente ao afirmar que o Ministério da Saúde opta por firmar aliança com uma perspectiva centrada no diagnóstico no que se refere às políticas públicas de saúde para as pessoas trans e travestis. Santos (2020) aponta que o processo transexualizador não se configura como uma política pública efetiva para o atendimento integral à saúde das pessoas trans e travestis, mas como a execução de uma medida judicial na qual a União foi condenada a incluir no rol do SUS serviços e medicações que permitam modificações corporais às pessoas trans e travestis. Assim a autora qualifica o processo transexualizador enquanto um programa que foi sendo executado de “baixo para cima” uma vez que a condução da implementação do serviço ficou a cargo das gestões locais, sem envolvimento, nem interesse, por parte do Ministério da Saúde em uma articulação nacional que pudesse efetivar a política.

Embora Santos (2020) tenha observado iniciativas importantes, como em Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, estados nos quais o processo foi articulado com algumas universidades discutindo a implementação na Atenção Primária e promovendo discussões internas sobre diversidade étnica, sexual e de gênero nas formações médicas, ela destaca que ainda é necessário o envolvimento direto do Ministério da Saúde para a articulação e organização

desses serviços a nível nacional. Isso porque é preciso investimento de recursos humanos, técnicos e financeiros para que se efetive como política pública.

O desinteresse público na efetivação de políticas públicas para a população trans e travestis, evidenciado principalmente na forma como o processo transexualizador foi conduzido, prevalecendo o discurso patologizador em relação a essas pessoas, resulta em dados alarmantes sobre o extermínio que essa população sofre no país.

5.1 Políticas públicas não identitárias

A existência de grupos sociais que se organizam para atuar em questões que o Estado não alcança tem crescido na sociedade. No caso das pessoas trans e travestis, é importante destacar o papel das Organizações Cívicas na produção de dados sobre violência e no acolhimento dessa população. Embora a discussão sobre a atuação do Estado diante das demandas sociais seja complexa, é notável o papel da sociedade civil em garantir o acesso a direitos para a população trans e travesti.

A organização civil da população LGBTQIA+ no Brasil ganhou maior destaque e intensificou-se com o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na década de 1980. Nesse momento, a AIDS era compreendida como uma síndrome de grupos de risco, sendo que homens gays estavam entre as pessoas mais suscetíveis a doença. A partir dessa constatação, lideranças gays pressionaram o Estado para atender a essa população. Assim, civis atuaram nas ruas e em locais frequentados por homens gays, lançando campanhas de prevenção ao HIV em parceria com o Estado. São Paulo foi pioneiro na criação do Programa de DST/AIDS voltado para a população LGBTQIA+. Na mesma época, a pensão de uma travesti chamada Brenda Lee serviu como abrigo para travestis infectadas com HIV, tornando-se a Casa Brenda Lee, um apoio fundamental para o estado de São Paulo que atuava em conjunto ao Hospital Emílio Ribas. A partir dessa experiência, o financiamento estadual para organizações, especialmente na área da saúde, aumentou, contribuindo para o crescimento do número de organizações civis em prol dos direitos LGBTQIA+ no país (Trevisan, 2018).

No que se refere à ação do Estado na produção de políticas públicas de saúde destinadas às pessoas trans e travestis, o Brasil avançou com a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.482, de 1997. Essa resolução permitiu as cirurgias de redesignação sexual, que anteriormente eram enquadradas como crime de lesão corporal, sujeitas a condenação (CFM, 1997). Esse avanço representou um importante passo para o

reconhecimento de que as identidades não são “naturais”, embora ainda sejam pautadas no dispositivo da transexualidade.

Em 2007, após uma ação do Ministério Público Federal contra a União, o Sistema Único de Saúde passou a ser obrigado a incluir em seus serviços cirurgias estético-corporais para pessoas trans, bem como hormonioterapia (Brasil, 2007). Assim surge o Processo Transexualizador em 2008 com a publicação da portaria nº457 de 19 de agosto de 2008 (Brasil, 2008). Em 2011, a Política Nacional de Atenção Integral à saúde LGBTQIA+ foi instaurada através da portaria nº 2.836 (Brasil, 2011). Essa política, dentre outras ações, permitiu a ampliação do Processo Transexualizador para pessoas transmasculinas em 2013. A ampliação foi efetivada pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 (Brasil, 2013).

Essas políticas públicas, ainda não são suficientes para garantir o direito à saúde dessas pessoas. É comum haver relatos de pessoas trans e travestis que foram desrespeitadas por profissionais de saúde, que se recusam a chamá-las pelo nome de registro, além de relatos de recusa de atendimento ou realização de exames (Heinzelmann, 2020; Sebastian Velho, 2020; Miskolci *et al.*, 2022). Atualmente, no país, são apenas nove hospitais que realizam as cirurgias previstas no Processo Transexualizador, localizados nas seguintes cidades: Juiz de Fora, Belém, Porto Alegre, Goiânia (dois hospitais), Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande (Ministério da Saúde, [202-]). A escassa oferta do serviço contribui para que a fila de espera esteja estimada em dez anos, o que faz com que pessoas trans e travestis recorram ao serviço particular ou clandestino para realização das cirurgias (Benevides, 2020).

Os princípios fundamentais do SUS, que incluem integralidade, universalidade e equidade²⁰, refletem a base teórico-epistemológica na qual o sistema se fundamenta. Eles são reflexos do contexto histórico-político no qual o SUS foi concebido e orientam as ações de saúde. O SUS surge como um processo resultante da redemocratização de um país que havia vivenciado um período ditatorial, representando uma resistência aos impactos da violência que a população brasileira enfrentou durante essa época (Matta, 2007). Ao compreender a violência gerada pela desigualdade social, a inclusão na Constituição de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado estabelece imediatamente que o Estado reconhece todas as formas de

²⁰ Matta define que os princípios do SUS são 'o núcleo de valores e concepções que servem de base para o SUS' (Matta, 2007, p. 65). O autor define a universalidade como um direito à vida e à igualdade de acesso à saúde, independentemente de raça, gênero, religião ou qualquer outra forma de discriminação. A equidade é definida como a atenção às diferenças, no qual aqueles que sofrem uma desigualdade de acesso precisam ser tratados em suas particularidades, investindo-se assim onde a inequidade é maior. Por último, a integralidade é apresentada em quatro dimensões: no sentido histórico, como contraposição à noção assistencialista da saúde; no sentido epistemológico, referindo-se à prática de saúde integral; no planejamento à saúde; e nas relações de trabalho e saúde, no que se refere à gestão da saúde e suas relações. O princípio da integralidade será melhor trabalhado nos capítulos seguintes.

subjetivação como detentoras de direitos ao acesso à saúde no país. No entanto, para as populações marginalizadas, garantir esses direitos pode se tornar um desafio para o Estado, uma vez que requer compreensão das razões que as colocam à margem socialmente.

Considero que os princípios do SUS estão intrinsecamente interconectados, pois a universalidade no atendimento é efetivada quando considerado os aspectos biopsicossociais que permeiam a vida das pessoas na sociedade brasileira. A noção de integralidade surge como uma resposta à visão biomédica da saúde, indo além da remediação de doenças para abranger também a prevenção e promoção da saúde (Kalichman; Ayres, 2016). Ao lidarmos com as realidades enfrentadas por pessoas trans e travestis, assim como a violência que essas pessoas sofrem, torna-se crucial considerar os aspectos discursivos e sociais que fundamentam sua exclusão. Agir na transformação desse discurso social torna-se, então, uma estratégia de promoção da saúde para essa população.

Entre as diretrizes do SUS, os meios pelos quais o SUS busca alcançar seus objetivos, a descentralização destaca-se como uma abordagem essencial para orientar a atuação em saúde, contribuindo para a concretização da integralidade como princípio fundamental. A descentralização, ao envolver a distribuição do poder, concede autonomia às instâncias locais do SUS (Matta, 2007). Isso é particularmente relevante no contexto brasileiro, um país de grande amplitude geográfica que abriga assim uma multiplicidade de realidades, tanto sociais, culturais quanto climáticas. Essas características tornam impraticável a implementação de ações centralizadas de forma uniforme. A descentralização enquanto diretriz representa uma redistribuição de poder, mas também fomenta a articulação em rede do sistema de saúde, permitindo que os profissionais atuem de maneira interdisciplinar em equipes multidisciplinares. É importante ressaltar que a descentralização não deve ser compreendida apenas como a operacionalização de políticas públicas no âmbito da saúde municipal em detrimento do federal, mas também como o reconhecimento das redes de poder que influenciam as relações sociais.

No contexto da violência contra a população trans e travesti, considerando o dispositivo da sexualidade enquanto operador de dinâmicas discursivas, surge a necessidade de compreensão do atendimento à saúde em um âmbito complexo que considere o discurso e as práticas sociais. Dessa forma, a descentralização e a integralidade oferecem ferramentas para pensar políticas públicas de saúde para além das práticas biomédicas tradicionais e de políticas públicas restritas às questões identitárias. Adotar a descentralização como diretriz para as políticas públicas de enfrentamento da violência contra pessoas trans e travestis, no sentido de

efetivar o princípio da integralidade, é uma maneira de conceber políticas públicas não-identitárias.

Compreender as políticas públicas voltadas para as identidades trans e travestis requer uma análise crítica do Estado-Nação. Na década de 1990, testemunhamos uma reviravolta geopolítica, com o transnacionalismo e o capitalismo flexível impactando diretamente a experiência corporal e dando origem a novos movimentos sociais que apresentam demandas políticas inseridas na cultura contemporânea (Ribeiro, 2005). Dentro desse cenário, o movimento queer se destaca como parte integrante desses movimentos culturais, destacando as questões de invisibilidade e injustiça enfrentadas por grupos marginalizados, relegados à abjeção social (Miskolci, 2017).

Ribeiro (2005) aponta que, em conjunto com o prefixo 'trans' que marca nosso tempo, o prefixo 'pós' é atravessado de maneira quase ritualística no que se refere ao pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, pós-marxismo etc. Ele adverte sobre a necessidade de cautela em relação à confusão de continuidade e descontinuidade que o termo carrega. No que se refere a população trans, um olhar crítico se faz necessário principalmente pelas identidades atravessadas por baixo nível socioeconômico e negras. O autor menciona o pós-imperialismo como equivalente ao colonialismo no que se refere a dominação de um conglomerado econômico que mantém as grandes potências em situação de poder superior aos países antes colonizados. Colônias se transformaram em “países emergentes”, “países em desenvolvimento”, uma vez que o pós-imperialismo marca os países subalternos de forma mais branda, não explicitamente racista.

A preocupação central do ‘pós-imperialismo’ está relacionada com o poder das corporações (tanto privadas quanto estatais) em controlar os destinos de atores sociais, sejam eles coletivos ou individuais, sob a hegemonia do capital flexível em um mundo globalizado e transnacional. No entanto, também é uma preocupação com as respostas desses mesmos atores sociais às novas configurações de poder, respostas que visam manter e ampliar a heterogeneidade em um mundo cheio de forças homogeneizadoras (Ribeiro, 2005, p.61, tradução nossa).

A partir disso, Ribeiro (2005) aponta para o papel do estudos pós-imperialistas na ampliação da discussão sobre os efeitos da globalização e multiculturalismo nos Estados-Nação. O autor aponta a necessidade de alianças e discussões amplas sobre as políticas dos Estados antes colonizados. Para isso ele aponta para a “política cyborg” pautada na noção de cyborg de Donna Haraway, ou como ele nomeia: política transversal. Ela “se refere à abertura e manutenção de diálogos através das diferenças de ideologias, culturas, identidades e posições

sociais” (Ribeiro, 2005, p.62). O autor aponta para pensar a política apresentando a heteroglossia e uniformidade como um paradoxo e não como uma contradição.

Pesquisas no âmbito da saúde coletiva que operam com o pressuposto da universalidade dos saberes se aliadas à noção de subalternidade, têm o potencial de criar categorias normalizadoras e patologizadoras, como as que moldam identidades trans e travestis. Apesar dos avanços nas discussões sobre as vivências trans e travestis, ainda nos deparamos com a persistente ideia de que essas pessoas devem se conformar a uma binaridade na expressão de gênero, seja como homem ou mulher. Essa perspectiva, à primeira vista, pode parecer inclusiva para as identidades trans e travestis, mas muitas vezes deixa de problematizar a materialidade das identidades presente no dispositivo de gênero, contribuindo para a perpetuação da violência contra essa população. É nesse contexto que as teorias queer e social crítica se destacam, proporcionando uma análise crítica de como as políticas públicas são concebidas. Essas abordagens possibilitam uma problematização mais profunda das construções normativas que moldam as identidades trans, oferecendo uma perspectiva mais aberta e inclusiva para o desenvolvimento de políticas que visam erradicar a violência contra essa comunidade.

Assim, a perspectiva cisgênera e heteronormativa que permeia a sociedade atua de maneira violenta sobre os corpos trans e travestis. Mesmo quando essas pessoas reivindicam o reconhecimento como parte do universo feminino, enfrentam desafios e violências devido às normas preconcebidas sobre gênero e sexualidade (Soares da Silva; Barboza, 2005).

Neste sentido, percebe-se que o recorrente uso da violência por travestis e contra estas aparece quando as mesmas buscam resistir às condições desiguais a que estão submetidas, aos preconceitos e aos descaminhos decorrentes da dialética da exclusão/inclusão social, e quando aqueles que tratam destas com preconceitos calcados em estereótipos e estigmas, como se travestis fossem anomalias, homens desavergonhados, promíscuos e indignos da vida. Parece-nos que os atos de violência sofridos por elas e a exclusão vivenciadas com base em uma percepção negativa da diferença funcionam como que provocadores que legitimam um outro tipo de violência: em linhas gerais, a violência como resistência (Soares da Silva; Barboza, 2005).

Assim, trabalhar com políticas públicas que perpetuam relações de colonização e mantêm as relações de poder vigentes na sociedade não se alinha com o campo epistemológico da Saúde Coletiva, que busca romper com paradigmas dicotômicos de saúde/doença. No que se refere às políticas públicas de saúde para a população trans e travesti, restringi-las aos aspectos identitários não é uma forma efetiva de garantir a saúde e o bem-estar dessa população. Assim, políticas públicas na saúde coletiva podem considerar as identidades quando abarcam questões específicas de uma população, sendo regidas pelo princípio da equidade. Porém,

políticas públicas não identitárias e que trabalham em um âmbito decolonial devem considerar a complexidade social como um todo, bem como suas articulações discursivas.

6 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Esta é uma pesquisa qualitativa que adota como pressuposto teórico a fenomenologia hermenêutica que permeia tanto as decisões prévias à obtenção dos dados do campo quanto o método de análise desses dados. A fenomenologia se configura como um método de pesquisa devido ao seu rigor na investigação de como os fenômenos se apresentam à consciência, representando um paradigma em relação às ciências positivistas que pressupõem que a consciência existe em si mesma, sem relação com a experiência vivida. Para Husserl, filósofo fundamental nos estudos fenomenológicos, a consciência reflexiva é um método de conhecimento, de investigação de como os fenômenos se apresentam à consciência na experiência de vida do sujeito (Melo, Bosi, 2020). Portanto, “A tarefa da fenomenologia é a captação do sentido do fenômeno numa evidência intuitiva que a si mesmo se apreende, apreensão do que existe, indicando a existência de um duplo significado: o aparecimento e o que aparece” (Melo; Bosi, 2020, p.43).

Essa pesquisa tem como objetivo compreender a violência enquanto fenômeno a partir da percepção da população trans e travesti. Assim, ela se configura como uma pesquisa qualitativa pois busca compreender relações, valores, atitudes, crenças, ou seja, o universo das significações, e não se preocupa com quantificações de dados que representem uma regularidade presente nos fenômenos (Minayo *et al.*, 2009).

A pesquisa foi realizada no contexto online, que pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa. A pesquisa online quantitativa frequentemente inclui a análise de redes sociais, big data, entre outros. A internet, especialmente as mídias sociais como YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, etc., tem sido apontada como uma fonte rica de dados passíveis de análise para pesquisas acadêmicas. Na pesquisa qualitativa, em particular, é possível explorar os dados obtidos de maneira mais robusta, uma vez que a maioria dos dados provenientes dessas redes é desestruturada, o que dificulta a realização de pesquisas exclusivamente quantitativas. As pesquisas quantitativas utilizando as mídias sociais analisam dados extraídos diretamente dessas redes, como conteúdos de mensagens e posts. Já a pesquisa qualitativa baseada nas mídias sociais utiliza essas plataformas para acessar os sujeitos da pesquisa, resultando, em muitos casos, em entrevistas com essas pessoas (Mckenna; Myers; Newman, 2017).

Participaram dessa pesquisa 16 pessoas, sendo seis homens trans, duas travestis, cinco mulheres trans e três pessoas não-binárias com faixa etária entre 22 anos e 49 anos. O quadro 2 apresenta os dados sociodemográficos das pessoas participantes. Elas estão identificadas com

nomes fictícios para preservar sua identidade. No que diz respeito à escolha do número de participantes para a pesquisa, esta foi baseada nos dados obtidos durante as entrevistas e os GFO. Nesse contexto, optei por uma amostragem propositiva, orientando-nos pela busca da riqueza de informações que permitissem um aprofundamento no objeto de estudo. Não adotei a noção de saturação do campo, pois concordo com Martínez-Salgado (2021) que sempre haverá dados a serem explorados, independentemente da quantidade de entrevistas realizadas. Em vez disso, adotei a ideia de "poder de informação", descrita pela autora, para delimitar o número de participantes, entrevistas ou grupos focais a serem conduzidos (Martínez-Salgado, 2021).

Dentre as ferramentas para realização das pesquisas online, o Grupo Focal Online (GFO) tem sido debatido com uma ferramenta em potencial para obter insights através da interação entre participantes, considerando, porém, as particularidades do ambiente virtual. Além disso, grupos focais são bastante utilizados como técnica para desenvolvimento de políticas públicas. No primeiro, as pessoas contribuem na discussão em momentos temporais diferentes (offline), enquanto no segundo, as pessoas contribuem em tempo real (online). Os GFO diferem na quantidade de pessoas que podem participar, quando comparados aos grupos presenciais. Pesquisadores recomendam que, para os grupos assíncronos, o número de participantes seja de 10 a 30, enquanto para os grupos síncronos, a composição ideal é de três a oito participantes.

Para garantir a viabilidade do GFO se faz necessário checar a velocidade da internet e o dispositivo de acesso à internet que o participante terá, uma vez que será determinante para uma participação satisfatória no grupo. Recomenda-se o envio de algumas instruções antecipadamente para os participantes de forma a assegurar o acesso adequado a plataforma escolhida. Existem ainda recomendações referente ao estabelecimento de um tempo de tolerância no início do grupo afim que os participantes se familiarizem com a plataforma; Pesquisadores apontam que o silêncio é mais frequente nesse formato, uma vez que os participantes têm maior cautela na alternância de falas se comparado a encontros presenciais (Abrams; Gaiser, 2017).

Para conduzir os Grupos Focais Online (GFO) e as entrevistas desta pesquisa, foram elaborados roteiros distintos, embora contivessem perguntas provenientes de três grupos comuns: Violência, Covid-19 e Trans e Travestilidades conforme presente nos Apêndices C e D. É importante ressaltar que durante o período de coleta de dados ainda estávamos no contexto da pandemia da Covid-19. Os roteiros foram desenvolvidos integralmente por mim e validados pelo professor orientador. As perguntas foram formuladas com base nas questões norteadoras

da pesquisa. Além disso, foram adicionadas perguntas ao longo do processo, conforme o andamento dos grupos e das entrevistas, de acordo com os relatos das pessoas participantes, que apontavam elementos relacionados à violência que não estavam contemplados no roteiro inicial.

Quadro 2. Características sociodemográficas dos participantes da pesquisa e dados acerca identidade de gênero, orientação sexual e modo de coleta dos dados com a duração da participação na pesquisa.

Tipo de pesquisa	Duração	Codinome	Identidade de gênero	Orientação sexual	Idade	Estado de residência	Renda familiar mensal	Raça/etnia
Entrevista	23'44"	Alaripe	Homem Trans	Pansexual	22	São Paulo	De 4 a 6 sal. Mínimo	Branca
Entrevista	31'44"	Otacília	Travesti	Heterossexual	30	Pernambuco	De 1 a 2 sal mínimo	Preta
Entrevista	31'49"	Maria Leôncia	Travesti	Homossexual	22	Rio Grande do Sul	De 1 a 2 sal mínimo	Branca
Entrevista	39'33"	Quemelém	Homem Trans	Heterossexual	41	Espírito Santo	De 4 a 6 sal. Mínimo	Branca
Entrevista	47'06"	Joca Ramiro	Não-Binária	Pansexual	30	Espírito Santo	Até 1 sal. Mínimo	Preta
Entrevista	50'14"	Habão	Homem Trans	Heterossexual	22	Espírito Santo	De 2 a 4 sal mínimo	Branca
Entrevista	52'16"	Riobaldo	Não-Binária	Pansexual	21	Rio de Janeiro	De 1 a 2 sal mínimo	Preta
Entrevista	54'15"	Zé Bebelo	Homem Trans	Bissexual	31	Espírito Santo	De 1 a 2 sal mínimo	Branca
GFO-01	11'13"	Raymundo Lé	Homem Trans	Heterossexual	25	Rio de Janeiro	Até 1 sal. Mínimo	Branca
GFO-01	18'00"	Nhorinhá	Mulher Trans	Heterossexual	49	Rio de Janeiro	Até 1 sal. Mínimo	Branca
GFO-01	90'19"	Aesmeralda	Mulher Trans	Heterossexual	27	Santa Catarina	De 1 a 2 sal mínimo	Preta
GFO-01	90'19"	Ana Dazua	Mulher Trans	Heterossexual	39	Distrito Federal	De 2 a 4 sal mínimo	Preta
GFO-01	90'19"	Diadorim	Não-Binária	Bissexual	26	Rio de Janeiro	Até 1 sal. Mínimo	Parda
GFO-02	100'55"	Brazilina	Mulher Trans	Heterossexual	35	Rio de Janeiro	Até 1 sal. Mínimo	Preta
GFO-02	100'55"	João Curiol	Homem Trans	Pansexual	25	Ceará	Até 1 sal. Mínimo	Preta
GFO-02	100'55"	Maria Diadorina	Mulher Trans	Pansexual	35	Rio de Janeiro	De 4 a 6 sal. Mínimo	Preta

Fonte: a autora

6.1 Processo de identificação dos sujeitos da pesquisa

A identificação dos sujeitos de pesquisa aconteceu através do Instagram, uma rede social que tem como objetivo conectar pessoas através de recursos de imagens, oferecendo diversas possibilidades de conexão, seja por pessoa física, empresa, ou criadores de conteúdo (Instagram, 2020). O mapeamento foi realizado a partir de uma conta aberta em julho de 2020 pela pesquisadora, destinada à divulgação de postagens relacionadas aos avanços de direitos para a população trans. A partir dessa conta, foi possível identificar organizações civis que seriam posteriormente contatadas, solicitando indicações de possíveis participantes para a pesquisa. Uma vez identificados os perfis a serem contatados, mensagens diretas (DM – Direct Message) foram enviadas para apresentar a pesquisa.

Como apoio para a divulgação da pesquisa, especialmente em termos de legitimidade, sua descrição foi publicada na página oficial vinculada ao site oficial da Universidade Federal de Santa Catarina, que abrange informações do grupo de pesquisa Epígenes (www.epigenes.paginas.ufsc.br), ao qual o estudo foi desenvolvido. A estratégia de compartilhar a pesquisa na página relacionada à UFSC teve como objetivo conferir maior segurança aos potenciais participantes, assegurando-lhes que a pessoa por trás do avatar no Instagram está envolvida em uma pesquisa vinculada a UFSC.

O mapeamento foi realizado em cinco etapas, conforme ilustra a Figura 1. Para conduzir esse processo, foi utilizada uma extensão do Google Chrome (atualmente desativada) que permitia a extração de dados de perfis do Instagram. Os dados obtidos por meio dessa ferramenta incluíam: user ID; username; nome completo; seguido por você; perfil verificado; link do perfil; e link da foto do perfil. A organização e tabulação desses dados foram realizadas utilizando o programa Excel.

Na primeira etapa, identifiquei perfis associados a organizações civis que atuam no Brasil, utilizando a ANTRA como entidade mestre para a busca desses perfis. A escolha da ANTRA como perfil mestre deveu-se à sua posição de referência nacional na defesa dos direitos da população trans e travesti no país. Nessa fase inicial, foram exportados todos os perfis seguidos pela ANTRA. Dentre esses, foram identificados aqueles relacionados a organizações civis que atuam em prol da comunidade trans e travesti, totalizando 26 perfis de associações. A partir desses 26 perfis, foram exportadas todas as contas seguidas por eles. Ao final, somando todos os perfis extraídos, chegou-se ao número de 25.423 contas de Instagram a serem triadas.

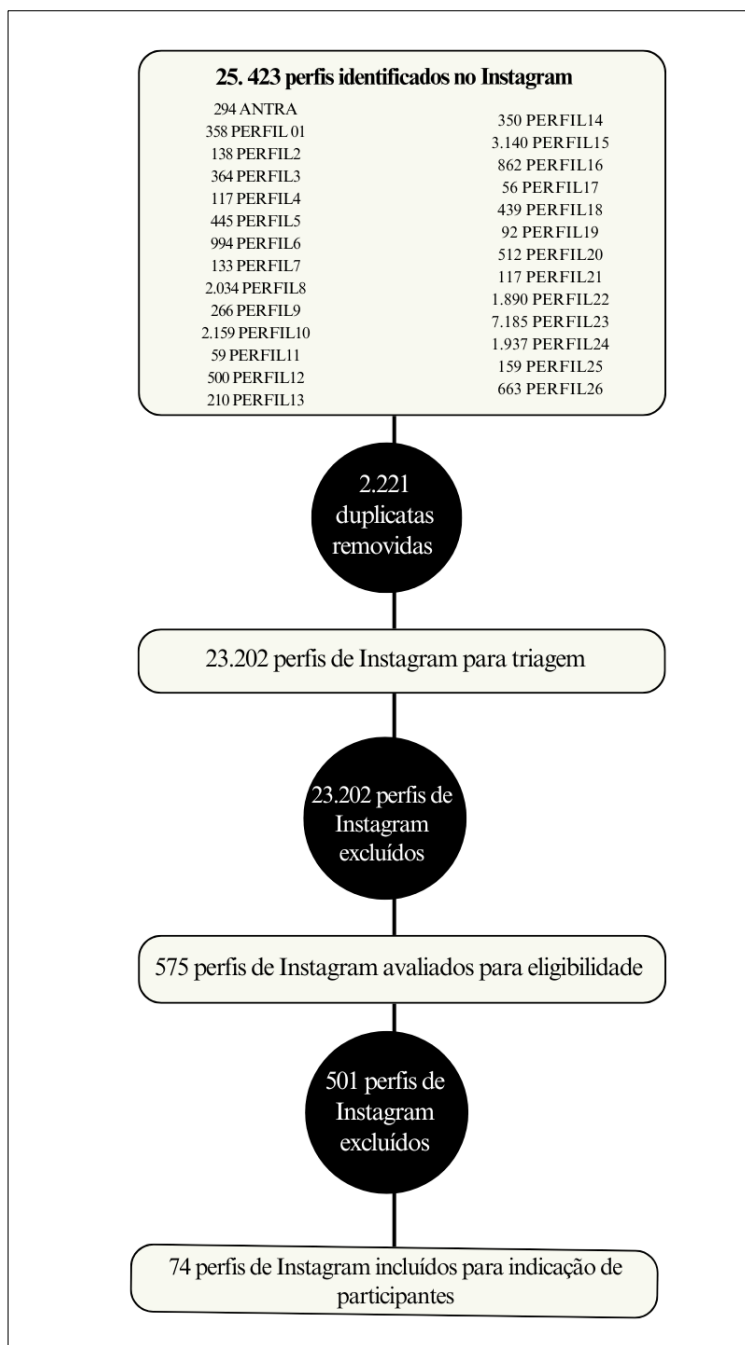
O número total de perfis identificados foi alto devido à seis contas de organizações civis seguirem mais de 1.000 perfis. Para dimensionar o tamanho de cada amostra extraída dos

perfis categorizamos os 27 perfis mapeados de acordo com o número de contas que estes seguiam: sete perfis seguiam menos que 150 perfis; 13 perfis seguiam entre 151 e 1000 perfis; cinco perfis seguiam entre 1.000 e 5.000 perfis, e somente um perfil seguia mais de 5.000 perfis.

A segunda etapa do mapeamento consistiu em selecionar os perfis elegíveis para análise de inclusão enquanto organização civil potencial para indicação de participantes. Nessa etapa, como auxílio do Excel foram removidas 2.221 contas duplicadas e excluídos 22.627 perfis considerando o nome na descrição ou de usuário do Instagram. Assim, restaram 575 perfis do Instagram a serem analisados um a um para inclusão enquanto organização civil a ser contatada. A terceira etapa consistiu em avaliar as 575 contas elegíveis para análise, nessa etapa, 501 contas foram excluídas, restando 74 perfis a serem contatadas para solicitação de indicação de possíveis participantes na pesquisa.

Após a identificação dos perfis das organizações civis a serem contatadas, uma mensagem foi enviada pelo chat privado no aplicativo apresentando o estudo e solicitando possíveis nomes de participantes para pesquisa. Foram convidadas 25 pessoas, sendo que dessas, 16 delas participaram do estudo, seja em grupos focais ou em entrevistas individuais online. Destas, oito pessoas foram entrevistadas e oito participaram de GFO. Foram dois GFO realizados, sendo um com cinco participantes e outro com três participantes.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos perfis a serem contatados para convite no estudo.



Fonte: a autora

6.2 Realização das entrevistas e Grupos Focais Online

Após a inclusão dos perfis de Instagram a serem convidados para participar da pesquisa, as organizações civis contatadas indicaram participantes como potenciais participantes. Todos foram convidados, seja por WhatsApp através de número indicado pela organização civil ou por conta no Instagram.

Assim, contatei as participantes para a realização do grupo focal online (GFO) e, já nos primeiros contatos, surgiram indícios de que os GFOs talvez não fossem a melhor forma de obtenção de dados. Duas participantes, antes de realizar o primeiro GFO, concordaram em participar, mas preferiram uma entrevista individual. Inicialmente, convidei-as para a realização de um GFO, mas diante dos indícios de desconforto, sugeri a possibilidade de uma entrevista individual. Uma participante, que já havia assinado o termo de consentimento para o GFO, ao confirmar sua participação, informou-me que não poderia naquele momento, pois estava saindo do hospital após uma tentativa de suicídio. Com essa informação, questionei-a detalhadamente sobre o acompanhamento do caso, obtendo a informação de que a participante estava em tratamento no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) da cidade. Essa participante foi retirada do estudo para preservá-la de qualquer exposição a contextos que pudessem funcionar como gatilhos à sua saúde mental.

Outra participante mencionou que preferia conversas individuais, pois havia passado por uma tentativa de homicídio e estava em processo de recuperação. Assim como a participante que tentou suicídio, mantive contato com ela para garantir sua segurança e avaliar seu estado de saúde mental. Durante as conversas, ela demonstrou notável lucidez ao discutir o incidente, explicando que a tentativa estava relacionada a uma denúncia que havia feito sobre tráfico de mulheres em sua cidade. É importante destacar que ela já estava sob proteção do Estado. Além disso, manifestou disposição e desejo de contribuir com a pesquisa, pois acreditava na importância desse tipo de estudo para abordar a realidade das pessoas trans.

Durante o primeiro GFO, ocorrido em 21 de dezembro de 2021, com cinco pessoas, enfrentamos problemas de conexão com uma das participantes. Além disso, um homem trans saiu da chamada após 11 minutos, e uma mulher trans saiu após 18 minutos, ambos citando problemas de conexão. Foi oferecida a eles a opção de conversas individuais, porém não foi possível conciliar as agendas para a realização dessas entrevistas futuras.

O segundo Grupo Focal Online foi realizado em 21 de fevereiro de 2022, com três pessoas, e teve duração de 1 hora e 40 minutos. Todos os participantes permaneceram na chamada durante toda a sessão. No entanto, uma das mulheres trans participou pouco, mencionando dificuldades de conexão. Para ajudá-la, disponibilizei créditos para que pudesse continuar conectada com os dados móveis de seu celular. Embora seja recomendado incentivar a participação de membros que falam menos, optei por não direcionar perguntas diretamente a ela, dada a sensibilidade do fenômeno investigado.

Todas as chamadas foram gravadas com a autorização dos participantes. Para os GFOs, utilizei a ferramenta Google Meet, disponível pela universidade. Para as entrevistas online,

priorizei o uso do WhatsApp por ser uma ferramenta mais familiar para os participantes e por oferecer maior estabilidade de conexão. Realizei chamadas de vídeo com todos os participantes. Para gravar as chamadas via WhatsApp, utilizei o aplicativo no computador e o recurso de gravação de tela disponibilizado pelo programa OBS Studio.

A primeira entrevista aconteceu dois dias antes do segundo grupo focal, em 18 de fevereiro de 2022. As demais entrevistas foram realizadas entre 25 de março de 2022 a 14 de abril de 2022, totalizando oito entrevistas, com duas travestis, quatro homens trans e duas pessoas não binárias. As entrevistas variaram de 23 a 54 minutos de duração. Todo o material dos Grupos Focais e das Entrevistas foi transcrito para análise posterior.

O período de coleta de dados se estendeu por aproximadamente quatro meses, entre dezembro de 2021 e abril de 2024, sendo que o intervalo entre o primeiro contato com o campo e o segundo teve duração de cerca de dois meses. Essa extensão de tempo decorreu da sensibilidade do tema, que me impactou diretamente exigindo pausas após determinadas entrevistas ou grupos focais para lidar com o conteúdo recebido. Essa estratégia adotada está alinhada com a abordagem de Peter (2021) que destaca os riscos potenciais não apenas para os participantes, mas também para os pesquisadores ao lidar com temas sensíveis.

Para gerenciar o estresse proveniente da abordagem desses temas sensíveis, adotei estratégias semelhantes às mencionadas por Peter (2021), como intervalos entre a coleta e a análise de dados, o registro da experiência vivida por meio de diários, pausas entre entrevistas, além do apoio da equipe de pesquisa. Durante a fase de campo, tive dificuldades de absorver o contexto da violência em que fui inserida por meio das narrativas das quais tive contato. O impacto dos dados na fase de transcrição e análise das falas, resultando em um período de aproximadamente seis meses apenas para a transcrição dos dados. Optei em realizar pessoalmente a transcrição, utilizando ferramentas como a digitação por voz do Google e o programa InqScribe para revisão e aprimoramento do texto.

6.3 O processo de análise dos dados

Para a análise de dados, adotei a abordagem da fenomenologia hermenêutica. A pesquisa fenomenológica surge do interesse da pesquisadora em explorar um fenômeno específico. Nesse contexto, ela se caracteriza como um jogo interpretativo que transcende a mera descrição do fenômeno observado (Creswell, 2014). A análise do texto proveniente das falas transcritas foi conduzida por mim, que agreguei valor ao material, realizando interpretações fundamentadas na teoria que norteia a pesquisa (Eakin; Gladstone, 2021).

Trazendo Eakin e Gladstone acerca desse processo:

[...] os pesquisadores leem, organizam e atribuem sentido aos dados, produzindo assim ‘descobertas’ – tudo amarrado (e energizado) por sua perspectiva teórica, conhecimentos, experiência pessoal, repertório metodológico, criatividade e imaginação. O fato de tanto os dados quanto sua análise terem de ser tratados como interpretação é fundamental para operar os recursos ou dispositivos analíticos que descreveremos (Eakin; Gladstone, 2021).

A criatividade exigida da pesquisadora permite que ela não se restrinja a procedimentos técnicos, facilitando o acesso ao que está presente nos dados e não apenas no pesquisador. Portanto, é comum que pesquisadores sejam impactados durante o processo de coleta e análise de dados, pois é necessário um distanciamento de si mesmo (Eakin; Gladstone, 2021).

Este fenômeno tornou-se evidente neste trabalho, quando me vi afetada após uma entrevista devido aos relatos de experiências de violência²¹ compartilhados por uma participante. Essa reação provocou em mim uma reflexão sobre as minhas expectativas em relação ao campo, uma vez que percebi que não esperava ser afetada pela pesquisa, revelando uma falsa ilusão de que eu me configurava fora do contexto de violência relatado pelos participantes. Para seguir em frente e reavaliar o campo, recorri à minha rede de apoio na pesquisa para repensar os próximos passos relatado pelos participantes. Nesse momento, decidi abandonar os grupos focais e adotar entrevistas individuais como estratégia de coleta de dados. Isso ocorreu porque me senti mais confortável conduzindo conversas de maneira individual, dada a sensibilidade do tema, além das questões tecnológicas e sociais anteriormente mencionadas.

Para análise dos dados, realizei a transcrição das sessões de GFO e entrevistas estas foram divididas em cinco grandes temas: “A violência é minha vida”: perspectivas da violência”; “Como se a gente fosse de plástico”: a violência no acesso a saúde”; “A dignidade do ser humano é o emprego, entendeu?”; “As pesquisas não tratam as pessoas como participante”: a violência acadêmica”; “A gente precisa de amor”: saúde mental e violência”.

²¹É importante destacar que, durante as entrevistas e a condução do grupo focal, não houve indicação de que a pesquisadora estava perpetuando algum tipo de transfobia. No entanto, em diversos momentos, alguns participantes expressaram que a escuta da pesquisadora era percebida como externa ao contexto vivido por pessoas trans, indicando que ela ocupava um lugar de observação distante em relação às experiências compartilhadas. O único desconforto em relação a pesquisadora em si apontado pelos participantes é de que ela se encontrava em um lugar privilegiado, que é a academia e de esta deveria estar advertida das violências que a academia faz aos corpos trans e travestis. Essa percepção foi abordada de maneira específica em um capítulo da análise de dados, aprofundando-se na reflexão sobre a posição da pesquisadora e sua interação com o contexto e as experiências das pessoas trans.

Para a interpretação dos dados, não realizei distinção entre os dados provenientes dos GFOs e daqueles das entrevistas individuais, uma vez que adotei o texto produzido nos encontros como material para a categorização dos dados.

A criação das categorias se deu após a impressão dos textos produzidos e leitura na íntegra de todo o material. Durante a leitura destaquei os trechos que se referiam à contextos de violência. Um novo documento foi criado com o recorte de todos os trechos destacados. A primeira categorização foi realizada a partir da leitura dos primeiros trechos em destaque.

Durante o processo de categorização, leituras eram feitas para verificar a articulação com a literatura e com o que estava sendo encontrado nos dados. Nesse processo, as categorias eram desenvolvidas, e novas releituras das transcrições eram realizadas para verificar se havia mais material a ser incluído. A categoria que aborda a violência no acesso à saúde foi dividida em subitens devido à amplitude das falas dos participantes.

A finalização do processo de categorização ocorreu a partir da revisão das categorias pelo orientador e coorientador da pesquisa, que identificaram incongruências que foram corrigidas. Essa revisão levou a uma última revisitação teórica e das falas transcritas.

6.4 Aspectos éticos

O ambiente virtual também suscita questões éticas distintas daquelas encontradas em interações presenciais. O risco presente em qualquer ambiente virtual diz respeito à proteção dos dados gerados. Portanto, há recomendações para que seja expresso aos participantes que os pesquisadores não têm controle sobre quem salva os dados e como eles serão utilizados. No entanto, é crucial evidenciar para todos no grupo que não devem gravar o encontro nem o utilizar para qualquer propósito (Abrams; Gaiser, 2017).

Os riscos aos quais os participantes estarão expostos ainda são de difícil mensuração devido à escassez de estudos relacionados ao tema. No entanto, é sabido que no ambiente online é mais desafiador perceber sinais de desconforto por parte do participante, tanto nas entrevistas quanto nos grupos. Além disso, um risco significativo é a impossibilidade de garantir a não utilização dos dados por terceiros, uma vez que o pesquisador não tem controle sobre se algum participante registrará a conversa, nem sobre como as empresas que hospedam as plataformas de comunicação online utilizarão esses dados (Eynon; Schroeder, 2017). Atualmente, existem plataformas que empregam criptografias de ponta a ponta, oferecendo uma camada adicional de segurança em relação ao acesso não autorizado aos dados por terceiros. Assim como nos

grupos online, as mesmas preocupações com segurança e orientações de acesso à plataforma se aplicam a entrevistas online, quer sejam síncronas ou assíncronas.

A ferramenta selecionada para as entrevistas e o GFO foi equipada com criptografia de ponta a ponta, visando garantir a segurança dos dados. Durante a condução dos encontros, não foram registradas intercorrências desencadeadas pelas perguntas, com exceção de alguns momentos emocionais vivenciados pelos participantes. É relevante notar que tais situações foram contornadas durante a conversa.

Para a apresentação dos dados da pesquisa, os nomes dos participantes foram substituídos por codinomes. como condição para a participação, cada participante assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme especificado nas modalidades de participação descritas nos Apêndices E e F. Foi elaborado um TCLE específico para os Grupos Focais Online e outro para as entrevistas, como consta nos Apêndices C e D, respectivamente. As cópias dos TCLEs foram assinadas digitalmente pela pesquisadora principal e enviadas aos participantes por e-mail. A aplicação dos TCLEs ocorreu por meio de um Formulário Google, seguido pelo preenchimento de um questionário sociodemográfico pelos participantes²².

Essa pesquisa seguiu os preceitos previstos pela Declaração de Helsinque e pela Resolução 466/12 do Ministério da Saúde de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Ela foi aprovada previamente no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC) com o CAAE 49713521.1.0000.0121.

²² Nota-se que como os contatos foram todos feitos por texto via Instagram as pessoas que me responderam eram alfabetizadas. Esta nota se faz necessária uma vez que é comum que pessoas trans e travestis sejam expulsas muito cedo da escola o que não permite sua completa alfabetização.

7 APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para apresentação dos participantes desta pesquisa, adoto um cenário das veredas do Grande Sertão. Em uma homenagem à obra de Guimarães Rosa, que tive contato durante a pandemia da COVID-19. Destaco nomes que se distinguem pela sua singularidade. A sugestão de leitura surgiu a partir de uma recomendação de Caetano Veloso a Paul Preciado na FLIP de 2020. Em 2023, nas regiões sudeste e sul do Brasil, locais onde nasci e atualmente resido, esses nomes podem soar como algo distante dos convencionais no ambiente acadêmico. Dessa forma, como um ato de deslocamento em relação aos nomes comuns que permeiam os corredores acadêmicos, essa escolha reforça a ideia de um exercício de descentramento.

A seguir apresento os dados dos participantes de acordo com as particularidades por ventura apresentadas durante o processo de coleta de dados.

Otacília: travesti, preta, heterossexual, faixa etária 2²³, moradora da região nordeste, com renda familiar média mensal de até dois salários-mínimos. A participante, cuja renda média mensal se situa abaixo de dois salários-mínimos, concordou em participar de uma entrevista individual, que teve uma duração de 31 minutos e 44 segundos. A solicitação da entrevista partiu da participante, motivada por ter recentemente enfrentado uma tentativa de homicídio. Ela expressou indisposição para participar de conversas em grupos, mas manifestou interesse em contribuir para a pesquisa, pois acredita na importância destes estudos para o enfrentamento da violência contra pessoas trans e travestis.

Zé Bebelo: um homem trans, branco, bissexual, faixa etária 2, morador da região centro-sudeste²⁴, com renda familiar média mensal de até dois salários-mínimos. Participou de uma entrevista individual com a pesquisadora por 54 minutos e 15 segundos.

Alaripe: um homem trans, branco, pansexual, faixa etária 1, morador da região centro-sudeste com renda familiar média de até cinco salários-mínimos. Mora com a família e é dependente dos pais. Participou em entrevista individual com a pesquisadora durante 23 minutos e 44 segundos.

Maria Leôncia: travesti, branca, homossexual, moradora da região sul, com renda familiar mensal de até dois salários-mínimos. Participou de entrevista individual com a pesquisadora por 31 minutos e 49 segundos.

²³ Foram definidas as seguintes faixas etárias: faixa etária 1: de 18 a 29 anos; faixa etária 2: de 30 a 39 anos; faixa etária 3: de 40 a 50 anos.

²⁴ Optei por agrupar a região centro-oeste com a região sudeste, criando a região centro-sudeste para manter o anonimato dos participantes, uma vez que houve somente uma pessoa participante da região centro-oeste.

Riobaldo: não-binário, preto, pansexual, faixa etária 1, morador da região centro-sudeste com renda familiar média de até dois salários-mínimos. Participou de entrevista individual com a pesquisadora por 52 minutos e 16 segundos.

Joca Ramiro: não-binário, preto, pansexual, faixa etária 2, morador da região centro-sudeste com renda familiar média de até dois salários-mínimos. Participou de entrevista individual com a pesquisadora por 47 minutos e seis segundos.

Habão: homem trans, branco, heterossexual, faixa etária 1, morador da região centro-sudeste com renda familiar média de até quatro salários-mínimos. Participou de entrevista individual com a pesquisadora durante 39 minutos e 33 segundos.

Quemelém: homem trans, branco, heterossexual, faixa etária 3, morador da região centro-sudeste com renda familiar média mensal de até 6 salários-mínimos. Participou em entrevista com a pesquisadora por 39 minutos e 33 segundos.

Aesmeralda: mulher trans, preta, heterossexual, faixa etária 1, moradora da região sul, com renda familiar de até dois salários-mínimos. Participante de grupo focal online.

Ana Dazua: mulher trans, preta, heterossexual, faixa etária 2, moradora da região centro-sudeste com renda familiar de até quatro salários-mínimos. Participante do grupo focal online.

Diadorim: não binário, pardo, bissexual, faixa etária 1, morador da região centro-sudeste com renda familiar de até um salário-mínimo. Participante do grupo focal online.

João Curiol: homem trans, preto, pansexual, faixa etária 1, morador da região nordeste com renda familiar de até um salário-mínimo. Participante do grupo focal online.

Maria Diadorina: mulher trans, preta, faixa etária 2, moradora da região centro-sudeste com renda familiar até seis salários-mínimos. Participante do grupo focal online.

Brazilina: mulher trans, preta, heterossexual, faixa etária 2, moradora da região centro-sudeste com renda familiar de até um salário-mínimo. Participante do grupo focal online. Não teve muitas falas durante o grupo focal, sua conexão de internet estava instável durante todo o grupo.

Raymundo Lé: homem trans, branco, heterossexual, faixa etária 1, morador da região centro-sudeste com renda média familiar até um salário-mínimo. Participante do grupo focal online. Não teve falas registradas no grupo por não ter tido conexão de internet boa o suficiente que permitisse com que ele fizesse parte do grupo. Saiu após 11 minutos de início do grupo.

Nhorinhá: mulher trans, branca, heterossexual, faixa etária 3, moradora da região centro-sudeste com renda média familiar de até um salário-mínimo. Participante do grupo focal

online. Não teve falas registradas no grupo por não ter tido conexão de internet boa o suficiente que permitisse falar no grupo, permaneceu por 18 minutos no grupo.

8 “A VIOLÊNCIA É MINHA VIDA”: PERSPECTIVAS DA VIOLÊNCIA

Os resultados indicam que a violência é um fenômeno complexo, que vai além das intenções e dos atos, adentrando discursos e narrativas que estão inseridos no âmbito do dispositivo da sexualidade.

Na primeira entrevista realizada pela pesquisadora, Otacília, ao se referir à violência, afirmou que as pessoas trans não têm direito à vida, fazendo referência ao artigo quinto da Constituição Brasileira.

O artigo menciona:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]. (Brasil, 2016)

Para compreender a não efetivação desse direito apontado por Otacília faço uma análise desse trecho da Constituição que revela uma generalização das pessoas reconhecidas como cidadãos no país, limitando-se apenas a homens e mulheres, numa perspectiva identitária binarista. Constituição estipula que todos são iguais perante a lei e que aqueles reconhecidos como cidadãos são homens e mulheres. Embora a Constituição não especifique explicitamente, essa definição implícita refere-se a pessoas cisgêneras.

Conhecida como a Constituição Cidadã, ela “expressa o projeto democrático ao afirmar o pluralismo ou diversidade como valor social, bem como a universalidade dos direitos sociais” (Lionço, 2009, p. 46). No entanto, a trama discursiva social é complexa, pois ao nomear homens e mulheres numa tentativa de abarcar todos os cidadãos brasileiros, ela reflete a materialização do binarismo identitário social e produz uma exclusão. Esse ato discursivo exclui pessoas trans, não binárias, travestis, queer e outras identidades de gênero do reconhecimento enquanto cidadãos. Isso não implica que todas as identidades devam ser nomeadas no âmbito constitucional, mas a escolha de especificar os corpos apenas como homens e mulheres implica na exclusão de outras identidades de gênero.

Essa invisibilidade social se configura como um corpo passível de não existência, um reflexo de como os corpos trans e travestis estão localizados na sociedade. Isabell Lorey (2017) apresenta a teoria de Judith Butler como um modelo jurídico, em que há uma regulação normativa a partir dos estabelecimentos de leis. Remontando Butler, em Problemas de Gênero, Lorey (2017) aponta que a lei é aquilo que demarca uma linha divisória que define o que é o

normal e o anormal, sendo um modo de produzir exclusões. Assim, a produção normativa acontece no marco de poder jurídico, que se configura como processos discursivos que produzem subjetividades. Essas subjetividades são produzidas a partir leis e normas que produzem o proibido, uma vez que a exclusão faz parte da norma.

Para Butler “se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei” (Butler, 2013, p.139) é nesse aspecto de Lorey (2017) argumenta que as transformações sempre serão realizadas a partir dos mecanismos da lei, uma vez que, para Butler, o inteligível não é contingente e sim produzido no âmbito da lei. É nesse ponto que analiso o efeito da Constituição no que se refere aos corpos trans e travestis no Brasil.

Seguindo na compreensão de como se configura a exclusão das pessoas trans e travestis na sociedade, destacamos um trecho da entrevista de Otacília:

violência para mim é algo que já tá posto; é algo que eu vou sofrer e já sofri em todo momento da minha vida; é algo cultural; é algo que transversaliza várias questões; é algo que já ficou pré-determinado que meu corpo é a ser violado, que é um corpo com fragilidades a essa violação seja ela psicológica seja ela da forma que seja né. É um corpo violável é um corpo permissivo a isso. E aí vem o processo de cultura geral né, do processo histórico também onde diz que meu corpo é demonizado. Essa violência vem tudo a partir disso. A violência é minha vida. A violência é a vivência é o momento que eu coloco o pé na rua (Otacília).

Maria Diadorina, participante de um GFO, menciona algo muito similar ao trazido por Otacília: “eu coloquei o pé na rua eu estou correndo risco de vida” e, nesse mesmo GFO João Curiol relata:

E aí semana passada, infelizmente, perdemos mais uma travesti. de forma bruta, foi um crime de ódio. Foi muito, muito difícil, o nome dela era Sofia e aí a gente mais uma vez teve que fazer mais protestos nas ruas para combater esse tipo de situação. A gente foi ouvido pela secretaria de segurança pública do Estado. Eles nos chamaram para reunião, a gente foi lá falou todas as problemáticas, eles escutam e é isso. É isso que acontece. Não sei se vocês já ouviram falar da Dandara, Sofia foi morta cinco dias depois da data que marcou a morte de Dandara. então aqui no Ceará a gente enfrenta muitos problemas com relação à população trans e a Segurança Pública né. E é isso, a gente tem muitas promessas sempre, mas pouca efetividade (João Curiol).

Esses relatos apontam para uma ineficiência do Estado no que se refere à garantia de direito à vida ou, como Riobaldo traz, direitos humanos para essa população. Pode-se argumentar que o direito à vida não se restringe apenas a permanecer vivo, protegido contra o risco de ser morto devido à identidade de gênero. Ele também engloba a busca por uma vida digna, que inclui o acesso a oportunidades que as pessoas cisgêneras têm simplesmente por possuírem corpos facilmente compreendidos.

Em consonância a isso, Ana Dazusa aponta que o ambulatório trans de sua cidade precisou ser estabelecido por meio de ações da sociedade e militância, uma vez que não foi criado por decisão política deliberada. Nesse sentido os serviços de saúde ainda não são suficientes para atender a população trans e travesti em sua particularidade. Essa ineficiência demonstra a dificuldade na efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à população LGBTQIA+, que, entre um de seus objetivos, incluía a reformulação do processo transexualizador. Embora essa reformulação tenha sido realizada a partir de uma portaria em 2013, como já explicitado anteriormente, ela não foi efetivada como política pública, uma vez que não há interesse e envolvimento explícito do Ministério da Saúde na implementação dessa política, conforme apontado por Santos (2020) e Teixeira (2011).

A PNSI-LGBT, implementada em 2011, surgiu como uma demanda da população civil em articulação com a criação do Comitê Técnico LGBT em 2004, com o objetivo de ampliar a atenção à saúde da população LGBTQIA+ para além do enfoque em IST/AIDS (Laurentino, 2015). Assim como o processo transexualizador, há uma estagnação na efetivação dessa política, que prevê uma grande força-tarefa e necessita de uma articulação nacional por parte do Ministério da Saúde, algo que ainda não foi observado. Porém um olhar ampliado sobre a saúde das pessoas trans e travestis ainda se configura como um desafio para a Saúde Coletiva, uma vez que mesmo com debates políticos e criação de determinadas políticas públicas de saúde dados alarmantes em relação à violência que essas pessoas sofrem persistem, como salienta Riobaldo:

Tem a questão dos dados né, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, dentro da comunidade LGBTQI, as pessoas transmasculinas e pessoas não binárias, não estão em nenhum formulário específico então tipo assim, então teoricamente elas não existem né (Riobaldo).

Os relatos destacam as complexidades das questões enfrentadas pelas pessoas trans e travestis em relação aos direitos e seu reconhecimento na sociedade. Riobaldo observa que, embora existam leis e regulamentações destinadas a proteger os direitos das pessoas trans, na prática, esses direitos muitas vezes são frágeis e difíceis de serem efetivados. Como exemplo, ele destaca a demora em conseguir retificar seu nome, mesmo após autorização do Supremo Tribunal Federal para a retificação de nome no âmbito administrativo (Brasil, 2023b), ressaltando a necessidade de uma efetiva implementação das leis e políticas existentes.

Maria Leôncia aponta:

[...]com as mulheres, tanto cis quanto trans. Ter que ter uma lei para garantir que elas não sejam violentadas, Maria da Penha agora que também se estende para

mulheres trans né na última decisão do STF, é só para mostrar que o modus operandi da sociedade não é igualitário não é de equidade não é de respeito. Então se tem que existir leis para garantir o acesso [ao uso do banheiro público para pessoas trans] e uma certa normalidade de respeito para essas pessoas né

Embora as pessoas participantes enfrentem desafios ao tentar definir exatamente o que eles consideram violência, muitos apontam para sua complexidade, reconhecendo que ela se configura quando se ultrapassa os limites do outro, mas também podem ter ou não intencionalidade no ato. Ela pode ser classificada em vários tipos, desde ações físicas quantos aquelas verbalizadas e as não verbalizadas. Em relação às violências não verbais, os olhares foram frequentemente citados como elementos violentos.

[...]os olhares, sabe. o olhar da pessoa te olhando te analisando olhando para o seu peito olhando para a parte da sua genitália, entendeu? como se a pessoa tentasse descobrir, tentasse desvendar que você é, entendeu? isso assim para mim é horrível, horrível, é horrível mesmo (Habão.)

Conforme Riobaldo expressa: “no caso das pessoas trans não é uma coisa tão sutil que quando você cotidianamente e sistematicamente é exposta a essas atitudes não se torna uma coisa sutil, se torna uma coisa cotidiana, rotineira, o que não deixa de ser leve”. A persistência da violência enfrentada por pessoas trans e travestis é destacada, mesmo na presença do Estado, ressaltando que as barreiras ainda são significativas. As pessoas participantes evidenciam a realidade de que, apesar de percepções de melhora, muitas pessoas trans e travestis ainda lutam por necessidades básicas, como sair de casa ou frequentar a escola sem o temor de violência ou discriminação. Como apontado por Ana Dazusa: “a gente tá lutando para não ser morto ou morta ao sair de casa na escola”.

Otacília destaca uma trágica realidade ao apontar que em Recife ocorrem de três a quatro mortes de pessoas trans por dia²⁵. Ela menciona a perda de amigas, ressaltando a abrupta transição de estar presente na noite para desaparecer no dia seguinte: “é a amiga que estava na noite com você ontem e amanhã já não tá mais, ela vai lar para comer de noite, quando você liga ela não tá, a família diz morreu. E aí a gente vai tentar pelo menos enterrar o corpo com dignidade”. Destaco nessa fala de Otacília a palavra *dignidade*. Antes desse trecho ela já havia afirmado sobre os requintes de violência que esses corpos são mortos: “não se mata só uma travesti, se tora²⁶ o pênis e coloca do lado do rosto né.”

²⁵ Esse dado não é oficial, uma vez que não há censo da população trans. Os relatórios e dados sobre a quantidade de pessoas mortas são obtidos por meio de organizações não governamentais, das quais Otacília é uma participante ativa.

²⁶ Gíria que se refere ao ato de cortar de forma contundente.

Essa crueldade já foi evidenciado no caso de Dandara, cujo espancamento chocante e a subsequente exposição nas redes sociais causaram comoção. Adicionalmente, é comum que essas pessoas enfrentem violência mesmo após a morte, sendo enterradas com seus nomes de registro, sem menção ao nome social, tanto na certidão de óbito quanto na lápide e no velório²⁷. Otacília destaca a busca pela dignidade no momento do enterro, que envolve preservar a identidade desfigurada da pessoa morta, seja simbolicamente mantendo o nome de registro, seja enfrentando a desfiguração física, frequentemente ocorrida em casos de assassinato.

Essas falas trazem a contextualização da violência enquanto um fenômeno histórico e complexo.

acho que é muito da cultura particular brasileira e tipo ao mesmo tempo que agrega muita diversidade e tenta parecer um país muito inclusivo né. Muito liberal né. Ele é um país extremamente moralista ele é criado na sua base em ideias extremamente conservadoras né, e muita violência. A violência está atrelada as relações sociais do Brasil desde a colonização e essas estruturas não mudaram, elas continuam da mesma forma (Maria Leôncia)

Maria Leôncia aponta que o Brasil é lido como um país liberal no sentido das vivências sexuais, muito atravessado pela visão das mulheres nuas no carnaval. Mas isso, não é sustentado na realidade, o Brasil é um país altamente conservador no que se refere aos costumes morais.

Com isso, podemos problematizar o fenômeno da violência, conforme exposto nos relatos, que se revela em sua complexidade. Essa complexidade abrange atos intencionais, marcados por requintes de crueldade, e os olhares de estranhamento reiterados. A forma como essas pessoas relatam a percepção dessas violências não apresenta uma valoração, impedindo classificações como atos mais ou menos violentos. Destaco que, por meio das falas, é possível problematizar a noção de que a violência está necessariamente ligada a um ato intencional. A intencionalidade no ato é um fator considerado na definição da violência pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Aqui repito a definição de violência para a OMS:

²⁷ É fundamental observar que a escolha entre nome social e nome de registro representa uma decisão que transita no âmbito dos significantes atribuídos a um corpo. Muitas pessoas trans e travestis não têm aversão ao nome de registro, optando por não realizar a retificação do nome e utilizando apenas o nome social. Destaco essa reflexão para evitar a materialização de uma única forma de existir no mundo enquanto pessoa trans. O nome é uma escolha que pode evoluir ao longo do tempo, e a relação com ele é extremamente pessoal. Rogéria, por exemplo, frequentemente referenciava seu nome Astolfo como parte de sua identidade, mesmo que possamos situá-la em um contexto socioeconômico específico que a protegia de certas vulnerabilidades. Podemos conceber o nome como uma espécie de prótese da identidade de cada pessoa, conforme proposto por Paul Preciado (2017), e, se considerarmos o nome como um significante, ele não possui consistência em si mesmo (Chatelard; Carvalho; Scheinkman, 2017). A prática de renomear o nome de uma travesti ou pessoa trans em sua lápide ou em anúncios de obituário funciona como uma regulação discursiva, associando um significante ao corpo entendido como condizente com o corpo falecido. Em muitos casos, esse corpo é novamente marcado por características consideradas pertencentes ao nome de registro. Para maior aprofundamento da violência pós-morte das pessoas travestis consultar o estudo realizado em Santa Maria no Rio Grande do Sul (Souza et al, 2021)

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002, p.5).

No contexto brasileiro, o Ministério da Saúde também adota uma definição pautada na intencionalidade do ato: “ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprio ou a outros” (Brasil 2005, p7). No que se refere à intencionalidade, a OMS apresenta que a definição é complexa, uma vez que a intencionalidade de um ato considerado violento depende de questões culturais. Como exemplo, afirma que existem culturas que consideram aceitáveis agressões em esposas, mas, mesmo que a pessoa não o considere violento, ela configura essa agressão como como violência, pois há implicações para a saúde da pessoa, bem como seu bem-estar. Ainda como forma de abarcar a complexidade da violência, a OMS tipificou a violência e apresentou suas formas de manifestação. Assim a violência é tipificada como autoprovocada; interpessoal e coletiva. Além disso ela estabelece a natureza da violência sendo elas: física; moral; psicológica; violência que envolvendo privação e negligência (Krug *et al.*, 2002).

Embora o Relatório mundial sobre a violência e saúde (Krug *et al.*, 2002) da OMS seja um documento extenso e complexo na compreensão da violência e suas implicações na saúde pública, ainda não aborda de maneira explícita a discursividade presente que alimenta o dispositivo de gênero e que contribui significativamente para a emergência de situações violentas. Essa percepção é diretamente referida pelas pessoas participantes quando se mencionam outras situações que não são fisicamente violentas:

A violência para mim ela abrange diversas áreas da vida né, não só a questão física, mas até um olhar violento para mim me atinge como violência sim, eu falo isso na posição de pessoa, de uma pessoa que consegue identificar um olhar porque eu cresci a vinda inteira identificando olhares sobre o meu corpo sobre a minha existência sabe. no começo a gente não entende muito bem, mas quando esse olhar passa a ser repetitivo você começa a distinguir um olhar de discriminação (Maria Diadorina).

Nesse contexto, Maria Diadorina relata uma forma de violência que ela enfrenta, difícil de enquadrar conforme a definição da OMS, pois trata-se de olhares violentos percebidos por ela. A complexidade da intencionalidade por trás desses olhares violentos transcende o próprio ato, sendo uma trama de elementos sociais e morais presentes no contexto em que esses olhares ocorrem. Sobre a ação intencional violenta pode-se pensar também na violência na qual as pessoas que submetidas à perícia médica no Programa Transgenitalização acompanhado por

Teixeira (2013)²⁸. Peritos, a fim de emitir um laudo sobre o sexo das pessoas candidatas à cirurgia de redesignação sexual, examinavam minuciosamente os corpos, registrando fotograficamente o órgão genital e outros traços que permitissem atestar o sexo biológico verdadeiro dessas pessoas. Nesse caso, esse olhar foi registrado por uma câmera fotográfica (Teixeira, 2013).

Marilena Chauí (2021) ao discutir a violência brasileira aponta que esta implica na compreensão da estrutura da sociedade por meio de suas normas, valores e regras que moldam as relações políticas e sociais. Destaco com essa ideia a problematização que Freire Costa apresenta sobre a violência:

A violência é portanto um fato da cultura e só existe em relação a uma lei. Psicanaliticamente falando, esta lei ou contrato diz respeito ao direito que todo sujeito tem de ocupar um lugar irreversível na cadeia das gerações e uma posição em face da diferença dos sexos, conforme o sistema de regras que ordena o seu meio sociocultural. O que equivale a dizer que a todo sujeito é assegurado o direito a uma identidade compatível com o investimento erótico da sua vida e de sua história e com o investimento do próprio sistema de regras. Esta identidade é o que garante a transmissão desse direito às gerações futuras e a obediência a suas leis no tempo presente, condições necessárias à sobrevivência do sujeito e do grupo social (Freire Costa, 1985, p. 96).

Assim, a violência contra as pessoas trans e travestis está na condição citada por Leite-Jr (2012) de identidade abjeta, monstruosa que causa estranheza e desperta tanto curiosidade quanto desprezo. Assim, podemos interpretar os olhares como atos discursivos oriundos de uma estranheza em relação ao corpo trans e travesti quando se apresenta na sociedade. Da mesma maneira o erro de nome e pronome é uma violência recorrente citadas pelas pessoas participantes quando considerado que esse erro está no âmbito da não possibilidade de existência daquela pessoa.

O gênero, compreendido enquanto ato performativo, é produtor e produto numa repetição ritualística. Para Butler a performatividade do gênero pressupõe que o sujeito se funda numa cadeia histórica e não identificável, que produz e reproduz discursos historicamente construídos (Gomes, 2022). Judith Butler (2021b) utiliza a teoria de Austin para refletir sobre a discursividade constitutiva do sujeito, destacando a linguagem que funda o sujeito por meio do ato de fala. Ela retoma a tipificação do discurso para Austin em atos de fala ilocucionário e atos de fala perlocucionário:

²⁸ Essa prática da perícia médica à qual essas pessoas eram submetidas será melhor abordada nos capítulos seguintes.

Os atos de fala ilocucionários produzem efeitos. Eles se apoiam, segundo Austin, em convenções linguísticas e sociais. Os atos perlocucionários, por outro lado, são aqueles enunciados que produzem uma série de consequências: em um ato de fala perlocucionário 'dizer alguma coisa produzirá certas consequências', mas o que foi dito e suas consequências não equivalem ao ato de fala, mas são ao contrário, 'o que nós produzimos ou obtemos ao dizer algo'. Enquanto os atos ilocucionários agem por meio de convenções, os atos perlocucionários o fazem por meio de consequências. Implícita nessa distinção está a noção de que os atos de fala ilocucionários produzem efeitos imediatos, sem nenhum lapso de tempo; que o próprio dizer é o fazer e que eles são um e o outro simultaneamente (Butler, 2021b, p.37).

O trecho em destaque permite a inclusão da fala como um ato, ressaltando que os efeitos do discurso têm uma base discursiva social. Nesse aspecto consideramos como a violência é compreendida discursivamente nas definições adotadas pela OMS e pelo Ministério da Saúde. O que a OMS considera como aspectos culturais da violência podemos inserir os aspectos discursivos da violência. Destacamos, assim, que o ato de fala é sempre citacional, referindo-se a algo discursivo presente nas convenções linguísticas e sociais. A violência contra os corpos trans e travestis se configura como um ato citacional, podendo ser um ato de fala ou um ato físico que remete à não condição de existência dessas pessoas na sociedade. Quando as participantes se referem à violência que sofrem e à negação de direitos à vida e aos direitos humanos, estão apontando para a inexistência discursiva que não seja a partir do caráter abjeto das identidades trans e travestis.

Quando Otacília menciona que as pessoas trans não acessam o artigo quinto da Constituição, isso nos leva a refletir sobre como a Corte Constitucional brasileira compreende discursivamente as identidades de gênero. Para isso, recorro à pesquisa conduzida por Gomes (2022) sobre a concepção de gênero presente nos discursos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Gomes (2022) observa uma confusão entre a noção de sexo e gênero no âmbito jurídico, destacando expressões como "gênero biológico" e destaca que as identidades trans são vistas mais como um sentimento do que como uma identidade real. A autora conclui que a noção de gênero predominante na mais alta corte do país reflete uma matriz heteronormativa.

Poderíamos interpretar esse recorte como se referindo apenas ao discurso do direito no país, mas os dados indicam que esse é um discurso social generalizado, no qual a Corte Constitucional é apenas um reflexo. Além disso, é importante compreender que a violência permeia diversos órgãos do governo, e o sistema jurídico também desempenha um papel no combate à violência contra a população trans. Na pesquisa conduzida por Flávia Teixeira (2013) vemos a articulação entre Ministério da Saúde e sistema judiciário que imputou uma série de violência às pessoas trans e travestis na busca de atestar o verdadeiro sexo dessas pessoas. A

falta de reconhecimento dessas pessoas no âmbito social gera um efeito de estranhamento, como se seus corpos não pertencessem ao espaço que ocupam, resultando em olhares e atitudes discriminatórias. A percepção de que a violência é algo constante na vida das pessoas trans e travestis está profundamente ligada à exclusão dessas identidades enquanto possibilidades legítimas de existência no discurso social.

Esse aspecto discursivo também pode estar presente no atendimento à saúde da população trans e travesti como veremos adiante. Ao enfrentarem os diversos espaços públicos e se apresentarem com identidades não binárias, essas pessoas são frequentemente alvo de rejeição. Essa violência é percebida como uma negação de sua própria existência, transformando o simples ato de transitar em espaços públicos e acessar serviços de saúde em um desafio diário. Os impactos dessa realidade são evidentes tanto nos aspectos físicos quanto nos mentais para essa população. Desde as agressões físicas e verbais que elas enfrentam regularmente até os efeitos devastadores na saúde mental provocados pela constante exposição a olhares de estranheza.

9 “COMO SE A GENTE FOSSE DE PLÁSTICO”: A VIOLÊNCIA NO ACESSO A SAÚDE

Para apresentar esses dados é importante ressaltar que as participantes são originárias das regiões centro-oeste, nordeste, sul e sudeste do país. Algumas delas já viveram em outros estados e, em suas falas, também compartilharam experiências vivenciadas durante o período em que residiram nesses estados. Várias participantes abordaram as demandas de saúde, reconhecendo a importância das políticas públicas nessa área, principalmente aquelas implementadas pelo SUS. Além disso, ressaltaram a necessidade do reconhecimento por parte do Estado das identidades trans e travestis

9.1 O Processo transexualizador do SUS: potenciais e desafios

A construção do corpo na população trans e travesti é atravessada pela passabilidade como forma de proteção social às transfobias. Essa passabilidade desempenha um papel crucial tanto no âmbito subjetivo quanto social. Pelúcio (2005) destaca a importância da hormonização nesse processo, e Butler (2013) destaca o corpo como uma performatividade, uma reiteration discursiva em ato. Nesse sentido podemos compreender que o dispositivo da transexualidade molda corpos femininos e masculinos, pois pressupõe que há uma incoerência entre corpo e mente. Concordo, porém com a seguinte passagem de Berenice Bento:

O gênero só existe na prática e sua existência só se realiza mediante um conjunto de reiterations cujos conteúdos são frutos de interpretações sobre o masculino e o feminino. O ato de se pôr uma roupa, escolher a cor, compor um estilo, são ações que fazem o gênero, que visibilizam e posicionam os corpossexuados, os corpos em trânsito ou os corpos ambíguos, na ordem dicotomizada dos gêneros. Vestir-se é um dos atos performáticos mais carregados de significados para a construção das performances dos gêneros (Bento, 2017a, p.177).

O discurso médico sobre a transgeneridade frequentemente posiciona a hormonização como uma tecnologia essencial para a existência de pessoas trans e travestis. Contudo, essa prática é muitas vezes encarada não como uma expressão performativa ou ciborgue, conforme proposto por Donna Haraway (1994), mas sim como uma necessidade de adequação do corpo as binaridade do sexo. Em contraste com os corpos cisgêneros, esses as pessoas trans e travestis têm seus corpos rotulados como mais artificiais como ressalta Zé Bebelo: *"como se a gente fosse de plástico"*. Ana Dazuza destaca que, na percepção da sociedade, a pessoa trans só

emerge aos 18 anos, uma ideia relacionada à plastificação e artificialização na forma como essas pessoas são socialmente vistas.

De acordo com Preciado (2017) o gênero se configura como prótese uma vez que os corpos são tecnologicamente construídos. A tecnossexualidade um dispositivo biopolítico que reconhece os corpos mantém qualquer corpo fora da norma como uma monstruosidade que viola as leis morais. O autor aponta que, atualmente na era farmacopornográfica as tecnologias formam parte do corpo, se diluem nele (Preciado, 2018). Nesse contexto, as identidades trans e travestis se inserem ao realizar hormonizações e modificações corporais. Porém, a partir de Leite-Jr (2012) podemos compreender que a plastificação do corpo trans e travesti mencionada pelas pessoas participantes, é uma manifestação social na qual esses corpos são considerados como monstruosos, exigindo reparação. Para Bento (2017a, p. 220) “a transexualidade não conseguiu se libertar-se das referências estabelecidas pelo dispositivo da transexualidade”.

Contudo, as implicações das tecnologias corporais e sua influência nos corpos não se restringem apenas às identidades trans e travestis.

Se a arquitetura e a ortopedia servem como modelos para entender a relação corpo-poder na sociedade disciplinadora, na sociedade farmacopornográfica os modelos de controle de corpo são microprotéticos: agora, o poder atua por meio de moléculas incorporadas ao nosso sistema imunológico; o silicone toma a forma de seios, neurotransmissores alteram nossas percepções e comportamento; hormônios produzem seus efeitos sistêmicos sobre a fome, o sono, a excitação sexual, a agressividade e a decodificação social da nossa feminilidade e masculinidade (Preciado, 2018, p. 86).

Assim, no que se refere as mulheres trans e travestis, é comum o uso do silicone industrial, um fato relatado por diversos participantes. No entanto é comum que a aplicação dessas tecnologias nos corpos seja realizada de forma clandestina. Há demonstração de preocupação em relação ao silicone industrial²⁹, uma vez que sua aplicação é realizada sem os devidos cuidados, podendo resultar em prejuízos fatais para aquelas que se submetem ao procedimento. Essa preocupação também é compartilhada por Otacília e Maria Diadorina que relata já ter perdido amigas devido à aplicação do silicone industrial, assim como muitas apresentam deformidades em seus corpos após o procedimento. Essas pessoas ressaltam a importância de maior atenção por parte do campo da saúde para esses corpos trans, que estão constantemente em risco de morte devido à falta de conhecimento e interesse em pesquisa por parte da medicina. Ressalto aqui, que essa percepção se refere às pessoas trans e travestis como

²⁹ Na década de 1987, o repórter Goulart de Andrade e Andrea de Maio realizaram uma reportagem, atualmente disponível no YouTube, que retrata a história da Casa de Bartô. Na ocasião, Bartô, uma travesti bombadeira, demonstrou como realizava a aplicação de silicone industrial em outras travestis em São Paulo.

pessoas que, necessariamente precisam de alguma alteração corporal, respondendo, assim ao dispositivo da transexualidade. Bento (2017a) apresenta uma fala de um militante em Valência, que tenciona esse aspecto: “Parece que tudo se resume à cirurgia e a quem consegue melhores resultados com os hormônios. Às vezes sinto que me faltam forças para levar o grupo. Mas não se pode concordar com isto. Não se pode confundir os processos individuais com a vida do grupo” (Bento, 2017a, p. 218).

No que se refere aos procedimentos que visam a modificação corporal para pessoas trans e travestis, o Processo Transexualizador do SUS se constitui como uma política pública para o acesso a esses serviços de saúde. Estabelecido a partir da portaria do Ministério da Saúde nº457/2008 e ampliado pela portaria nº 2.803/2013 ele permite cirurgias para modificações corporais e a hormonização cruzada (Brasil, 2008, 2013). Lionço (2009) aponta que o processo de criação do Processo Transexualizador foi atravessado por uma ambivalência, atravessada pelo discurso biomédico mas também pensada com a participação social visando

resgatar os princípios da universalidade do acesso, e integralidade da atenção, mas especificamente em relação às dimensões físicas e psicossociais implicadas no processo de transformação fenotípico e social característico à transexualidade, prioritariamente no contexto da atenção especializada (Lionço, 2009, p.44).

A efetivação dessa política pública, no entanto, ocorreu após uma batalha judicial entre o TRF4 e a União, que exigia a inclusão de procedimentos para modificação corporal para pessoas trans, além de enfrentar uma pressão social para o reconhecimento dos direitos relacionados às diversidades identitárias, sexuais e de gênero. A criação do Programa Brasil sem Homofobia e I Jornada sobre Transexualidade e Saúde no Brasil também serviram como impulsionadores da implementação dessa política (Santos, 2020).

Em relação ao processo judicial envolvendo o Ministério da Saúde (MS) para a institucionalização do Processo Transexualizador, Santos (2020) ressalta sua ambivalência: “Ao mesmo tempo que o MS acenava com uma abertura institucional para a participação social na formulação dessa política pública, ele negava esse direito ao recorrer das sentenças judiciais que lhe eram interpostas” (Santos, 2020, p.114).

Santos (2020) também observa que, embora o processo judicial tenha culminado na efetivação do Processo Transexualizador, debates sobre a atenção à saúde de pessoas trans e travestis estavam sendo realizados com representantes do movimento social, em paralelo, nas discussões no Conselho Nacional de Saúde. Esses debates buscavam uma atenção integral sob uma perspectiva não patológica da população trans. Contudo, no momento da implementação

do Processo Transexualizador, prevaleceu o poder médico na regulamentação do programa, desconsiderando os debates realizados anteriormente com outros grupos que não pertenciam à classe médica. É importante destacar que Santos (2020) menciona, em uma conversa com Tatiana Lionço, na qual ela critica o “nome horroroso” dado ao Processo Transexualizador, afirmando que esse foi o termo possível, em detrimento do escolhido pelo Ministério Público, “cirurgia de mudança de sexo”.

A importância do acompanhamento médico para a administração de hormônios é destacada devido à ocorrência indiscriminada e desacompanhada dessas substâncias pela população trans e travesti. João Curiol ressalta que, anteriormente, as pessoas costumavam *"por conta própria tomar esses medicamentos, às vezes ficando doentes com várias patologias devido à falta de acompanhamento hormonal adequado"*. Maria Leôncia compartilha sua experiência, revelando que quase morreu devido à automedicação hormonal, que resultou em uma grave infecção bacteriana. Essa situação destaca a importância dos ambulatórios vinculados ao SUS. A participante menciona que, após o episódio de automedicação, prosseguiu com a hormonização, mas agora com o devido acompanhamento médico. Ela destaca a importância da Policlínica Lessa de Andrade, que ofereceu acompanhamento médico para hormonização durante o período em que morou em Pernambuco.

Maria Leôncia afirma que a hormonização é muito importante para ela, pois está relacionada à questão da “passabilidade”, permitindo que pessoas trans e travestis se protejam da transfobia. Nos momentos em que interrompe a terapia hormonal, ela observa que as pessoas rapidamente alteram o pronome de tratamento, passando a chamá-la por “ele”. Assim como Maria Leôncia Riobaldo afirma que iniciou a hormonização para alcançar passabilidade, evitando perguntas sobre sua identidade trans.

principalmente pessoas cis da comunidade LGBTI que são as que teoricamente estão mais próximas dessas questões de gênero. Dessas questões de expressão de gênero elas colocam muito a passabilidade como se fosse a minha meta maior da pessoa trans, sabe. Eu preciso querer me parecer como uma pessoa cis e eu não queria (Riobaldo).

Habão menciona que utiliza os serviços do ambulatório da sua cidade, mas destaca que não há dispensação gratuita dos hormônios: *“A única coisa que eles disponibilizam são os médicos né. Toda equipe médica e só que não dão hormônios e é isso é uma coisa inclusive que eu tô conversando com o pessoal aqui porque isso é um direito nosso entendeu? da gente ter o hormônio gratuito”*.

Embora o Processo Transexualizador permita a realização da hormonização pelo SUS, destaca-se que conforme delineado na portaria, esta é restrita aos serviços ambulatoriais e não se estende à Atenção Primária à Saúde. Portanto, percebe-se que a questão das identidades trans e travesti é considerada uma condição médica especializada, o que desconsidera a ampla e multifacetada natureza da construção de gênero. Essa interpretação limita o acesso à hormonização para as pessoas trans e travestis, pois elas precisam buscar atendimento em ambulatórios especializados. Como ilustração, Riobaldo optou por fazer acompanhamento com um médico endocrinologista por meio de um plano de saúde, mesmo ciente da existência de um ambulatório credenciado ao Processo Transexualizador em sua cidade. No entanto, ele enfrentou dificuldades de acesso a esse ambulatório, relatando que conhece pessoas que esperaram cerca de dois anos para obter acompanhamento.

As declarações apresentadas evidenciam as complexidades inerentes ao Processo Transexualizador em seu formato atual. Este, ao incorporar e atender às necessidades de hormonização da população trans e travesti, também pode contribuir para uma medicalização excessiva das identidades trans e travesti, favorecendo a patologização dessas identidades e perpetuando transfobias.

Márcia Cristina Brasil Santos (2020) em sua pesquisa de doutorado abarca os tensionamentos e contextualiza a construção e a trajetória de implementação vigente do Processo Transexualizador enquanto política pública de saúde voltada às pessoas trans e travestis no Brasil. A autora aponta que a efetivação e implementação do processo como uma política pública se centraram na atenção especializada, mais precisamente nos Hospitais Universitários. Ela indica que a criação dos Hospitais Universitários (HU) como resultado de uma atenção maior aos hospitais compreendidos como centro de referência da atenção especializada em saúde na década de 1970. Com a crescente necessidade de aumentar o financiamento desses hospitais, que anteriormente era absorvido pelas instituições universitárias, surgiu a necessidade de o financiamento ser associado ao setor de saúde do governo por meio de convênios com o Instituto Nacional de Previdência e Assistência à Saúde (INAMPS), responsável pelo repasse financeiro da União para os serviços de saúde pública no Brasil naquele momento. Com isso houve uma tentativa de inclusão dos HU's na rede de assistência à saúde que possibilitava o exercício da pesquisa e formação de profissionais da saúde.

No entanto, Santos (2020) aponta a complexidade dessa vinculação, uma vez que interesses políticos e pessoais de alguns professores, que eram remunerados tanto pela docência

quanto pela prestação de serviços médicos de saúde fizeram com que essa integração e o repasse financeiro dos HU's nunca se efetivasse plenamente com a gestão pública de saúde.

Atualmente grande parte dos HU's são geridos por uma empresa contratada pela União para gestão dessas instituições a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Isso reflete a complexidade de inserção dos HU's na rede de atenção à saúde do SUS, uma vez que já há um terceiro elemento na relação direta entre Ministério da Saúde e Hospitais Universitários. Santos (2020) também aponta a dificuldade de implementação do SUS logo após sua concepção, pois a década de 1990 foi marcada por contrarreformas liberais que contribuíram para a desresponsabilização do Estado na gestão de políticas públicas. Essa tendência liberal se estendeu às políticas de financiamento e gestão dos HU's que em 2010 passaram a ser geridos completamente por uma empresa de caráter privado na forma de sociedade anônima.

Assim, em substituição ao discurso de que existiria um fortalecimento do SUS com a entrada da EBSERH, o que tem se observado, na prática, é a desconsideração dos princípios basilares do SUS, notadamente com a quebra do princípio da integralidade. Isso ocorre porque não é possível construir uma alternativa de cuidado onde pressupõe-se “a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos” em um contexto de plena restrição de acesso e articulação com o SUS, com tem se estabelecido e acentuado na realidade dos HU's sob a gestão da EBSERH (Silva, 2019, *apud* Santos, 2020)

A característica assistencial prevaleceu na lógica dos Hospitais Universitário, espaço onde o Processo Transexualizador se efetivou com a promulgação da portaria. Santos (2020) analisa o contexto de cinco hospitais nos quais o Processo Transexualizador está vinculado: o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo (HC/FMUSP); O Hospital das Clínicas de Porto Alegre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (HCPA/UFRGS); Hospital das Clínicas de Goiânia da Universidade Federal de Goiás (HC/UFG); Hospital das Clínicas de Pernambuco da Universidade Federal de Pernambuco (HC/UFPE); Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (HCPE/UERJ). A autora constata a complexidade da análise da implementação e execução do Processo Transexualizador devido aos inúmeros atores envolvidos, mas deixa explícita as fragilidades dessa política principalmente no que se refere a articulação com a rede de saúde e aos princípios do SUS de Integralidade, Equidade e Universalidade. Santos (2020) também destaca a insuficiência da assistência aos serviços demandados pela população trans e travestis marcada pelo baixo número de cirurgias. Em São Paulo, por exemplo, é realizada uma cirurgia por mês,

resultando em intermináveis filas para o acesso aos serviços que permitem as modificações corporais desejadas.

Assim, o Processo Transexualizador, em sua concepção, quando articulado com a sociedade civil, visava à integralidade da atenção às pessoas trans e travestis. No entanto, os estudos apresentados, em concordância com as pessoas ouvidas nesta pesquisa, reafirmam a dificuldade de acesso a esse processo, especialmente no que se refere à hormonização e à dispensação dos hormônios. A hormonização é destacada porque, apesar de ser um serviço fora da alta complexidade, devido ao caráter patológico compreendido pelo saber médico sobre as pessoas trans e travestis, qualquer serviço de saúde que visa a modificação corporal desses corpos é configurado como alta complexidade.

Durante o período do meu mestrado, trabalhei como teleconsultora de Saúde Mental no Núcleo Telessaúde de Santa Catarina, um serviço vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Ministério da Saúde. Dentre os inúmeros serviços desenvolvidos neste núcleo um deles se configura na assistência técnica aos profissionais de saúde do SUS, especialmente aqueles Unidade Básicas de Saúde. Recebi inúmeros pedidos de esclarecimento do fluxo de encaminhamento para hormonioterapia e cirurgias de redesignação sexual pelo SUS, haja visto que Santa Catarina não possui nenhum ambulatório credenciado ao Processo Transexualizador até o momento³⁰. A demanda nas cidades para a hormonização nas Unidades Básicas de Saúde existe, e não raro os médicos referenciam para ambulatórios na lógica da alta complexidade, pois entendem que se trata de um manejo clínico especializado. Essa postura é justificada pelo que Santos (2020) observa na formação desses médicos numa lógica biomédica patologizante dos corpos trans e travestis.

Apesar das problematizações levantadas em relação ao Processo Transexualizador, ele ainda representa um passo importante, embora insuficiente, tanto no que se refere ao acesso ao serviço quanto à forma como ele é articulado, para o reconhecimento desses corpos que buscam a hormonização e realizam modificações. As entrevistas revelam a busca por um acesso mais equitativo à hormonização. Como destacado por Otacília: *“o corpo é algo, é parte da aceitação dentro desse processo na sociedade e você como é munida de pouco recurso, de pouco capital, tem que buscar estratégias que sejam mais baratas”*. A partir disso compreendo que a retirada da hormonização do contexto da atenção especializada e sua inclusão na Atenção Primária à Saúde se faz necessária para promover o bem-estar psíquico dessas pessoas e prevenir a

³⁰ As demandas de auxílio referente ao assunto eram encaminhadas a mim por eu ser a teleconsultora que tinha maior domínio do assunto, embora existissem médicos disponíveis também para tal resposta.

automedicação e procedimentos perigosos, como o uso de silicone industrial, que podem resultar em danos graves e até mesmo fatais.

Conclui-se que serviços assistenciais que permitem as modificações corporais têm o potencial de servir como uma ferramenta no combate às transfobias enfrentadas diariamente por pessoas trans e travestis. Isso ocorre porque a hormonização pode desempenhar um papel importante na passabilidade dessas pessoas na sociedade, reduzindo os olhares de estranhamento. Além disso, é fundamental considerar que a hormonização faz parte do processo de subjetivação dessas pessoas, como destacado por Pelúcio (2005) e Veras (2019). É importante reconhecer, no entanto, que a passabilidade não deve ser vista como a única forma de proteção, pois pode reforçar a matriz cisgênera binária de existência dos corpos, excluindo aqueles que não se encaixam nesse padrão.

Ao não terem acesso adequado aos serviços de saúde e procedimentos de hormonização, muitas pessoas trans e travestis enfrentam obstáculos significativos para alcançar uma expressão de gênero que corresponda à sua identidade. Esses procedimentos não apenas auxiliam na afirmação da identidade de gênero³¹, mas também podem ter impactos positivos na autoestima, na integração social e na qualidade de vida geral das pessoas trans e travestis. Portanto, é fundamental o reconhecimento da importância dos procedimentos de hormonização não apenas como intervenções médicas, mas como ferramentas essenciais para promover a saúde integral e o bem-estar das pessoas trans e travestis.

9.2 A Atenção Integral para pessoas trans e travestis

A inserção do cuidado às pessoas trans e travestis no âmbito do SUS, conforme apontado anteriormente, se deu a partir de uma visão assistencialista corretiva (Santos, 2020). Mattos (2004) aponta que, embora o SUS tenha se afastado de uma prática assistencialista em sua concepção, na prática ele não tem articulado adequadamente a prevenção com a assistência, conforme pensado no texto constitucional. O autor define a assistência como proveniente de uma demanda espontânea do usuário para tratar de um sofrimento em um determinado serviço de saúde. Dessa forma, a busca por um serviço de saúde serve como um alento para apaziguar

³¹ Destaco aqui que compreendo a afirmação de gênero a partir da utilização de hormônios ou cirurgias de modificações corporais como a construção de um corpo possível que atravessa qualquer identidade de gênero. Concorro com Preciado (2017) quando ele aponta que o gênero se configura enquanto prótese de um corpo cyborgue. Nesse sentido podemos compreender que uma hormonização é tão protético quanto uma harmonização facial ou até a bolsa da Gucci e relógios Rolex. E podemos estender esse raciocínio para as cirurgias que permitem mudanças corporais, considerando as devidas complexidades na execução delas.

o sofrimento identificado pelo sujeito. Mattos (2004) ainda afirma que essa demanda dos serviços de saúde, bem como a identificação do que pode ser legitimado como sofrimento, é uma experiência construída socialmente.

Assim, quando o SUS pensa na integralidade como norteadora da atenção à saúde, ele concebe que, a partir de uma demanda espontânea que leva um sujeito a um serviço de saúde, o profissional de saúde deve, além de dar assistência ao sofrimento apresentado, articular ações preventivas com o paciente. Isso significa que o profissional deve ter uma escuta atenta às necessidades mais silenciosas. Para Mattos (2004, p. 1414), “defender a integralidade é defender antes de tudo que as práticas em saúde no SUS sejam sempre intersubjetivas, nas quais profissionais de saúde se relacionem com sujeitos, e não com objetos”.

No que se refere à assistência à saúde das pessoas trans e travestis é pautada na condição de que estas pessoas sofrem de uma “disforia de gênero”. Portanto, há uma associação de um aspecto patológico nessas pessoas que pressupõe uma terapêutica que leve a modificações corporais (Almeida; Murta, 2013). Essa percepção está presente nas falas das pessoas entrevistadas como Maria Leôncia que, ao ter contato com o ambulatório do Lessa de Andrade, aponta:

[...]é preciso tornar o espaço também inclusivo porque se for só para ter ali um local para pessoas trans e tal aí quem quiser ser atendido procurar hormônio tá ali, mas não é só isso né, porque as necessidades são muito mais complexas. Muitas vezes, da mesma forma que existem pessoas trans que estão em situação de rua, existem pessoas que precisam de preciso de hormônios, pessoas trans que precisam de alimentação adequada [...] (Maria Leôncia).

Assim a necessidade de um olhar integral à saúde surge no discurso dessas pessoas quando elas vivenciam um cuidado de saúde fragmentado. Em relação a isso, Maria Leôncia argumenta em favor da necessidade de garantir a integralidade no cuidado prestado durante esses atendimentos.

eu acho que poderia ter uma certa forma de integrar os sistemas assim o SUS já é bem integrado, mas eu diria mais integral realmente muito mais muito mais assistências tipo emprego assistência moradia várias questões assim porque não é só você chegar aí a ambulatório enfim respeitar minimamente seu pronome te dar isso com certeza é muito importante, mas não é só isso né (Maria Leôncia).

A concepção de atenção integral à saúde no SUS está alinhada com o conceito ampliado de saúde que visa a promoção à saúde em detrimento da noção de saúde enquanto cura de um adoecimento (Lionço, 2006). Motta (2004) destaca que a atenção integral requer que as/os profissionais de saúde tenham a capacidade de compreender o contexto no qual o

sujeito que demanda um cuidado de saúde está inserido. Nesse sentido, além de atender às demandas espontâneas apresentadas pelo sujeito, é fundamental entender todo o contexto em que a pessoa vive, pois isso é o que permitirá promover a saúde de quem busca atenção nos serviços de saúde.

Nas falas das/dos participantes é possível perceber que os profissionais de saúde, sejam eles do SUS ou da rede suplementar, além de não atuarem na prevenção e promoção à saúde, não reconhecem essas pessoas como sujeitos, sendo frequentemente produtores de transfobias. Assim, ao buscar um serviço de saúde em uma demanda espontânea essas pessoas, além de não receberem um tratamento adequado às suas necessidades, são vítimas de violência.

Riobaldo ao realizar um exame de mamografia, ouviu da profissional de saúde que o atendeu: *“se você fosse homem, não estaria aqui fazendo esse exame”*. Ele ainda enfatiza que tais situações não são isoladas, mas sim ocorrências recorrentes. Ana Dazusa relata que, durante a pandemia, ela sentia apreensão em buscar atendimento hospitalar devido à incerteza quanto ao tratamento que receberia, apesar de ter seu nome retificado legalmente. Ela enfatiza a importância de os profissionais de saúde serem sensíveis ao uso do nome e pronome corretos, observando que a maioria deles não possui essa sensibilidade devido à falta de formação acadêmica adequada nesse aspecto. Para além das transfobias explícitas, ela aponta que *“não se pensa num corpo travesti ou transexual naquele que vai gestar, um corpo que vai precisar, um corpo feminino que vai precisar de um proctologista, não se pensa nessas perspectivas”*. Riobaldo traz a mesma percepção: *“parece que a partir do momento que você começa um tratamento hormonal você deixa de ser um indivíduo plural, você é só uma pessoa ali que tá fazendo um tratamento”*

A inclusão das pessoas trans e travestis nos serviços de saúde, a partir da lógica diagnóstica, permitiu o acesso a serviços médicos que anteriormente não eram previstos nos serviços de saúde subsidiados pelo governo, na rede suplementar no Brasil, ou por seguros de saúde em outros países. No Brasil, esse movimento de inclusão no SUS começou com a judicialização do direito à assistência médica para modificações corporais, em um processo movido pelo TRF4 contra a União (Santos, 2020), culminando na portaria que instituiu o Processo Transexualizador em 2008. Antes dessa portaria, a primeira iniciativa pública para viabilizar a cirurgia de redesignação sexual ocorreu em 1999 através do Programa de Transgenitalização, coordenado pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (Pró-vida), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Teixeira, 2013).

Na pesquisa conduzida por Flávia Teixeira (2013) é evidente que os corpos destinados às modificações corporais precisavam atender aos critérios diagnósticos do DSM-IV para Transtorno de Identidade de Gênero e ao CID-10 para Transexualismo³². Esse processo de aprovação representava um longo e muitas vezes doloroso caminho, no qual as pessoas candidatas à cirurgia eram submetidas a exames médicos e perícias destinados a determinarem se elas se enquadravam no perfil de "verdadeiros transexuais". Caso fosse identificado que a pessoa era intersexual, a cirurgia não seria aprovada (Teixeira, 2013)

Reunindo as imagens [fotografias realizadas por peritos], não se nota uma modificação significativa do pênis, mas sugerem que na percepção dos peritos essa ausência de resposta seria a prova da “não funcionalidade do pênis” e, portanto a negação do masculino. Não são apenas os aspectos do masculino que são cuidadosamente registrados, mas vestígios do masculino que precisam ser fiscalizados. [...] Para aqueles que pleiteiam o espaço masculino, os inscritos foram fotografados em posição ginecológica, suas vaginas escancaradas, numa atitude invasiva, em que foram ressaltados os pequenos e grandes lábios. Uma das fotos revela o afastamento dos grandes lábios que permite a vagina que parece garantir a verdade do corpo: “a pericianda é do sexo feminino”, decreta o perito (Teixeira, 2013, p. 129-130).

Teixeira (2013) aponta a gênese das práticas médicas direcionada as intervenções em demandas de modificações corporais para pessoas trans e travestis no Brasil, o que não está em um passado muito distante. Essa prática patologizante dos corpos trans e travestis tem sido problematizada tanto nas discussões no Ministério da Saúde quanto a nível mundial. Ela resulta na estigmatização do corpo trans e travesti como um corpo doente, especialmente pelas ciências psi. Nesse sentido, Zé Bebelo afirma: *“eu sou encaminhado para um neurologista, mas não sou encaminhado para um ginecologista”*. Isso contribui para a relutância e o receio dessas pessoas em buscar serviços de saúde, principalmente devido à dificuldade que as/os profissionais têm em compreender seus corpos.

Em 2009 a partir da Portaria nº 1.820 do Ministério da Saúde foi homologada prevendo o uso do nome social em todos os serviços de saúde (Ministério da Saúde, 2009). Ainda assim, as/os participantes relatam que nem todos os profissionais de saúde estão cientes dela. *“Quando eu fui fazer a carteirinha do sus eu tive muito problema, a pessoa não sabia como colocar o nome social”* (Zé Bebelo). Além do desconhecimento técnico sobre como registrar o nome social no sistema, a transfobia também justifica por que muitos profissionais de saúde ainda

³² De 1999 até os dias atuais o Manual Diagnóstico e Estatístico de Saúde Mental o DSM foi reformulado diversas vezes, sendo sua 5ª versão publicada em 2013 Nesta versão, o diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero foi suprimido e, em contrapartida, foi adicionado o diagnóstico de "disforia de gênero". O mesmo ocorreu com a Classificação Internacional de Doenças (CID), que passou por uma reformulação e entrou em vigor em 2022. Na sua 11ª versão, o diagnóstico de Transexualismo foi suprimido.

não estão familiarizados com as diretrizes estabelecidas pela portaria, mesmo após mais de uma década de sua promulgação.

Butler (2022) problematiza a abordagem diagnóstica em relação às pessoas trans e travestis nos serviços de saúde. Ela aponta a complexidade do debate, que envolve pessoas trans favoráveis ao diagnóstico, uma vez que ele facilita o acesso a procedimentos de saúde, especialmente no contexto dos Estados Unidos, onde o acesso à saúde é predominantemente através de seguros de saúde. No Brasil, no entanto, essa discussão também é pertinente, pois há garantia de acesso à saúde através do Estado. Porém, atualmente, não há previsão de cirurgias ou hormonioterapia na rede suplementar de saúde no Brasil. Guilherme Almeida (2013) menciona que não há iniciativa da Agência Nacional de Saúde (ANS) em debater a inclusão dos procedimentos que envolvem modificações corporais para pessoas trans e travestis no Brasil na rede suplementar de saúde no Brasil.

Alaripe relata que enfrenta depressão e buscou o auxílio financeiro de seus pais para pagar um terapeuta uma vez que não seria possível no SUS. Ao entrar em contato a psicóloga ele relata ter experimentado transfobia, uma vez que a psicóloga no pronome feminino mesmo sabendo da sua condição enquanto trans. Esse relato aponta para a complexidade do acesso à saúde mental das pessoas trans travestis, que enfrentam não apenas barreiras relacionadas às limitações do sistema de saúde público, mas também a transfobia. É importante apontar que na tentativa de combater a transfobia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) emitiu a Resolução 01 de 29 de janeiro de 2018, que normatiza o atendimento às pessoas trans e travestis, visando eliminar a discriminação (CFP, 2018).

Para Butler (2022), o diagnóstico, na sociedade atual é o que permite o acesso aos serviços de saúde e uma alternativa para não erradicar o diagnóstico referente às pessoas trans e ainda assim manter o acesso aos serviços de saúde previstos seria fazer um uso estratégico do diagnóstico.

Dessa maneira, pode-se rejeitar a pretensão de verdade do diagnóstico, isso é, rejeitar a descrição que ele oferece da transexualidade, mas, ainda assim, fazer uso do diagnóstico como um puro instrumento, um veículo para atingir certos objetivos. Pode-se então, de forma irônica, jocosa ou irresoluta se submeter ao diagnóstico, mesmo que intimamente se sustente que não há nada “patológico” no desejo de transição ou na decisão de realizar esse desejo. Mas aqui temos que perguntar se submeter-se ao diagnóstico não envolve certa sujeição, mas ou menos consciente, a este, o que acaba fazendo com que se internalizem alguns aspectos do diagnóstico e faça com que a pessoa se conceba como mentalmente doente ou “falhando” na normalidade, ou os dois, mesmo que busque ter uma atitude apenas instrumental frente a esses termos (Butler, 2022, p.142).

Em relação ao uso estratégico do diagnóstico apontado pela autora, podemos ver essa estratégia sendo adotada pelas pessoas participantes da pesquisa de Bento (2017a), Borba (2016) e Teixeira (2013). Nessas pesquisas, fica evidente que todas aquelas pessoas que se submeteram ao processo diagnóstico para acessar os serviços de saúde relataram desconforto ao serem expostas a um processo de cuidado de saúde patologizante. Considero que essas pessoas fazem uso estratégico pois compreende que há um papel a ser seguido, uma encenação deve ser feita para que elas possam acessar os serviços de saúde desejados. Assim, histórias de vida são moldadas para se encaixar melhor no diagnóstico, e determinados trejeitos e comportamentos são compartilhados entre as/os candidatas/os, a fim de demonstrar o que as/os profissionais de saúde esperam ver em uma pessoa transexual.

Considerando essas pesquisas, e a partir das narrativas ouvidas na minha pesquisa não vejo possibilidade de fazer um uso estratégico do diagnóstico sem que o sujeito seja atravessado por relações violentas com os profissionais envolvidos com esse cuidado de saúde. O caso explicitado na pesquisa de Flávia Teixeira (2013) aponta como o diagnóstico, seja de disforia, seja de transexualidade por ser atrelado a uma incongruência entre corpo e mente expõe esses corpos à violência, que não permite que haja somente um uso instrumental e estratégico que seja sem danos psíquicos. A autora descreve as invasões abusivas nos corpos das pessoas candidatas à cirurgia de redesignação sexual, ao ponto de uma das participantes ao se referir sobre o processo de redesignação sexual afirmar: “Está tudo tão bem, tão gostoso na minha vida, não quero tocar no assunto, não quero lembrar” (Teixeira, 2013, p.178).

No Brasil, porém ele se faz contraditório quando temos um sistema de saúde que preconiza a integralidade do cuidado das pessoas. Teixeira (2013) em concordância com Butler aponta que o uso estratégico do diagnóstico é uma escolha complexa pois reitera um discurso que o próprio sujeito questiona, considerando que “é uma renúncia de falar de si mesmo” (Teixeira, 2013 p.157). Bento (2016) afirma que manter o diagnóstico como forma de garantir acesso aos serviços de saúde no Brasil, onde o Estado desempenha um papel importante na garantia desse acesso, não faz sentido.

Bento (2016) analisa o diagnóstico de “Disforia de gênero” incluído no DSM-V em detrimento do “Transtorno de Identidade de Gênero” presente no DSM-IV. Ela aponta que há um discurso universalista no DSM-V que se apresenta como não patologizador das identidades trans por considerar o meio cultural, mas que, na verdade, reflete leituras específicas da psiquiatria dos Estados Unidos e arranjos políticos frente à saúde pública que não englobam países onde o Estado tem forte atuação nas ações de saúde. Além disso, a autora argumenta que

diagnosticar somente as pessoas trans enquanto disfóricas mantém a patologização desses corpos.

Mesmo atualmente, com o deslocamento do diagnóstico de Transexualismo na CID-10 para o capítulo “condições relacionadas à saúde sexual” na CID-11 sob o nome “incongruência de gênero da adolescência e da fase adulta”³³ e com a inclusão do diagnóstico “disforia de gênero” em detrimento ao “Transtorno de Identidade de Gênero” não há uma efetiva despatologização dos corpos trans e travestis no discurso médico.

Nesse aspecto a violência em relação ao corpo trans e travesti se relaciona a patologização desse corpo, uma vez que há uma nítida separação entre as demandas baseadas no diagnóstico da transexualidade e demandas de saúde do sujeito que não se refere ao corpo trans e travesti. De acordo com Matta (2007) a integralidade enquanto princípio norteador das práticas de saúde no cuidado com o sujeito pressupõe o entendimento do sujeito em sua totalidade. Retomando Motta (2004) enfatizamos que a totalidade considera o contexto no qual o sujeito está inserido na sua experiência de vida e nas suas demandas de saúde e não se configura como um olhar holístico. Considero que podemos compreender o sujeito em sua totalidade quando consideramos sua singularidade. As identidades de gênero, seja cisgênera, transgênera ou qualquer identidade é um processo subjetivo não estável e singular.

É nesse sentido que a integralidade é um conceito chave para compreendermos a negligência no cuidado das pessoas trans. Isso acontece pois ainda prevalece o olhar biomédico nos serviços de saúde que não considera os processos de subjetivação como uma dimensão particular atravessada pelo discurso social.

9.3 Nome social e a retificação de nome: reconhecendo identidades

O não reconhecimento do nome pelo qual a pessoa se identifica é citado como uma violência diária que as pessoas trans e travestis sofrem. Quemelém afirma: “[...]a violência mais comum que a gente sofre ela é muitas vezes é pequenininha sabe ela tá no dia a dia conta gota na nossa vida é aquela pessoa que se nega te chamar pelo pronome correto [...]”. O não lugar está presente nas falas das participantes, elas não são reconhecidas nem pelo Estado nem pela sociedade:

³³ Há também na CID-11 o diagnóstico “incongruência de gênero da infância” também inserido no capítulo “condições relacionadas à saúde mental”. Essa informação consta como Nota do Tradutor em Butler (2022).

tudo é mais difícil. Para a gente arrumar um trabalho, a gente sofre violência até no olhar das pessoas, a gente sofre quando vai numa padaria, num shopping quando a gente está até apaixonada por alguma pessoa porque muito confundem acha que a gente ouve: ‘ah achei que tu era uma mulher (Aesmeralda).

A retificação do prenome de forma legal ou a permissão do uso do nome social nos espaços públicos é fundamental para o reconhecimento da identidade de uma pessoa. Os documentos de identidade têm uma grande importância social e simbólica na nossa sociedade e é ele quem garante o acesso aos direitos de um cidadão. Trazendo o princípio da indisponibilidade do estado que “refere-se ao estado civil que inclui data, hora e lugar de nascimento, nome e sobrenome dos pais, o nome e o sexo da criança”, Zambrano (2003) problematiza o poder do Estado na não permissão da alteração de nome e sexo de uma pessoa. Isso acontece porque esse princípio considera que nome e sexo é uma condição alheia a escolha da criança, e condiciona a identidade de gênero como natural pois o nome está aliado ao sexo atribuído ao nascimento. No Brasil, a permissão para retificação de nome de pessoas trans e travestis no âmbito administrativo aconteceu somente em 2018 (Brasil, 2018), sendo que anteriormente a essa data esta alteração só era possível a partir de um processo judicial.

Ana Dazua relata ter iniciado o processo de retificação de nome antes de 2018, contando com o auxílio da Defensoria Pública. Ela menciona que tomou essa decisão após saber que outras pessoas trans estavam obtendo sucesso nesse procedimento, estabelecendo jurisprudência para o seu caso. No entanto, apenas a retificação do nome foi possível, sendo a retificação de sexo legal realizada nove anos depois. Como consequência, Ana Dazua não era reconhecida nos serviços de saúde, pois o sistema a identificava como do sexo masculino. Como mencionado pela participante esse processo de retificação foi anterior ao provimento n. 152 que permite aos cartórios a retificação de nome e sexo em âmbito administrativo (Brasil, 2023).

O documento de identidade reconhece uma pessoa juridicamente enquanto detentoras de direitos e deveres (Zambrana, 2003). A falta de retificação deste documento para refletir adequadamente ao gênero no qual essa pessoa é lida socialmente permite que ocorram grandes humilhações e constrangimentos no dia a dia das pessoas trans e travestis. No que tange aos serviços de saúde, a retificação de nome aponta desafios para as pessoas trans, como relata Riobaldo:

[...]eu preciso de uma gama de serviços que não aparece para mim porque eu já retifiquei o meu nome então um problema já foi resolvido porque eu retifiquei a minha documentação na receita federal eu já sou Riobaldo mas por exemplo eu não consigo fazer uma mamografia [...] (Riobaldo)

O constrangimento que Riobaldo enfrenta se configura como violência, pois há um não reconhecimento de quem ele é enquanto sujeito. Sua identidade não é reconhecida, independentemente de a retificação de nome ter sido realizada ou não nos serviços de saúde

É desde o momento que você chega se você não é retificado e aí você tenta fazer o seu nome social e mesmo já tendo essa lei há anos as pessoas dizem que não pode. Ou quando você está dentro de um consultório e você precisa mostrar alguma parte do seu corpo e explicar que não, você não pode levantar a sua camisa com a porta aberta porque você usa binder³⁴” (Riobaldo.)

Outros exemplos de não reconhecimento das pessoas trans e travestis também são citados. O acesso aos banheiros públicos, que se configura como um direito básico à saúde, é um problema, uma vez que João Curiol afirma que indivíduos enfrentam longos períodos sem usar banheiros públicos devido à sua identidade de gênero. Maria Diadorina menciona que, apesar de as pessoas trans terem sido incluídas na Lei Maria da Penha, ainda não se sente segura para realizar denúncias de transfobia, pois é comum não ser bem tratada ao chegar em uma delegacia. Uma estratégia utilizada por muitas pessoas trans e travestis para evitar essas violências é o isolamento social ou até o silenciamento como conta Zé Bebelo: “*quando eu falo as pessoas me tratam no feminino então o que eu faço é ficar em silêncio*”.

Embora a conquista da possibilidade de retificação de nome ou da inclusão do nome social represente um importante avanço para o reconhecimento dessas identidades, elas ainda enfrentam a transfobia por parte de profissionais de saúde e da população em geral. Isso porque a violência que essas pessoas sofrem reside na complexidade da normalização do sistema sexo/gênero imputado socialmente que se configuram como modos de subjetivação. De acordo com Butler (2019) as criações identitárias numa política essencialista são atravessadas pelo ritual do batismo, no qual atribui uma nomeação à pessoa e uma identidade a ser fixada. Essa fixação é, porém, citacional, uma “reiteração do processo divino de nomeação, pelo qual nomear o filho inaugura a existência desse filho no seio da comunidade divinamente designada do homem” (Butler, 2019, p. 352). No que se refere ao nome próprio numa sociedade podemos atribuir o ritual do “nome de batismo”, sinônimo no contexto brasileiro de nome de registro, como sendo um ritual citacional dentro do sistema sexo/gênero. Ao nome é atribuído um gênero coincidente com um sexo e a sua retificação não é possível. Embora no Brasil tenhamos avançado em termos legais no direito a retificação desse nome, a política essencialista que

³⁴ Binder é uma faixa utilizada por homens trans ou pessoas transmasculinas para comprimir as mamas e não evidenciar essa característica do corpo que o associam com mulheres cisgêneras.

sustenta percepção das identidades enquanto fixas é um desafio no enfrentamento da violência contra as pessoas trans e travestis.

10 “A DIGNIDADE DO SER HUMANO É O EMPREGO, ENTENDEU?”: FATORES INTERSECCIONAIS DA VIOLÊNCIA

Hirata (2014) aponta para a interseccionalidade como categorias dinâmicas que produzem e reproduzem desigualdades sociais, como classe, raça, gênero, religião, idade, entre outras. A autora denomina essa perspectiva de “interseccionalidade de geometria variável”, buscando superar a fixidez e a centralização do debate da interseccionalidade apenas nas categorias sexo, gênero e raça. Dessa forma, ela compreende que a interseccionalidade se configura como relações sociais, em vez de uma interpretação baseada unicamente em categorias específicas. (Hirata, 2004).

É nesse contexto que a interseccionalidade emerge como um fator importante na análise da pesquisa. Nas entrevistas e GFO percebi que os relatos de violência física foram apresentados exclusivamente pelas mulheres trans e travestis, pessoas que desempenham a feminilidade. Além disso, a questão racial emergiu como um fator significativo, como evidenciado na fala de um homem trans, destacando a interseccionalidade dessas experiências:

Eu sofro muito mais racismo do que transfobia. porque nem todas as pessoas sabem que eu sou uma pessoa trans. A partir do momento que eu entro no serviço de saúde todo mundo sabe que eu sou uma pessoa preta. Existe muito essa questão do descaso. Eu já fui em várias consultas onde eu estava relatando coisas e por exemplo a minha pressão não foi medida porque o profissional não queria encostar em mim (Riobaldo).

A dificuldade no acesso ao mercado de trabalho se configura como uma questão de extrema sensibilidade que afeta essa população. Aesmeralda relata que, ao revelar sua identidade de gênero à sua mãe durante sua transição de gênero essa a aconselhou a considerar cuidadosamente sua decisão, devido aos preconceitos que ela poderia enfrentar. Nos relatos fica evidente que as mulheres trans e travestis enfrentam desafios ainda maiores no acesso ao emprego em comparação aos homens trans e pessoas transmasculinas. Isso resulta em muitas pessoas trans e travestis vivendo abaixo da linha da pobreza e até mesmo nas ruas.

A dificuldade na empregabilidade dessa população está intrinsecamente ligada à transfobia, pois a identidade de gênero é frequentemente considerada antes das competências da pessoa. Quando associada às questões de raça vemos que as mulheres trans e travestis negras sofrem maior dificuldade para conseguir emprego. Ana Dazusa, mulher trans preta, aponta que ao entregar um currículo, a identidade de gênero da pessoa muitas vezes sobressai suas habilidades, contribuindo para a marginalização dessa população e para sua predominância no mercado informal de trabalho. Além disso, ela expressa preocupação em relação à

aposentadoria dessas pessoas, que podem não contribuir tempo suficiente para garantir uma aposentadoria adequada

A dignidade do ser humano é emprego, entendeu? É um emprego claro, educação vem em primeiro lugar, sempre, mas emprego ele mobiliza sua vida para as coisas andarem, acontecerem. E você sem emprego principalmente formal, tá muita gente se dá bem na área informal, constrói seus patrimônios, constrói sua vida que são as pequenas grandes exceções né, do mundo. E mesmo assim viram empresários da sua própria vida, né. Como eu me acho, me considero empreendedora da minha própria vida e eu tenho o privilégio de hoje me ligarem e me oferecerem vaga de trabalhos que eu posso escolher. Hoje eu tô podendo escolher, mas durante 16 anos eu não tinha o direito nem de ir lá, muito mais escolher. então é uma realidade que eu quero que muitas pessoas trans, não binárias, gordas, preta tenham (Maria Diadorina).

Ana Dazua enfatiza que a população trans e travesti enfrentou a falta de moradia durante a pandemia da COVID-19 e ainda não conseguiu retornar a uma moradia estável devido à falta de apoio e suporte por parte do Estado. Assim, como forma de resistência houve uma mobilização civil promovida por organizações civis para fornecer assistência básica à população trans e travesti através de auxílio financeiro. Ana Dazua aponta que através do movimento social chegou a ajudar diretamente a cerca de 100 pessoas, e indiretamente, aproximadamente 500 pessoas.

O mesmo cenário foi relatado por João Curiol:

Aqui no Ceará a gente perdeu algumas pessoas transfemininas mas as transmasculinidades sentiram muito no financeiro sabe nada das demissões, sabe. muitas pessoas, meninos trans pedindo ajuda. As instituições de militância que eu faço parte. E aí a gente fazia a gente fez diversas campanhas na internet. Para arrecadação de cestas básicas, de valores para comprar essas cestas básicas. A gente teve ajuda de algumas instituições internacionais, né. Que ajudaram distribuindo as cestas básicas para essas pessoas. A gente mandava o nome, mandava o endereço e aí, felizmente, essas instituições conseguiam ajudar.

Durante a pandemia, o governo relutantemente implementou um auxílio emergencial de R\$ 600,00 mensais para a população (Senado Federal, 2020). A população trans e travesti também se viu excluída desse benefício.

A gente ainda teve várias questões de incentivo de auxílios e o próprio governo tentou trabalhar isso de alguma forma. Mas tiveram várias pessoas travestis transexuais, por exemplo, que não conseguiram receber o auxílio que o governo deu por conta da questão do nome. Porque não tinham seus nomes retificados ou o Estado não trabalhava com a questão do nome social. E aí quando as pessoas chegavam é para receber auxílio, na hora de receber tinha esse cruzamento de dados. Diziam que essas pessoas não existiam, sabe. Então assim, a gente conheceu várias pessoas transexuais que tiveram problemas com essa questão de não receber o auxílio basicamente por conta de seus nomes (Ana Dazua).

Dentre os participantes, Diadorim, mencionou a precariedade do emprego durante a pandemia da Covid-19. Sem emprego, precisou voltar à prostituição para conseguir se sustentar, mas devido à exposição ao vírus, foi infectado pelo SARS-CoV-2 e enfrentou despesas significativas com o tratamento, resultando em um prejuízo considerável. Nesse contexto, vemos que para Diadorim, o trabalho sexual se configura como uma alternativa para conseguir dinheiro para a sobrevivência.

Nas falas das/os interlocutores destaca-se para o trabalho sexual como o único lugar possível de aceitação no mercado de trabalho. É como se o trabalho sexual fosse a única possibilidade de emprego, o único local de pertencimento para pessoas trans e travestis. A prostituição é mencionada diversas vezes pelos participantes, algumas vezes em tom de resignação, como se fosse a única opção para ganhar dinheiro. Como diz João Curiol *“porque às vezes o único local que elas têm pra trabalho é na rua, por exemplo, né? pra prostituição”*. Vale destacar que essa fala remete a experiências que ele ouviu das outras pessoas trans, das mulheres trans mais especificamente. Nesse caso ele aponta para a prostituição associada ao feminino, pois ele, enquanto uma pessoa transmasculina nota que esse é o lugar relegado às mulheres trans e travestis.

Já Riobaldo fala: *“eu entrei na faculdade com 16 anos e a primeira vez que eu consegui ser inserido no mercado de trabalho foi com 20 né, antes disso eu era só faculdade ou prostituição eu não consegui ter retorno no mercado de trabalho mesmo já tendo meu nome retificado”* (Riobaldo). Ele menciona sua dificuldade de conseguir emprego por não ter passabilidade *“mesmo já tendo meu nome retificado. Porque eu tenho minha documentação retificada, mas eu entendo ainda que meus símbolos minha expressão de gênero, expressa muita feminilidade então gera um problema principalmente com trabalhos”*.

Maria Diadorina aponta que a prostituição, embora sirva como forma de subsistência, é uma situação da qual é necessário encontrar uma saída urgente:

Graças a Deus eu saí da prostituição tem alguns anos tem mais de dez anos que eu saí da prostituição, talvez 12. Quando eu vou ao trabalho eu consegui um trabalho como cabeleireira eu odiava essa área, mas, assim, era o que eu tinha pra sair da prostituição para pagar minhas contas, para sobreviver. Então não foi opção que eu tive, né. Ou você faz aquilo você volta pra prostituição. Aí eu falei eu vou fazer aquilo e ser feliz.

A prostituição, o sexo em troca de dinheiro e fora do casamento, representa uma oposição à concepção tradicional de família e ao sexo voltado para fins procriativos, que fundamenta a heteronormatividade e sustenta os saberes subalternos. É nesse sentido que Ana Dazua problematiza a prostituição:

mas lógico elas/eles não estão nesse emprego porque só querem a prostituição. E aí assim como é isso né? Porque não dá para demonizar para a prostituição porque se não fosse a prostituição muitos de nós, muitas de nós nem vivos estariam. E aí às vezes a gente acaba caindo ou indo para prostituição que é a única forma da gente conseguir uma subsistência (Ana Dazusa)

Assim, me interessa pensar como que a prostituição resta como primeira, senão única forma de subsistência dos corpos trans ou travesti. O interesse não reside por uma compreensão moral do trabalho sexual, de que este não deveria existir ou de que se trataria de um trabalho subalterno, mas sim de como ele se configura como uma alternativa “natural” para os corpos trans e travestis de baixo poder aquisitivo. Enfatizo aqui que a subalternização desses corpos é atravessada pela lógica colonial do sistema econômico, no qual as pessoas com maior poder aquisitivo não enfrentam as mesmas violências e opressões daquelas que são de classe socioeconômica menor. Como afirma Otacília:

A gente teve um documentário aqui no meu estado onde uma travesti ela foi entrevistada pela Universidade Católica e ela disse: não, não sei o que é preconceito. aí o jornalista perguntou sim: ‘e quando você vai no seu banco?’; ‘ah o gerente vem me atender na porta’ E ele [jornalista] disse por quê? ‘porque eu sou milionária’. Então, pronto, é um determinante que é muito colocado né. Infelizmente ainda é um processo cultural. O capitalismo no engole em todos os aspectos né? Você ser uma travesti você vai estar ainda mais vulnerável. Você ainda vai ser a base da pirâmide. porém, com recurso financeiro onde você possa se munir e acessar espaços que são bens desafiadores como a academia e outros espaços que potencializam né. Sua cultura, técnica dentro dos espaços se você tiver recurso você é protagonista disso. senão é muito mais difícil (Otacília).

A relação da realidade socioeconômica dessas pessoas com a violência sofrida é mencionada também por Berenice Bento (2017a) quando ela constata que essas pessoas quando pertencentes a classes mais baixas se submetem as normativas médicas violentas sobre seus corpos. A autora percebeu que todas as candidatas e/ou candidatos às cirurgias do processo transexualizador eram pessoas que enfrentavam dificuldades financeiras, sendo que uma das participantes mencionou: “Se eu tivesse dinheiro eu já teria feito a cirurgia. Eu acho não, teria, se tivesse condições teria feito” (Bento, 2017a, p. 50). Ainda em relação a condição de subalternidade a qual essas pessoas são impostas está a declaração de uma candidata à cirurgia de redesignação sexual que precisa trabalhar de forma informal. Nas palavras da interlocutora: “nestes dois anos eu vivo de bico. Como eu posso trabalhar sendo que tenho que vir ao hospital e à terapia às vezes duas vezes por semana?” (Bento, 2017a, p.26).

A violência acarretada pelo não reconhecimento das identidades trans e travestis acontece na esfera do trabalho. O trabalho, central à sociedade moderna capitalista, é

fundamentado na identidade do homem, sempre cisgênero. A produção é associada ao masculino, enquanto numa sociedade binária relega-se à mulher a função de fertilidade (Preciado, 2017). Nesse contexto, o homem é visto como o único capaz de produzir, colocando a mulher em uma posição de subalternidade. As pessoas trans e travestis, por não performarem a binaridade de gênero, são vistas como corpos abjetos e frequentemente têm sua presença no mundo social, especialmente no mercado de trabalho, negada. Essa negação constitui uma forma de violência, pois ao não reconhecer essas identidades como parte integrante do mundo do trabalho, elas são relegadas à marginalidade social. Essa situação é amenizada quando essas pessoas apresentam uma passabilidade e quando aliadas à retificação de documento civil que permitem a invisibilização da transgeneridade, acessando assim, camadas sociais mais altas, e emprego

Assim, o trabalho sexual, embora, por vezes fetichizado, torna-se uma opção para a subsistência. Uma das interlocutoras da pesquisa de doutorado de Martha Souza (2013) relata que “Eu com 14 anos quebrei o pau com a família e fui para a vida” (Souza, 2013, p. 180). Essa fala mostra a prostituição além do trabalho, mas como um espaço de existência e reconhecimento, que permitem às pessoas trans e travestis uma vida. A interlocutora ainda relata:

A polícia muitas vezes nos perseguia pelo preconceito. Hoje está uma maravilha! Os delegados fazem concurso, são estudados. Naquele tempo tinha pau de arara. O tempo que o presídio era na Rua Pinheiro. A repressão era muito forte. Foi no tempo da ditadura militar. **Mas o lado sexual era bem feliz e a gente aproveitava.** Não tinha essa coisa de bissexual. Tinha homem que gostava de mulher e homem que gostava de gay. O Hotel da Rua Sete era o maior point. Não tinha motel ainda. Então íamos para lá.

Sáíamos da praça, um na frente e o outro logo atrás. Nunca junto. Ou a boneca (travesti) dava no hotel, no mato, ou no banheiro da praça. A gente combinava: tu vai na frente que eu vou atrás (Souza, 2013, p. 181, grifo nosso)

Este relato apresenta o trabalho sexual como uma forma de subsistência e, também, de existência, reconhecimento e prazer. Mas ainda assim, o trabalho sexual, ou a prostituição, é inserido no discurso social como uma prática sexual normativa abjeta, considerada impura por não reconhecer o sistema heteronormativo que estrutura a família. O sistema familiar pressupõe relações heterossexuais, cuja prática sexual se define pela penetração de um pênis em uma vagina para fins reprodutivos. Essa matriz estabelece a hierarquização dos homens em relação às mulheres subalternas, relegando às mulheres o espaço privado da casa, enquanto aos homens são atribuídas a tecnologia e a racionalidade.

Lugones (2014) apresenta a hierarquia dicotômica da modernidade colonial, na qual somente homens e mulheres europeus eram compreendidos como pessoas civilizadas. Ela

afirma que “a mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento [do homem], mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (Lugones, 2014, p. 936). Gayle Rubin nomeia esse aparato social que estabelece a hierarquia homem/mulher como “sistema sexo/gênero”³⁵. Para a autora ele é “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 2017a, p.11). A autora também aponta para a dimensão política do sexo, argumentando que este não se resume apenas a aspectos biológicos. Ela observa que, na tradição cristã, o sexo é frequentemente visto como pecaminoso, e os desdobramentos dessa tradição colocam o sexo sob constante suspeita. Tudo o que é relacionado ao erótico é interpretado como “mau” e só é considerado inocente quando associado ao casamento, amor e reprodução (Rubin, 2017b).

Para compreender como as práticas sexuais consideradas impuras, fora do contexto familiar heterossexual e dialogam com a subalternização da mulher, recorro a Lineu, cientista responsável por criar o termo “Mammalia” para classificação dos seres mamíferos. Essa terminologia se centra nos seios lactantes atribuídos às espécies que amamentam. O dispositivo da sexualidade é evidente quando Lineu passa a advogar a favor do aleitamento materno em detrimento do aleitamento pelas amas de leite. De acordo com ele, as amas de leite, por serem de classe inferior, poderiam transmitir doenças e corromper o caráter das crianças da alta classe (Bento, 2017a). Assim, vemos que o discurso social que mantém a mulher em um lugar de subalternidade está entrelaçado com um discurso biológico que justifica que o espaço privado é da mulher, e que ao questionar práticas sexuais que não envolvam vagina e pênis, estamos desafiando a estrutura binária heteronormativa que sustenta o dispositivo da sexualidade. Corpos trans e travestis denunciam essa estrutura e logo são associados a práticas sexuais consideradas impuras. É nesse contexto que essas pessoas, por abalarem os sistemas sexo e gênero como apresentado por Rubin (2017b) vivem uma condição de abjeção social de não acesso ao emprego formal.

Quando há uma passabilidade de gênero, ou seja, quando uma pessoa é socialmente percebida como pertencente ao registro binário de gênero, ela pode encontrar uma possibilidade de inserção na sociedade e no mercado de trabalho. Ana Dazusa aponta essa condição de subsistência e a exclusão da sociedade, destacando a noção de abjeção no mundo do trabalho:

³⁵ Em textos posteriores vemos que a autora irá abandonar o termo singular de “sistema sexo/gênero” e irá ampliar para sistemas de sexo e gênero, abandonando a noção marxista de um sistema adotando uma problematização pós-estruturalista e pós-moderna sobre a vida social (Rubin; Butler, 2016).

É muito comum agora a gente falar sobre empregabilidade trans, né? Que empregabilidade é essa? porque eu não conheço nenhuma travesti aqui na minha quadra que trabalha na padaria que trabalha na loja de autopeças que trabalha na farmácia e aí que empregabilidade é essa que a gente tá falando? Né? [...]por várias vezes eu ouvi dizendo que não tinha vaga que não era possível que por mais que a minha fala o discurso fosse muito bom, meu currículo também ainda não tinha vaga. e aí eu demorei muito tempo para entender que isso acontecia porque eu era uma pessoa transexual e não porque eu não tinha essa capacidade E aí eu me formei em 2008 até sei lá, em 2012, 2013 mais ou menos eu ficava achando que o meu currículo de precisava de mais questões de suporte, então eu achava que eu tinha que fazer vários outros cursos que eu precisava fazer mais coisas que o meu currículo ainda era fraco então eu demorei da minha formação até eu entender que não tinha a ver com a minha formação com meu currículo e sim com um preconceito com uma violência social eu demorei de quatro, cinco anos para entender isso olha só o que violento né? (Ana Dazua).

Assim como Ana Dazua, Maria Diadorina, relata uma experiência similar, vale apontar que elas são provenientes de diferentes regiões do país:

Aí saí da minha cidade para o Belo Horizonte e tento entrar nessa área aqui não foi possível por ser trans porque eu enviei meu currículo para todos os salões dessa cidade. Eu tenho um currículo muito bom vindo da minha cidade. Nunca me chamaram para uma entrevista. Eu lembro que eu fui aqui num salão na Savassi e tinha uma vaga lá, uma placa precisa de cabeleireira e falaram que já tinham ocupado o espaço. Dois dias depois, eu passo ali sempre, a placa estava lá ainda, eu pedi para minha amiga ir lá ver. A mulher falou para minha amiga: traz seu currículo. Você entendeu? (Maria Diadorina).

A relação com o emprego para Alaripe se torna uma possibilidade de emancipação em relação aos seus pais. Ele mora com os pais e é financeiramente dependente deles, aos 22 anos de idade. Alaripe é um jovem da classe média, residente em uma cidade com cerca de 200 mil habitantes. A cidade oferece acesso ao emprego por ser sede de inúmeras indústrias e por estar próxima a outras cidades polo de emprego. Ele também se autodeclara como uma pessoa branca. Atualmente, sua possibilidade de trabalho é através de plataformas de transmissão de jogos, porém sua renda ainda não é suficiente para alcançar a independência financeira

Enquanto eu era menor de idade não tinha trabalhado ainda eles [pais] eram muito controladores né. Então é por questão: “ah você é menor de idade está debaixo do meu teto” e não sei o que. Acaba sendo uma violência maior. Eu não tinha liberdade de usar a roupa que eu me sentia confortável usando. Não tinha liberdade. eu fui para cortar o cabelo só com 18 anos eu não tinha liberdade para ter o corte de cabelo que eu me sentia confortável.

Alaripe relata que até os 18 anos ele tinha seu corpo muito controlado pelos pais, o que amenizou um pouco depois de completar a maioridade, mas que não isentou da convivência

com uma transfobia, principalmente durante a Covid-19, que foi um período que seu pai ficou confinado em casa com ele:

Aí é um pouco complicado. Foi mais no começo né, depois que ele [pai] voltou a trabalhar foi mais tranquilo. Confinamento dentro de casa com gente que não aceita né. então eu com essa barbinha aqui meu pai odeia. Daí ele ficava o dia inteiro aqui eu basicamente ficava só no meu quarto não tinha muita liberdade de ficar saindo pela casa porque senão eu ia ter que tirar eu não queria (Alaripe).

Compreendo, a partir desses relatos, que o acesso ao emprego possibilita que essas pessoas não fiquem subjugadas em relações familiares que não reconhecem sua identidade. Um estudo realizado em Santa Maria destaca como as cafetinas ocupam um papel significativo para essas pessoas, muitas vezes expulsas de casa (Souza, 2013). No estudo de Martha Souza (2013), as cafetinas e as casas de prostituição revelaram-se como locais familiares para essas pessoas frequentemente rejeitadas por suas famílias. Em consonância com este estudo, Otacília retratou a figura da cafetina como uma espécie de mãe adotiva, já que são elas que acolhem essas mulheres, e foi na cafetinagem que encontrou o único apoio familiar.

Para Quijano (2005) a globalização introduz um padrão de poder que interconecta de maneira interdependente o controle do trabalho, do sexo, da autoridade e da subjetividade. Dessa forma, quando abordamos a questão do emprego para pessoas trans e sua dificuldade de inserção, estamos lidando com um resultado da modernidade que combina a colonialidade com as relações de poder presentes em suas políticas públicas e na sociedade.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (Quijano, 2005, p.120).

As pessoas trans e travestis entrevistadas trouxeram como a experiência do não reconhecimento da sua identidade como sendo inteligível socialmente afeta a empregabilidade e aumentam a sua vulnerabilidade. Muitas relataram serem usuárias do serviço de saúde mental no SUS, outras relatam ter passado recentemente por situações de violência, sendo que uma delas relata que passou por uma situação de humilhação por uma chefia. Essas experiências refletem a marginalização e discriminação enfrentadas por essas pessoas, colocando-as em uma

posição de contínua vulnerabilidade social, principalmente se estão atravessadas por determinadas características compreendidas como inferiores no contexto brasileiro: pessoas do Norte-Nordeste, pretas e pardas e periféricas.

11 “AS PESQUISAS NÃO TRATAM AS PESSOAS COMO PARTICIPANTE”: A VIOLÊNCIA ACADÊMICA

A violência acadêmica tornou-se evidente desde o início desta pesquisa. No entanto, antes de discutirmos como ela se manifestou neste estudo, é importante realizar uma breve contextualização histórica minha, pois já havia enfrentado a discussão sobre a violência perpetrada pela academia contra corpos trans antes de iniciar essa pesquisa.

Em 2015, ao escolher pesquisar sobre a saúde da população trans e travesti no mestrado, motivada pela leitura do livro de João W. Nery, "Viagem Solitária" me vi diante de um processo de investigação no desconhecido ao reconhecer que esse universo não fazia parte da minha experiência cotidiana. Assim, procurei no google uma ONG em Florianópolis, para que eu pudesse me aproximar dessa realidade. Encontro a Associação em Defesa dos Direitos Humanos (ADEH), e penso na possibilidade de realizar um trabalho voluntário enquanto psicóloga e, ao mesmo tempo, explorar um ambiente pouco familiar mim.

Nos primeiros encontros na ADEH, fui confrontada algumas vezes, especialmente por ser uma mulher cisgênera. Lembro-me que, uma amiga agora, e na época uma das pessoas que me acolheu na ADEH, me disse: “Aqui vamos acabar com você, você está preparada?”. Inicialmente, achei essa declaração um tanto combativa, gerando receio e a sensação de que talvez eu não fosse bem-vinda. Com o tempo, no entanto, compreendi que se tratava de um ambiente de resistência, moldado pelas lições das ruas. Keila Simpson mencionou essa atitude combativa no 9º Congresso Brasileiro de Ciências Humanas Sociais e Humanas em Saúde, destacando como a rua ensina a resistir, a intimidar para avaliar a confiabilidade das pessoas e criar um escudo de proteção. De fato, inicialmente, eu não era bem-vinda ali. A Mônica que ingressou na ADEH carregava consigo todo o estigma que a sociedade atribui às pessoas trans e travestis.

À medida que o tempo passava, comecei a me desconstruir num processo de questionamento da minha própria identidade, me reconhecendo em alguns momentos e, em outros, me estranhando. Esse processo alterou minha perspectiva em relação às minhas relações pessoais, estabelecidas antes da ADEH, seja familiar, amorosa ou de amizade. A solidão aprofundou-se, permitindo-me enxergar a sociedade e seus padrões, além de compreender como isso sempre afetou minha condição como mulher desde a transição da infância para a vida adulta. Essa experiência influenciou minha abordagem desde o início do trabalho de campo, mantendo uma preocupação constante com o olhar que direcionamos a essas pessoas ao adentrar no campo.

A violência acadêmica já era conhecida, uma vez que a ADEH é uma instituição frequentemente procurada para pesquisas acadêmicas. No entanto, a própria presidenta da época não permitia que qualquer pesquisa fosse realizada lá, devido às frequentes reclamações das pessoas que frequentavam o local, sentindo-se como se estivessem em um aquário. Eu estava ciente dessa possibilidade de confronto no campo, uma vez que estava advertida sobre essa dinâmica. Por isso, uma das minhas estratégias não foi optar pela metodologia da bola de neve, uma vez que tenho várias amigas e amigos trans e poderia me beneficiar dessa técnica. Optei por buscar organizações civis para me indicarem pessoas trans que estivessem dispostas a contribuir com os dados da tese. Isso porque compreendo que o convite vindo de uma instituição à qual a pessoa tem vínculo e onde se sentiria confortável em recusar é menos violento do que se eu chamasse alguém diretamente, especialmente se essa pessoa for trans e o laço afetivo atravessasse essa relação.

Assim, já nos primeiros contatos com as organizações civis recebi retornos negativos sobre a participação na pesquisa. O texto da negativa explicita o lugar reiterado que a academia coloca as pessoas trans:

Acreditamos que, ainda que seja um tema bastante importante, esse tipo de narrativa que coloca pessoas como objetos de pesquisa ou representantes de violências estruturais e sistêmicas é muito perigosa. Em geral, o uso das chamadas personagens tende a espetacularizar e personalizar um problema muito maior. Cabe também as perguntas: Estão as pessoas LGBTQ+ presentes nos conteúdos para além daquelas específicas de identidade de gênero ou orientação afetivo sexual? Esses corpos e corpos são vistos em sua pluralidade, para além das violências sofridas? Este é um desafio coletivo que propomos a partir da nossa experiência: como falar sobre a violência sem expor narrativas individuais? De toda forma, desejamos sorte no trabalho.

Após o recebimento dessa mensagem, um feedback foi fornecido sobre a decisão da pesquisadora de manter a pesquisa com entrevistas. Embora não tenha sido explicitamente mencionado, as perguntas do roteiro não abordavam diretamente as experiências dessas pessoas com a violência, tanto nas perguntas planejadas para as entrevistas quanto nas questões previstas para os GFOs. É importante notar que, independentemente de ser solicitado diretamente ou não para falar sobre a violência, o ato de uma pessoa pedir para relatar sua percepção pode ser compreendido como um chamamento do outro para se expressar. Nessa relação, ocorre uma desposseção de si, pois ao ser interpelado para relatar a si mesmo, esse relato pode ser solicitado tanto na forma de "quem é você?" quanto na forma de "o que você

pensa sobre isso?"³⁶. Optou-se por utilizar a segunda forma para encorajar os participantes a se expressarem, uma vez que pode ser percebida como menos invasiva. Muitos, dentro do contexto de uma pesquisa acadêmica, podem pensar que eles são o foco da investigação, o objeto da pesquisa, e, portanto, sentem a necessidade de se revelar completamente ao pesquisador.

De fato, muitas violências podem ocorrer no contexto de uma pesquisa acadêmica, e a abordagem que não solicita respostas baseadas em fatos pessoais proporciona uma camada adicional de proteção sobre o que será compartilhado. Constei que algumas pessoas trouxeram elementos íntimos pessoais nas entrevistas ou até mesmo nos GFO chegando a configurar, em alguns momentos, como um desabafo.

Notei que as pessoas com menor nível de escolaridade e que não declararam fazer parte do movimento social foram as que menos interagiram nos GFO. Atribuo essa diminuição da participação a uma possível falta de familiaridade com as discussões mais comuns entre membros do movimento social, evidenciando a heterogeneidade das experiências das pessoas participantes. Para evitar expor essas pessoas, não fiz perguntas diretas sobre o motivo de não estarem compartilhando suas opiniões. Dessa forma, busquei preservar a exploração das narrativas individuais, conforme sugerido pela associação civil mencionada anteriormente. Além disso, esse aspecto da academia também foi incorporado à abordagem das pessoas nas entrevistas e nos grupos focais, reconhecendo a sensibilidade e a complexidade das experiências individuais dentro desse contexto acadêmico.

Na fase de convite para participação na pesquisa, encontrei um participante que solicitou remuneração devido à sua experiência anterior em pesquisas que desencadearam gatilhos emocionais para ele. Nesse caso, considerando que o comitê de ética em pesquisa proíbe o pagamento de participantes, essa pessoa não foi aceita para participar da pesquisa. Destaco a sua justificativa para tal pedido:

Geralmente são coisas que remetem a um período complicado, sabe? Gatilhos, enfim, algumas questões. Então eu geralmente cobro por essa ajuda, sabe? Tipo questão de estudo, questão de vivência, sabe? Eu super topo participar é um projeto que parece ser muito massa, uma pesquisa que é muito importante, mas eu tenho essa questão se não atrapalhar vocês que estão envolvidos na pesquisa, o valor geralmente é de 80 reais. Aí tipo assim, disponibilidade de hora, de dia, respondo o que você quiser, a gente conversa para caramba (relato de uma pessoa convidada para a pesquisa)

Essa fala aponta para uma percepção do benefício que os pesquisadores obtêm das narrativas, e quando isso é observado por essa pessoa, ela atribui valor ao seu discurso. Isso

³⁶ Este raciocínio foi realizado a partir da leitura de “Relatar a si mesmo: crítica da violência ética” de Judith Butler (2021a)

fica evidenciado quando ele menciona "respondo que você quiser, a gente conversa para caramba". Esse acontecimento traz à tona o debate sobre a remuneração de pessoas que participam de pesquisas.

E aí eu acho que quando a gente vai fazer determinadas pesquisas a gente primeiro precisa também entender esse terreno que a gente vai pisar pra quando a gente trazer as tais pessoas pesquisadas a gente minimamente conseguir oferecer Uma coisa básica para essas pessoas né porque senão muitas vezes a gente fica muito nessa ideia de que a gente está sendo lá os ratinho de laboratório de alguma pesquisa ou de algum estudo e no final das contas fica por isso mesmo sem nem minimamente realmente prestar atenção se essas pessoas estiveram uma condição Ou foram amparadas nessas condições para participar desses espaços tá bom? (Ana Dazua)

Habão acrescenta que essas pessoas não são vistas em sua subjetividade, ou seja, enquanto sujeitos, e sim como objeto de pesquisa, algo sem subjetividade que será transformado em dado de pesquisa.

A academia usa muitas pessoas trans nas suas pesquisas, mas não propõe por exemplo política de cotas né, para manter as pessoas dentro das universidades [...] As pesquisas não tratam as pessoas como participantes, sabe apenas como dados, como coleta como número sabe? Como estatística dentro da sua pesquisa e não como uma pessoa, que, sei lá, tira uma hora do seu dia ou meia hora do seu dia para poder participar.

De certa forma, não limito essa abordagem de pesquisa apenas às pessoas trans, mas a todos os sujeitos de pesquisa, refletindo um pressuposto moderno de que há uma materialidade do conhecimento em si, desvinculado das relações interpessoais. Essa forma de conhecer as subjetividades pressupõe a existência de uma essência naquilo que será investigado que não é passível de afetação na interação com o pesquisador. A partir de Butler (2021a), não há subjetivação ou modo de relatar a si mesmo que não seja mediado pela interpelação de um outro, resultando em uma desposseção de si. Essa desposseção, o ato de me destituir de si mesmo, não está prevista quando se vai entrevistar as pessoas no modo de operar as entrevistas atualmente, no conhecimento moderno. Isso ocorre porque é comum compreender que o outro me dirá aquilo que quero ouvir nessa entrevista. O saber se produz, assim, na positividade das coisas, quando estas são verbalizadas, e não a partir das narrativas e das suas configurações, quando consideramos a noção de dispositivo na regulação do saber-poder.

Estudos antropológicos são mais eficazes ao lidar com essa situação, pois propiciam uma relação que se estabelece entre o pesquisador e o pesquisado desde o início, partindo do pressuposto do desconhecido. Veras (2019) refere que virou amigo de participante da pesquisa e Souza (2013) também se refere a sua pesquisa a partir da vivência que teve com pessoas trans

em Santa Maria. Em relação aos grupos focais e entrevistas, existe a possibilidade de ocorrer uma objetificação das pessoas, caracterizando um processo de dessubjetivação. Essa situação é mais provável devido ao reduzido número de encontros com participantes desconhecidos pela pesquisadora, o que pode levá-la a ver e ouvir o sujeito a partir de lugares já familiares. Quando a escuta de uma pesquisadora é orientada por contextos já familiares, dificulta o acesso à subjetividade presente na entrevista com uma pessoa desconhecida. O acesso à subjetividade ocorre quando a pesquisadora parte da escuta do particular, em vez de ter o universal como referência, o qual desconsidera o sujeito em sua singularidade.

Pessoas trans e travestis, enquanto corpos abjetos, sentem essa objetificação de forma mais intensa que as pessoas cisgêneras, uma vez que estas últimas não são constantemente alvo de dessubjetivação como as pessoas trans. Essa violência e não reconhecimento pode ser facilmente revividos caso ocorra transfobia durante as entrevistas, ou mesmo se os pressupostos da modernidade entre sujeito e objeto estiverem fortemente na metodologia aplicada durante os encontros.

É muito recorrente você ser chamado para pesquisa e para entrevistas de pessoas cis pesquisando pessoas trans. Isso me preocupa muito. Ao mesmo tempo que eu acho que é muito importante que essas pesquisas estejam sendo feitas, me preocupa muito sobre a qualidade dessas pesquisas sobre sensibilidade dessas pesquisas, sobre ou ouvir que vai ser feito nessa pesquisa mesmo. Porque quando eu entrei na faculdade, assim que eu entrei, eu logo comecei a fazer parte de um projeto de extensão que estudam relações de gênero e desigualdades raciais e agora estamos entrando no debate de interseccionalidade também. E aí uma moça foi super transfóbica comigo durante uma reunião do projeto. Depois descobri que o TCC dela era sobre pessoas trans. e desde então eu tenho me atentado ao fato de que normalmente nós, pessoas trans somos objeto de pesquisa. e a gente não tá na faculdade a gente não tá pesquisando sobre a gente não tá escrevendo também. porque a gente ou morre ou se mata antes, ou tá presa a prostituição e não tem tempo de ir para a faculdade e aí é isso (Riobaldo).

No contexto acadêmico, a presença das pessoas trans e travestis, em sua maioria, se resume a dados e estudos, frequentemente conduzidos por pesquisadores cisgêneros. Isso não implica que pessoas cisgêneras não possam investigar questões relacionadas à transexualidade, mas sim como esses dados são interpretados e como as pessoas trans são representadas nesses estudos. A produção acadêmica desempenha um papel definidor na aceitação dessas pessoas em concursos públicos, possibilitando sua ascensão de classe social. A crítica feita pelas pessoas trans e travestis às pessoas cisgêneras é que elas muitas vezes são tratadas como dados, contribuindo para a produção teórica sobre suas vivências, enquanto essa produção perpetua a posição social e o acesso à universidade pública das pessoas cisgêneras. O mesmo não ocorre

com as pessoas trans e travestis, que enfrentam barreiras desde o início de sua trajetória escolar, impedindo-as de ingressar na academia.

Aesmeralda relata que por muito tempo acreditou que a faculdade não era um lugar para ela, uma vez que sentia que a sociedade não a aceitava, e essa sensação se estendia para a universidade. No entanto, ao longo dos anos, ela superou essas barreiras e agora acredita que a universidade é um lugar onde ela pertence. Diadorim aponta que a escola foi um ambiente onde presenciou muita exclusão e preconceito. Ele menciona que nem a diretoria nem a coordenação sabiam como lidar com essas situações. Em relação a isso, Maria Diadoria afirma que nas escolas, quando situações de transfobia acontecem, os educadores, em sua grande maioria, não têm recursos para lidar com a situação: *"a grande maioria não sabe o que fazer"*.

Aliado a isso o uso dos banheiros, crucial para a existência dessas pessoas na escola, se torna um elemento importante nesse debate:

Somos expulsos desses lugares, porque a maior discussão em torno dos nossos corpos no ambiente escolar é de qual banheiro a gente vai usar. Eu não lembro nunca de uma discussão ter começado de onde uma pessoa transexual ou travesti deveria estar na escola se não tivesse o viés do banheiro colocado em questão. Então, assim, a gente não vai para escola para entender qual o tipo de banheiro a gente tem que usar. A gente vai para escola para ter outros ensinamentos, outros aprendizados e isso muitas vezes não é levado em conta. Então isso é extremamente violento você entender que uma criança, uma adolescente que tá indo para escola e precisa se preocupar antes de sair de casa se vai ou não conseguir usar o banheiro daquele local. para conseguir entender o seu processo de aula do dia fora as outras violências que ele pode vir a sofrer como apanhar como atestam do bullying né de xingamentos de chacotas do não respeito ao nome social por exemplo que ele já não é mais uma questão simples e pura de conversa é lei né e mesmo assim essas questões não são não são respeitadas e daí todo esse processo violento estranho que é sociedade imprime para as pessoas travestis e transexuais porque parece que a gente só surge nessa sociedade após os 18 anos né (Ana Dazusa).

Assim, a falta de identificação com outras pessoas é apontada como uma experiência comum, contribuindo para um sentimento de isolamento.

Isso chega muito para mim na questão de recorrência que tu falas. Da escola, da solidão, sabe. A gente acaba sofrendo tantas transfobias. Erro de pronome, erro de nome, essas coisas que são difíceis assim. Porque é tão repetitivo que você acaba se isolando sabe. Você se isola para não dizer, não estar nesses espaços. E acaba que você fica muito sozinho no fim das contas, sabe. Principalmente falando da pessoa trans que não tem uma rede de apoio e de afeto de outras pessoas trans, por exemplo (João Curiol).

Ainda referindo-se aos espaços escolares, a falta de preparação e acolhimento por parte dos professores e diretores foi citada por mais de um entrevistado. A questão levantada sobre a exclusão na escola também se entrelaça com as questões de raça, uma vez que envolve corpos

abjetos, considerados inferiores pela sociedade, que não são reconhecidos da mesma forma que os corpos brancos de classe média

Eu estudei em uma escola particular e eu uma pessoa transmasculina negra eu tive uma vivência completamente diferente da dele. E ele era um menino de classe alta eu não sou classe alta, nunca fui. Ele é um menino trans né, branco de classe alta, a mãe dele tinha condições assim até psicológica, era psicóloga. Então ele teve toda uma assistência como um menino trans. Então ela [mãe] compreendeu, ele tinha a família dele, ele tinha escola, ele tinha tudo naquele sistema de ensino mesmo a favor dele. E eu não. Apesar de que eu estava na mesma escola. Foi a mesma escola, foram os mesmos professores os mesmos. Só não foram os mesmos colegas né, a mesma gestão né. Vamos botar assim, a vivência foi completamente diferente. Eu como um menino negro e ele como um menino branco (Joca Ramiro).

Ana Dazua falou sobre essa evasão da escola porque eu não tenho formação nenhuma. Na verdade, eu conclui o ensino médio através de provas. Enfim, resumindo um pouco, por conta disso e também por conta do preconceito do medo de se expor. Porque mesmo me passando por cislésbica eu já sofria. Até porque eu não me enquadrava com as outras lésbicas cis e questão do preconceito a questão na violência né. [...] As pessoas que deveriam se responsabilizar por isso, a diretoria e coordenação, não querem nem saber. Até mesmo com a questão do racismo que é tão importante quanto. Eu tenho uma amiga negra que sofreu por isso e mesmo os diretores sendo negros não fizeram nada (Diadorim).

Diadorim retrata a percepção comum sobre pessoas trans e travestis em relação à escola, de que elas evadem esse espaço por não tolerarem a violência a que estão submetidas. Porém, é necessário apontar que não se trata de uma evasão no sentido de uma ação voluntária do sujeito, pois, se as pessoas trans e travestis não têm acesso à escolaridade, é porque o sistema escolar as expulsa desse lugar. Isso contribui para a manutenção dessas pessoas em um contexto de vulnerabilidade social.

Estudos indicam que o maior nível de escolaridade de uma pessoa está associado à sua maior riqueza (Reis; Machado, 2016). Considerando que as pessoas brancas, de classe média alta e cisgêneras são as que mais têm acesso e permanência nos espaços escolares, conforme observado por Joca Ramiro, compreendo que a exclusão que as pessoas trans e travestis enfrentam no sistema escolar acadêmico é resultado do poder colonial vigente. Para isso trago Quijano (2005) que aponta para a disparidade salarial como uma forma de dominação e um traço da colonialidade capitalista mundial. A divisão entre raça, gênero e classe social persiste nos corpos considerados abjetos, que desafiam as normas impostas pela colonialidade. No entanto, não é do interesse completo da sociedade sua extinção, uma vez que, através do sistema colonial, a superioridade se mantém apenas pela existência do inferior.

Nesse contexto, destaco o relato de Otacília, que afirma que a academia nunca foi um espaço no qual ela se via inserida. Isso se deve ao fato de ela ter cursado uma graduação na área da saúde, com aulas realizadas de manhã, enquanto ela, como trabalhadora do sexo, tinha sua

rotina de trabalho durante a noite, tornando a presença nas aulas matutinas uma tarefa muito difícil. Além disso, é importante destacar que foi no espaço universitário que ela enfrentou questionamentos sobre seu não pertencimento: “*A gente te viu ontem na pista*”

E aí assim como é isso né? Porque não dá para demonizar para a prostituição porque se não fosse a prostituição muitos de nós, muitas de nós nem vivos estariam. E aí às vezes a gente acaba caindo ou indo para prostituição que é a única forma da gente conseguir uma subsistência, porque quando a gente vai entregar um curriculum, quando a gente, gente vai fazer algumas coisas aí. Não interessa se eu sou formado em administração interessa se eu sou uma puta artista de dança né que já tem até um coletivo que faz parte, as pessoas não estão, infelizmente interessadas nisso. a nossa transexualidade, a nossa não binaridade, a nossa travestilidade ela chega muito antes disso (Ana Dazua).

Dessa forma, compreende-se que as pessoas trans, principalmente aquelas que buscam acesso ao ensino superior e pós-graduação — camadas de escolaridade associadas a uma maior inserção no mercado de trabalho —, não ocupam esses espaços, mesmo diante de iniciativas de cotas

Ah, temos pessoas travestis na universidade. Mas numa universidade onde se tem 40 mil estudantes e cinco travestis, isso para mim não é dizer que tem. É para dizer que tem cinco exceções, não é dizer que existe uma política pública de acesso para as mesmas e principalmente permanência porque o processo de permanecer dentro do espaço, porque eu paguei minha universidade com a prostituição (Otacília)

Otacília relata que concluiu sua graduação entre cinco e dez anos atrás, período em que seu nome de registro era utilizado. Ela destaca a importância da passabilidade como um elemento crucial para a aceitação nos banheiros e em outros espaços, especialmente porque, na época de seus estudos, não existia a discussão ou a possibilidade de permanência de pessoas trans na universidade.

Além dos espaços físicos que são negados a essas pessoas, a violência acadêmica também pode ser percebida na objetificação, especialmente em estudos que perpetuam a categoria “transexual”, inicialmente uma categoria médica. Os próprios participantes da pesquisa mencionam o termo “transexualidade” como um termo médico, enquanto o termo “transgênero” é mais amplamente utilizado e abrangente para descrever a população. Como uma forma de resistência, também é mencionado o termo “transvestigenero” como uma tentativa de incorporar no conceito “trans” as identidades não binárias e travestis. Joca Ramiro destaca que a palavra “transexual” foi criada na academia para ser utilizada cientificamente e não é um termo que pode ser aplicado em todos os contextos.

Por fim, no que se refere aos estudos acadêmicos, a falta de retorno para a população trans e travesti se configura como uma violência. De acordo com Ana Dazusa, são realizadas pesquisas com pessoas que não estão na universidade, nem puderam chegar nela, e como é um lugar que não permite essas pessoas, acabam sendo pesquisadas por quem está fora desse contexto. Compreendo que a falta de retorno configura apenas um interesse de produtividade acadêmica, que vê a pessoa participante da pesquisa como um objeto de estudo e não como uma pessoa com uma subjetividade integrante desse estudo realizado. Por isso Maria Deodorina aponta: a quem chegam essas pesquisas? O que é feito com essas pesquisas? Como essas pessoas que participaram vão saber do que foi feito com o estudo e onde ele foi utilizado?

Encerro esta seção com a seguinte indagação: os estudos realmente têm o propósito de promover mudanças sociais, especialmente no âmbito da Saúde Coletiva em relação às pessoas trans e travestis? Em concordância com Breilh (2013), considero válido questionar se o campo da Saúde Coletiva está problematizando as normativas sociais ou, se, em alguns momentos, funciona como um reprodutor e produtor dessas normativas de gênero, que continuam a gerar corpos abjetos.

13 “A GENTE PRECISA DE AMOR”: SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA

Questões relacionadas à saúde mental das pessoas trans e travestis foram identificadas ao longo de todo o processo de pesquisa de campo. Desde os primeiros contatos e nas recusas de participação, a transfobia se manifestou de forma evidente desde o início. Relatos sobre como essas pessoas são frequentemente percebidas em um contexto de violência, juntamente com os numerosos indícios de vulnerabilidade social, apontam para a complexidade no que se refere à saúde mental.

Desde o início da entrada no campo, ou seja, nos convites à participação dessas pessoas no estudo, deparamos com questões relacionadas à violência que implicam aspectos de saúde mental. A recusa em participar da pesquisa reflete corpos marcados por traumas decorrentes de eventos transfóbicos na sociedade. Como já mencionado, uma mulher trans deixou de se configurar como participante da pesquisa após ter tentado suicídio. Fiquei sabendo do ocorrido após dias sem contato; quando entrei em contato novamente para verificar se poderíamos agendar uma nova data, ela me pediu alguns dias, pois ainda estava muito abalada. Embora tenha sugerido uma entrevista em outro momento, optei por não a entrevistar, uma vez que temas sensíveis poderiam ser abordados e, devido à distância (já que se tratava de uma participante de outro estado), não seria possível realizar um acompanhamento próximo, se necessário.

Ao longo das entrevistas, fomos confrontados com a trágica morte de Paulo Vaz, conhecido como Popó, um homem trans, policial e ativista da causa LGBTQIA+ que tirou a própria vida. Esse acontecimento foi mencionado por alguns dos participantes, e a questão do suicídio foi abordada em um GFO que ocorreu antes do suicídio de Popó. Nesse contexto, João Curiol chama a atenção para a solidão enfrentada por essas pessoas, que muitas vezes contribui para pensamentos suicidas e outras questões relacionadas à saúde mental:

E aí essa solidão você fica nesse local aí sozinho que é uma coisa que a gente inventa para se proteger né [...] Algumas pessoas se blindam e conseguem lidar com isso melhor, mas outras pessoas se blindam e se fecham para tudo né. Tipo, na comunidade transmasculinas eu percebo muitos meninos e meninos que se isolam das relações sociais e até de outras pessoas trans sabe? Isso é muito destrutivo para o psicológico da gente, para o emocional como Maria Leôncia falou. O índice de suicídio na comunidade trans é muito grande né. E aí a gente vê muito, assim, principalmente na comunidade das pessoas transmasculina e, infelizmente, as mulheres trans e travestis ainda sofrem mais assassinatos do que suicídios (João Curiol).

Percebe-se que o isolamento aparece tanto como um mecanismo de defesa como uma dificuldade a ser superada, já que não é com qualquer um que essas pessoas podem se relacionar.

ah eu acho que pessoas que erram pronome de propósito, entendeu? por exemplo você entrega sua identidade. A sua identidade está escrito lá o seu nome mas a pessoa vai e te chama no feminino, por exemplo. Isso para mim é uma violência pesadíssima, entendeu? uma coisa quando você não sabe. beleza, eu até tento entender. Mas quando a pessoa vê que você é você mesmo e mesmo assim ela não respeita, para mim uma violência muito, muito pesada, entendeu? (João Curiol).

Quando consideramos que uma identidade afirmada por uma pessoa é reconhecida socialmente como abjeta, ou monstruosa, o efeito é uma violação da autoimagem e da identidade desse sujeito. Isso pode levar ao isolamento e até mesmo à autonegação. Quando alguém é constantemente definido por uma identidade que não reconhece como sua, há um risco de aniquilação do Eu, pois a pessoa pode se sentir desumanizada, sem valor e até mesmo sem direito à própria existência.

Para exemplificar como acontece a deslegitimação da identidade de uma pessoa trazemos o exemplo de Alaripe:

no começo [da transição] foi muito difícil. Porque como eu disse, eu cresci em igreja, tipo até sei lá quando eu tinha uns 12 anos eu achava que eu tinha um demônio alguma coisa assim por causa das coisas que era falado na igreja. Daí foi bem complicado no começo porque eu achava que eu tava em pecado não sei quê, aí foi bem complicado de eu me aceitar (Alaripe).

O discurso religioso predominante na sociedade brasileira, em sua maioria católico e evangélico, frequentemente impede que pessoas trans e travestis tenham sua identidade desvinculada de uma perspectiva moral religiosa, que as julga como estando em pecado. Isso ressalta a influência das normativas sociais na formação de ideias as quais as pessoas se identificam e contribuem para a construção identitária. Nesse contexto, como exemplificado por Alaripe quando afirma que foi difícil para ele se aceitar, isso está diretamente relacionado ao contexto evangélico pentecostal da igreja que ele frequentava. Ele faz uma distinção discursiva entre a fé em Deus e a religião.

Eu ainda acredito em Deus e assim que eu falei que foi um processo difícil eu demorei para entender mas eu depois tive um entendimento de que Deus ele me criou do jeito que me criou e assim quando era pré-adolescente eu fiz jejum fiquei sem jogar videogame coisa assim que eu gostava muito e pedi assim. Ah se for algo não te agrada que o senhor me mude né Deus porque tá em mim não é o que eu consigo mudar e como eu não aconteceu nada eu tive entendimento a gente que Deus me criou assim e pra ser assim e ele me ama do jeito que eu sou. então com Deus eu tenho um relacionamento bom. com a igreja não porque é complicado (Alaripe)

Cunha (2019) observa que o Brasil passou por um crescimento notável das igrejas pentecostais desde a década de 1980, e ao entrar no século 21, houve um aumento na influência de líderes neopentecostais, que ganharam destaque tanto nos meios de comunicação quanto na política. O relato de Alaripe evidencia a influência direta da religiosidade em sua condição de existência. Ele, um homem trans que reside com seus pais e depende financeiramente deles, escolheu não iniciar a hormonização, temendo a reação de seu pai e o risco de ser expulso de casa. Isso destaca como a religião e as normas sociais podem impactar profundamente a capacidade das pessoas de viverem de acordo com sua identidade de gênero. Alaripe também sublinha as dificuldades que ele enfrentou ao se assumir e se compreender dentro de suas relações sociais, incluindo sua rede de apoio familiar e sua igreja.

A partir disso, vemos que as religiões católicas e evangélicas desempenham um papel significativo na vida das pessoas trans e travestis, impactando não apenas o discurso social que legitima quais corpos são reconhecidos, mas também regulando as práticas sexuais e estabelecendo quais orientações sexuais são consideradas aceitáveis. Assim, entramos na rede discursiva social que configura esses corpos como abjetos, como vidas que valem menos (Butler, 2019a).

estamos em guerra, não é essa guerra que estamos acostumados a ver na televisão de bombas não, é uma guerra silenciosa, é uma guerra onde se permite a morte desses corpos, e também é de distinguir né, por conta de conceitos por conta de questões religiosas, dentre outras né. Porque isso ainda é um processo que ainda tá muito na nossa cultura (Otacília)

Compreendemos que o discurso religioso católico e evangélico citado por Otacília é proveniente do dispositivo da sexualidade, que não reconhece as identidades trans e travestis nos discursos sociais. Zé Bebelo afirma que frequentemente se depara na sociedade com o desconhecimento sobre essas identidades, *"as pessoas não sabem o que é uma pessoa trans"*. Foucault (2015) apresenta o dispositivo da sexualidade como o regulador das normas sexuais que tem na família seus principais agentes que se apoiam em médicos e pedagogos. É na psiquiatria que surgem novos personagens, tais como a mulher histérica, a mãe indiferente, os perversos, os homossexuais e as pessoas trans e travestis. Vemos que não se trata apenas de rejeitar a identidade trans, mas sim de demonstrar que a normatividade, que em termos médicos podemos descrever como normalidade, reside na cisgeneridade. É nesse contexto que Otacília aponta que a primeira violação do corpo trans está em casa, acontece em casa, por família, parentes ou familiares mais próximos.

Quemelém relata que pessoas muito próximas a ele frequentemente erram seu pronome, algumas vezes de forma intencional, porque não o aceitam, como sua mãe. Ele também menciona outra pessoa em seu convívio que, em certos momentos, erra seu pronome involuntariamente e demonstra uma expressão de “*desespero absoluto*”. Ele considera ambas as situações como atos de violência, uma vez que refletem a noção binária de homem e mulher cisgênero da qual algumas pessoas ainda têm dificuldade em se desvincular.

a gente acaba sofrendo tantas transfobias. Erro de pronome, erro de nome, essas coisas que são difíceis assim porque é tão repetitivo que você acaba se isolando sabe. Você se isola para não dizer, não estar nesses espaços, e acaba que você fica muito sozinho no fim das contas sabe. Principalmente falando da pessoa trans que não tem uma rede de apoio e de afeto de outras pessoas trans, por exemplo, ou pelo menos da comunidade LGBT, sabe? (João Curiol).

As pessoas participantes da pesquisa ainda relatam muitos personagens presente nas mídias enquanto referência de reconhecimento de identidade, apontando como que ideais sociais podem servir como identificação para as pessoas:

Nossa eu lembro como se fosse hoje foi na reportagem que saiu do Fantástico a primeira reportagem de pessoas trans aí fizeram uma reportagem em 2017 aí eu vi a reportagem E aí eu na hora que eu vi foi a primeira vez que eu vi aí eu falei ah é isso. É lógico que eu já tava conversando tava tentando descobrir antes né que eu tinha descoberto logo. É sobre isso porque minha minha ex, ela conhecia, então ela que me mostrou. ela que me mostrou e falou: ‘Olha existe (sic) pessoas trans tal’. Aí eu fui aí quando chegou na reportagem no Fantástico aí eu tive certeza absoluta, entendeu? (Habão)

Riobaldo destaca que após a presença de um personagem trans em uma novela, a percepção das pessoas na rua em relação a ele começou a ser diferente. Ele relata que frequentava um restaurante próximo a uma praia, e um ambulante catador de latinha questionou: “*ah você é igual aquela mulher da novela lá né?*” Alaripe apresenta Ariel Modara:

tipo quando era criança assim eu sabia que não identificava como mulher eu achava que tinha alguma coisa estranha só que eu não entendia direito. Daí não falava para ninguém porque eu achava que tinha enlouquecido sei lá, achava esquisito né. E aí quando eu fiz 16 anos uma amiga mandou um vídeo do Ariel Modara que é um youtuber que é transgênero [...]daí ela assim: ‘você acha que você é trans? porque eu vi esse menino aqui ele lembra muito você, não sei. Se você não for tudo bem, mas você pode falar comigo’. Aí eu fui assistir o vídeo dele e aí que eu fui entender o porquê eu me sentia daquele jeito e fui entender que é normal que não era só comigo (Alaripe).

Percebemos que as mídias de grande alcance colaboram na formação de identidades, servindo como espelho para a imagem e identificação corporal. As mídias, sendo em sua

essência imagéticas, incluindo aquelas de formato escrito, como jornais e revistas, modulam ideais de corpos e identidades. A mídia televisiva emergiu como criadora de imagens fundamentadas em uma biopolítica, influenciando a regulação do cuidado de si (Foucault, 2015).

As narrativas da mídia constituem um campo de forças no qual a resistência ao dispositivo da sexualidade pode emergir. É dentro desse dispositivo midiático que novas subjetivações podem surgir, uma vez que “a capacidade que a vida tem de resistir a um poder que quer geri-la é inseparável da possibilidade de composição e de mudança que ela pode alcançar”(Maciel Júnior, 2004, p. 2) .

Ao abordar a relação da mídia impressa com a legitimação social da travesti, Veras (2019) destaca a cobertura do carnaval pela mídia impressa na década de 1950. Segundo a revista Manchete, a cobertura retratava "homossexuais que faziam 'uso do travesti'" (Veras, 2019, p.64). A análise de Veras explora como a cobertura midiática do carnaval contribuiu para abrir possibilidades em relação à existência da travesti para além do estigma da criminalidade.

A própria visibilidade proporcionada pela mídia aos corpos travestis permitiu que, a partir das imagens nas quais apareciam em fotos, buscassem a utilização de silicones e hormônios para a construção de um corpo mais belo. Isso marcou o início de uma transição que o autor denomina como a passagem do "tempo das perucas" para o "tempo dos hormônios farmacopornográficos". Nesse momento, surgem as "travestis de verdade", culminando futuramente no fenômeno *La Close*. Roberta Close, por exemplo, emergiu na mídia como uma mulher "quase perfeita", mesmo se apresentando como transexual na época. Ela posou na revista Playboy³⁷ tanto antes quanto depois da sua redesignação sexual. Na primeira vez, "trucou a neça", não revelando seus órgãos genitais, ao contrário da segunda vez, após a cirurgia (Veras, 2019).

O termo "primavera trans" é introduzido por Quemelém para descrever o florescimento de pessoas transmasculinas, bem como outras pessoas trans e travestis. Ele argumenta que historicamente tivemos muitas mulheres trans e drags, como Rogéria, Vera Verão e Roberta Close, como referências nacionais, mas homens trans não eram considerados uma possibilidade de existência reconhecida. A emergência da "primavera trans" coincide com

³⁷ A revista Playboy foi uma publicação adulta pensada para homens cisgêneros conhecida por seus ensaios fotográficos artísticos, entrevistas com personalidades influentes e mistura de conteúdo jornalístico. A revista teve um impacto cultural significativo, abordando a nudez de maneira mais sofisticada. Encerrou sua versão impressa no Brasil em 2017.

um aumento nas discussões sobre as violências enfrentadas por esses corpos, uma vez que são percebidos como abjetos em relação às normas identitárias.

As redes sociais atuam como dispositivos de poder inseridos em uma dinâmica de forças, e podem produzir violência. O termo 'hater', inicialmente um adjetivo transformado em substantivo para descrever uma pessoa virtual, destaca a complexidade das redes sociais como um dispositivo tecnológico produtor de subjetivação. Essa concepção torna-se explícita na fala de Quemelém.:

Então a gente tem os hateres aí que é o que chama atenção das pessoas que às vezes estão no momento de fragilidade maior. A gente viu muito recentemente né³⁸. No Brasil, esses hateres afetam mais quem tá no momento de fragilidade maior. Mas não é a ferramenta internet ou a ferramenta rede social que faz alguma coisa de mal. Não sei te dizer o que que eu pensaria o que seria uma solução plausível porque você tira a ferramenta que não só é uma ferramenta de uso o ódio, mas também, a gente procurando, encontra muitas histórias que são lindas né. (Quemelém)

Essa fala de Quemelém mostra a contradição presente na Internet, explicitada também por Otacília:

A internet tem esses dois vieses. Um de informar, de forma boa e outro de agredi, de ser um espaço muito permissivo às pessoas dizerem que gostam e o que não gostam. Isso causa que pessoa está se matem em por conta disso né. a gente perde também muitas pessoas por conta dessas agressões (Otacília).

Joca Ramiro

Essa questão do que rola mesmo né, na internet, de deixar uns comentários e partir para violência mesmo. Porque é um tipo diferente de violência, né? Você fazer uma violência física com uma pessoa na rua e você fazer uma violência numa internet com um perfil fake, talvez, ou até mesmo que seja o seu perfil original, né? Mas que você tá se escondendo atrás de uma telinha, né. Então é muito mais fácil para as pessoas para poder realmente falarem o que realmente pensam. E isso é, infelizmente ajuda também a prosperar esse preconceito aí. Infelizmente, né? (Joca Ramiro).

Foi no Grupo Focal Online dessa pesquisa que Diadorim se apresentou pela primeira vez como uma pessoa não binária fora de seu círculo de amizade. Isso destaca a importância da discussão dessas identidades, proporcionando às pessoas um espaço de reconhecimento. Vale ressaltar que Alaripe e Diadorim moram com suas famílias que não têm compreensão e aceitação de sua identidade de gênero. Ambos são usuários de serviços de saúde mental, Alaripe na rede suplementar de saúde e Diadorim no SUS.

Diadorim relatou que durante a pandemia enfrentou várias crises de ansiedade, sendo encaminhado para o hospital algumas vezes devido ao receio de estar tendo um AVC. Para buscar suporte psiquiátrico, recorreu a acompanhamento particular, uma vez que não conseguiu

³⁸ Quemelém se refere à morte de Popó, uma pessoa transmasculina que se suicidou após ataques transfóbicos sofridos na internet.

realizá-lo na rede pública. No entanto, mesmo diante desses desafios, afirmou que, durante a pandemia, pôde conhecer um pouco mais sobre si mesmo.

Observei nos relatos acerca da saúde mental que, embora haja uma urgência para ressignificar a compreensão das identidades trans e travestis na sociedade, muitas pessoas conseguem estabelecer redes de apoio que ajudam a sustentar sua identidade e protegê-las da aniquilação do Eu. No entanto, destaco que muitas das pessoas com as quais conversei estavam em processo de isolamento para se proteger da violência que sofrem da sociedade. Essas violências relatadas podem ser físicas, verbais e até mesmo expressas através de olhares de estranheza, todas afetando a integridade da subjetividade de um sujeito.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso na pós-graduação me permitiu uma visão crítica e realista da sociedade brasileira na qual estou inserida. O meu ingresso no mestrado se deu devido a uma necessidade de sair de uma relação violenta na qual eu me encontrava em um ambiente de trabalho. Eu trabalhava em um contexto muito masculino que exigia uma resiliência que, depois de sete anos, me esgotou. Como saída, fui trabalhar em uma clínica particular, mas até que esta pudesse ser minha fonte segura de renda, eu precisava de um complemento financeiro. Foi nesse contexto que a pesquisa acadêmica entrou na minha vida. Assim como muitas outras realidades que encontrei durante esse percurso, a pesquisa acadêmica surgiu como uma alternativa ao mercado de trabalho violento e precário. Porém, é importante mencionar também a precariedade do trabalho na academia. O valor da bolsa de pesquisa era insuficiente para que eu me sustentasse em uma capital, que ao longo dos anos foi se tornando cada vez mais cara. Durante o mestrado, consegui receber apenas dois meses de bolsa, pois a CAPES exigia na época dedicação exclusiva e, para manter minha vida, eu precisava de um complemento de renda. Durante o doutorado, optei por não receber nenhuma bolsa devido à mesma impossibilidade de conciliar outra renda. Embora atualmente isso esteja permitido, não considero que a acumulação de trabalho seja a melhor resposta para lidar com a baixa remuneração das pessoas que fazem pesquisa no Brasil. Trago essas informações para problematizar o contexto no qual essa pesquisa foi feita, bem como suas limitações.

Como mencionado na introdução deste trabalho, inicialmente pensei em explorar a violência a partir da percepção de uma amiga de que a violência enfrentada por pessoas trans e travestis nas ruas aumentou desde a década de 1980. Pensei em investigar como essas pessoas são percebidas na sociedade: anteriormente vistas como criminosas, causavam mais medo; atualmente, ao serem reconhecidas como mulheres, observa-se que as pessoas se sentem autorizadas a serem mais violentas. As condições para realizar essa pesquisa conforme concebida acima, no entanto, não eram viáveis. Eu já previa as dificuldades em estabelecer um diálogo onde essas pessoas se sentissem seguras, dado que não sou trans nem travesti. Como pessoa cisgênera, reconheço que, querendo ou não, represento uma opressão à existência delas. Esta violência resultante das pesquisas acadêmicas em relação a esses corpos trans e travesti foi observada e discutida nesta pesquisa. Enfatizo que essa dificuldade reside do lado da academia, que muitas vezes exclui e violenta esses corpos, e não se deve à suposta dificuldade de acesso das pessoas trans e travestis, como frequentemente se ouve no âmbito acadêmico da saúde coletiva. Dentro do contexto mencionado anteriormente, seria ideal, para investigar a mudança

na violência ao longo dos anos, que eu tivesse mais disponibilidade de tempo para uma inserção no campo de forma não violenta. No entanto, isso não era viável devido à minha necessidade de dedicar tempo à minha subsistência. Além disso, era importante para mim ouvir essas pessoas, pois acredito que é uma maneira de incluir narrativas que são frequentemente excluídas da academia. Dessa forma, embora eu não esteja falando por essas pessoas, estou incorporando suas vozes à minha pesquisa, proporcionando à academia acesso a perspectivas que são frequentemente marginalizadas, dado que o contexto acadêmico é predominantemente composto por pessoas cisgêneras

Durante o doutorado, me dediquei exclusivamente à minha prática clínica no consultório no que se refere ao trabalho remunerado. Sempre critiquei a elitização dos consultórios clínicos de psicologia, atendendo pacientes com uma reflexão crítica sobre os valores que poderiam pagar. Portanto, frequentemente precisava ter um grande número de pacientes para que minha clínica fosse viável, o que demandava muito tempo na minha semana. Considerar a minha possibilidade de tempo foi determinante para a escolha do método utilizado nessa pesquisa.

Assim, a estratégia viável para uma inserção não violenta no campo foi realizar entrevistas online ou grupos focais online, indicando essas pessoas através de associações, o que já proporcionava um filtro inicial para que as pessoas não se sentissem convocadas à pesquisa, e sim convidadas. Isso resultou em muitas das pessoas com quem conversei já possuírem uma certa atuação no movimento social, identificável pela leitura crítica compartilhada e pela participação declarada no movimento. Poucas das pessoas entrevistadas não apresentavam esse engajamento, e percebi nitidamente que foram as que menos interagiram nos grupos focais. No entanto, esse aspecto também representa uma limitação deste estudo, pois houve um recorte das narrativas daqueles que já possuem acesso à crítica e resistência proporcionadas pelo movimento social. Isso implica que os resultados desta pesquisa refletem essa seleção específica de participantes.

Além disso, esta pesquisa foi realizada em um contexto político e social específico, abrangendo quatro anos de um governo de extrema direita no Brasil e sendo atravessada pela pandemia da Covid-19. Acredito que a facilidade de realizar reuniões online com as pessoas entrevistadas se deve, em parte, a esse contexto. Enquanto reconheço a importância das pesquisas online — fundamental para acessar realidades de diferentes partes do país —, considero que elas não são equivalentes às entrevistas com pessoas cisgêneras. Portanto, é essencial uma inserção no campo antes de agendar entrevistas ou grupos focais. No meu caso,

realizei algumas conversas preliminares com as pessoas, discuti meu estudo e esclareci dúvidas pelo WhatsApp.

Dentre as apreciações da banca de defesa, Jorge Leite Junior fez uma observação importante. Todas as pessoas com as quais conversei são alfabetizadas, mas é comum que muitas não sejam devido à exclusão do sistema educacional. No ambiente online, presume-se que essas pessoas sejam alfabetizadas, já que as conversas são inicialmente baseadas em texto. No questionário sociodemográfico preenchido pelos participantes, a escolaridade mais baixa mencionada foi o ensino fundamental. Embora não tenha explorado esses dados na tese por falta de tempo, isso é um ponto que mereceria mais atenção.

Considero, porém, que esse estudo permitiu compreender a violência contra a população trans e travesti enquanto um fenômeno complexo que extrapola a intencionalidade de um ato de violência por outra pessoa. As pessoas participantes da pesquisa relataram que a violência que enfrentam não se limita apenas a agressões físicas, embora estas também sejam percebidas como violentas, ou a intencionalidade de um ato discursivo violento, mas retratam que a violência também reside nos olhares de estranheza que recebem. Essa estranheza é interpretada como uma falta de reconhecimento de corpos que não se encaixam nos padrões normativos, e quando esses corpos são vistos como "monstruosos", a noção de destruição se configura. Percebi, portanto, por meio do aporte teórico da Teoria Queer, que os discursos cisheteronormativos produzidos e reproduzidos, quando aliados a uma identificação massiva com esses ideais, tornam-se produtores de violência ao compreenderem as identidades trans e travestis como abjetas.

Destaco que a violência contra pessoas trans e travestis é uma questão grave e crônica, impactando esses indivíduos de diversas formas, e enraizada na discursividade social que permeia a sociedade, perpetuando a ideia de que esses corpos são abjetos, e, conseqüentemente, não deveriam existir, ou que existem na condição de monstruosidade e pecado. Esses dados ressaltam a importância de considerar a produção do discurso social no contexto da Saúde Coletiva. O dado sobre a violência em relação a população travesti e trans não é algo novo, desconhecido, pois toda pesquisa realizada com essa população a violência é atravessada fortemente. A pesquisa de doutorado de Flávia Teixeira escancara como a violência é complexa em relação a esses corpos, e que não reside na intencionalidade do ato observável.

Outro aspecto importante revelado pelos resultados desta pesquisa é que a violência contra a população trans e travesti também está presente nos modos de fazer pesquisa que objetificam o sujeito, ao tratá-lo como mero objeto de estudo. Esse aspecto precisa ser considerado não apenas no âmbito da Saúde Coletiva, mas em toda a comunidade acadêmica.

No que se refere ao campo da Saúde Coletiva destaco o desafio de implantação das políticas públicas de saúde considerando a atenção integral à saúde. Ainda ouvimos muitos relatos de casos em que o direito à saúde dessa população não é efetivado devido à transfobia por parte dos profissionais de saúde, bem como devido à fragmentação do cuidado e à patologização das pessoas trans e travestis. Sabemos que o Sistema Único de Saúde tem grande potencial para acolher as demandas da população trans e travesti quando consideramos o princípio da integralidade. Nesse contexto, profissionais da área da saúde, como psicólogos, assistentes sociais e outros, podem promover discussões e capacitar outros profissionais e a comunidade por meio de abordagens interdisciplinares. Destaco aqui o trabalho de Márcia Cristina Brasil Santos em sua pesquisa de doutorado, que explicita as articulações políticas que atravessam a implementação do processo transexualizador no Brasil.

Considerando o princípio da integralidade do SUS, é crucial compreender o contexto histórico-social do sujeito para efetivar seu direito à saúde. É por meio desse princípio que o SUS, na Atenção Primária à Saúde e através de organizações intersetoriais em rede, pode combater os discursos morais que afetam as identidades trans e travestis, colocando-as como abjetas. Aponto essa abordagem como necessária para superar a percepção de Otacília, que destaca que o Estado não reconhece os corpos trans e travestis como cidadãs ou cidadãos. Em relação a isso trago o que Tatiana Lionço (2021) afirma: “[...] a abjeção é politicamente punida, simbolicamente sustentada, economicamente constrangida e juridicamente penalizada”.

Lionço (2021) destaca de a teoria da performance de Judith Butler inicialmente apresentada no livro “Problemas de Gênero” teve um impacto social, não somente acadêmico, que permitiu de mudar as reflexões sobre gênero. Citando Carla Rodrigues (2019, *apud* Lionço, 2021) a autora aponta que a democracia radical só será possível quando os corpos não forem desigualmente expostos à violência estatal devido a marcação de gênero, raça, classe, etnia ou religião aos quais estão submetidos. Corroboro com as autoras sobre essa percepção e acredito que as pesquisas acadêmicas podem ter um potencial disruptivo quando investidas de maneira contundente por um Estado implicado numa transformação social.

Nesse sentido, considero que esta pesquisa, por mais que tenha sido realizada numa condição precária de trabalho marca a necessidade de se discutir a complexidade como a violência deve ser compreendida tanto na academia quanto na elaboração de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, K.M.; GAISER, T.J. Online Focus Groups. *In*: FIELDING, N.G.; RAYMOND, M.L; GRANT, B. (ed.). **The SAGE Handbook of Online Research Methods**. 2.ed. SAGE Publications. 2017
- ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad -- Revista Latinoamericana**. Dossier n. 2, n.14, p. 380-407, 2013
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia da Letras, 1999.
- AS GUERRAS de Palmares. Direção de Luiz Bolognesi. Produção de Laís Bodanzky, São Paulo: Buriti Filmes, 2018. Série: Guerras do Brasil.doc.
- AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTO de resistência – O filme. Direção de Produção de Bruno Arthur. Produção executiva de Lia Gandelman; Joan Nin, 2018.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.
- BENEVIDES, B. **Como acessar o SUS para questões de Transição?** In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Notícias**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B (org.). **Dossiê: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 140 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag. 2024. 125p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- BENTO, B. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n.15, p. 496-536, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25170
- _____. **A Reinvenção do Corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador: Editora Devires. 2017a.

_____. **Transviad@as: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA. 2017b

BORBA, R. **O (Des)aprendizado de Si: transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

BORBA, J. **Ciência Política**. 3.ed ed. Florianópolis: Depto Administração/UFSC, 2014

BOSI, M. L. M. Desafios atuais para a pesquisa qualitativa: Considerações no cenário da saúde coletiva brasileira1. **Forum Sociológico**, Lisboa, n. 24, p. 19–26, 1 nov. 2014

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências: Portaria MS/GM n.º 737 de 16/5/01**, publicada no DOU n.º 96, seção 1E de 18/05/01. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4ª Região). Acórdão nº 2001.71.00.026279-9/RS. Apelante: Ministério Público Federal. Apelado: União Federal. Relator: Juiz Federal Roger Raupp Rios. Porto Alegre, RS, 14 de agosto de 2007. **Apelação Cível Nº 2001.71.00.026279-9/RS**. Porto Alegre. Disponível em: <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8650719/apelacao-civel-ac-26279-rs-20017100026279-9/inteiro-teor-17017265?ref=juris-tabs>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Portaria nº 457 de 19 de agosto de 2008. [Aprova, na forma dos anexos desta portaria a seguir descritos, a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do sistema único de saúde – SUS]. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p 68-73, 20 de agosto de 2008. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=68&data=20/08/2008>. Acesso em 26 mar. 2024

BRASIL. Portaria nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011. **[Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (sus), A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (política Nacional de Saúde Integral Lgbt)]**. **Diário Oficial da União**: n. 231, Seção 1: Ministério da Saúde: p. 35-37. 2 dez 2011. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/12/2011&jornal=1&pagina=35&totalArquivos=204>. Acesso em: 02 dez. 2011.

BRASIL. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. [Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)]. **Diário Oficial da União**: n. 226, Seção 1: Ministério da Saúde: p. 25-28. 21 nov. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=25&data=21/11/2013>. Acesso em: 25 mar. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022: Número é 88,8% maior que o registrado no Censo 2010. Dados do IBGE foram apresentados nesta segunda-feira, em Belém (PA). Secretaria da Comunicação Social. **Notícias**. 07 ago 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022>>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL Provimento n. 152 de 26 de setembro de 2023. [Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para aprimorar as regras de averbação de alteração de nome, de gênero ou de ambos de pessoas transgênero]. **Corregedoria Nacional de Justiça**. edição nº 232/2023 Brasília - DF, 29 de setembro de 2023b. Disponível em: [https://www.irib.org.br/app/webroot/files/downloads/files/DJ232_2023-ASSINADO%20\(Prov%20152-2023\).pdf](https://www.irib.org.br/app/webroot/files/downloads/files/DJ232_2023-ASSINADO%20(Prov%20152-2023).pdf). Acesso em 31 mar. 2024

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública. **Revista Facultad Nacional Salud Pública**, v. 31, n. 1, p. 13–27, 2013.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão técnica: Carla Rodrigues. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

_____. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. Tradução: Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições. 2019a.

_____. **Vida Precária: Os poderes do luto e da violência**. Tradução: Andreas Lieber; revisão técnica: Carla Rodrigues. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019b.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução: Rogério Bettoni. 1 ed. 5. r ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.

_____. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Tradução: Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021b.

_____. **Desfazendo gênero**. Coordenação da tradução Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CARRARA, S.; VIANNA, A.R.B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p. 233-249, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/3TPLG3ckGKmShzJZdhCMRmd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 jul. 2024.

CASTEL, P.-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Revista brasileira de História**, São Paulo , v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001 .

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 mar. 2024.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; LIMA, R.S.; BUENO, S.; HANASHIRO, O; BATISTA, F.; NICOLATO, P. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea. **Nota Técnica 17: atlas da violência 2016**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

_____. **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 27 set. 2020.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H. (coord.). **Atlas da violência 2021**. Brasília: IPEA. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em 29 mar. 2024

CERQUEIRA, D.; BUENO (coord.). **Atlas violência 2023**. Brasília: IPEA. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024

CHATELARD, L. C. E S.; CARVALHO, I. S.; SCHEINKMAN, D. Considerações sobre a noção de nome próprio em Lacan: entre o significante e a letra. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 39, n.36, p. 161–174. 2017

CHAUÍ, M. S. Filosofia moderna. In: CHAUÍ, M. S. (ed.). **Primeira Filosofia: aspectos da história da filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Sobre a violência**. 1 ed. 3ª reimp. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHIAVERINI, D.H. (org.). **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília, Distrito Federal: Ministério da Saúde. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução nº 1.482, de 10 de setembro de 1997. **Resolução CFM nº 1.482 /97**. Brasília, 19 set. 1997. n. 20.944. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução nº 01/2018, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. **Resolução nº 1, de 29 de Janeiro de 2018**. Brasília, 29 jan. 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf. Acesso em 31 mar. 2024.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, M. N. A hegemonia pentecostal no Brasil. **Revista Cult.** São Paulo: Editora Bregantini. [s.v.], n.252., p. 24–27, dez 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/hegemonia-pentecostal-no-brasil/>. Acesso em 31 mar. 2024.

DOBIN, D.; DOBIN, A. **Racial/ethnic and socioeconomic disparities of Covid-19 attacks rates in Suffolk County communities.** Covid-19 E-print. 2021. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/2004.12175>. Acesso em: 05 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2004.12175>

EAKIN, J. M.; GLADSTONE, B. Na caixa-preta da análise qualitativa: dar sentido aos dados com uma abordagem que “agrega valor”. In: BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. (eds.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2021. p. 202–236.

EYNON, R.; FRY, J.; SCHROEDER, R. The Ethics of Online Research. In: FIELDING, N. G.; LEE, R. M.; BLANK, G.(ed) **The SAGE Handbook of Online Research Methods.** 2. ed. Londres: Sage, 2017. p. 19-37.

FARIA, L. **Relatório Final: CPI assassinatos de Jovens.** Senado Federal. Brasília. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>>. Acesso em: 1 mar. 2024.

FOUCAULT, M. **Viajar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhaon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Terra e Paz. 2015

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: Júlio Assis Simões. **Cadernos De Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14/15, p. 231–239, 2006.

FREIRE COSTA, J. **Violência e Psicanálise.** 2 ed. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GOMES, C.M. Qual o gênero no STF? Uma análise do discurso de gênero presente nos votos das(os) ministras(os) do Supremo Tribunal Federal. **Revista Direito e Práxis.**, Rio de Janeiro, vol.13, n.04, p. 2225-2262. 2022 DOI: 10.1590/2179-8966/2021/51710| ISSN: 2179-8966

GOMES JÚNIOR, J. O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n.43, p. 300-314, jan./jun. 2021.

HARAWAY, D. A manifesto for cyborgs: Science, technology, and socialist feminism in the 1980s. In: SEIDMAN, S (ed.). **The Postmodern Turn.** New York: Cambridge University Press, 1994. p. 82–116.

HEINZELMANN, F.L. **Transmasculinidades no Sistema Público de Saúde:** experiências dos utentes. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61–73, jun. 2014.

KALICHMAN, A.O.; AYRES, J.R.C.M. Integralidade e tecnologias de atenção à saúde: uma narrativa sobre contribuições conceituais à construção do princípio da integralidade no SUS. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.32, v.8:e00183415. ago, 2016 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00183415>

KOLTAI, C. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. **Ide**. São Paulo, v.31, n. 47, p. 66–69, 2008.

KRISTEVA, J. **Pouvoirs de l'horreur:** Essai sur l'abjection. Paris: Editions du Seuil; Centre National du Livre. 1980.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R (eds). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial da Saúde (OMS). Genebra: 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. Tradução: Joanildo A. Burity; Josias de Paula Jr; Aécio Amaral. São Paulo; Brasília: Intermeios; CNPq, 2015.

LAURENTINO, A.C.N. **Políticas públicas de saúde para a população LGBT:** da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

LEITE-Jr, J. **Nossos corpos também mudam:** a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: Annablume. 2011.

_____. Transitar para onde? monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n.2, p. 259-568, maio-agosto/2012.

LIONÇO, T. Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006

_____. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.19, v.1, p. 43-63. 2009

LOKOT, M.; AVAKYAN, Y. Intersectionality as a lens to the COVID-19 pandemic: implications for sexual and reproductive health in development and humanitarian contexts.

Sexual and Reproductive Health Matters, v. 28, n. 1, p. 1-4, 1 jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/26410397.2020.1764748>.

LOPES, Bernardo Mota. **Arquivo Transmasculino: Uma autoetnografia sobre a transmasculinidade no Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Brasília, 2022.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOREY, I. **Disputas sobre el sujeto: consecuencias teóricas y políticas de um modelo de poder jurídico: Judith Butler**. Tradução: Malena Nijensohn. Adrogué: La Cebra. 2017.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.22, v.3, p.935-952. 2014

INSTAGRAM. **Sobre**. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br>. Acesso em: 13 out. 2020.

MACIEL JÚNIOR, A. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivum [online]**, v. 6, n. 1, p. 1–9, 2004.

MARTÍNEZ-SALGADO, C. Amostra e transferibilidade: como escolher os participantes em pesquisas qualitativas em saúde? In: BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. (eds.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 170–201.

MATTA, G. C. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. In MATTA, G. C. ; PONTES, A. L. M. **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV– Fiocruz. 2007. p. 61–80.

MATTOS, R.A. A integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n. 5, p. 1411-1416, set. 2004.

MCKENNA, B.; MYERS, M. D.; NEWMAN, M. Social media in qualitative research: challenges and recommendations. **Information and Organization**, v. 27, n. 2, p. 87-99, jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.infoandorg.2017.03.001>.

MENDES, W. G.; Duarte, M. J. O.; Andrade, C. A. F.; Silva, C. M. F. P. Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, p. 5615–5628, nov. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MGMGSTN9W6vjsJQYPxf65HM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 jul. 2024

MELO, A. K. S.; BOSI, M. L. M. **Fenomenologia(s) e saúde coletiva**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

MICELI, S. Prefácio: Materialismo do Simbólico. In: BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método, criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 1.820, de 13 de agosto de 2009. [Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde]. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p.80-81. 14 ago. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/08/2009&jornal=1&pagina=81&totalArquivos=192>. Acesso em 31 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde coordena tradução do novo Código Internacional de Doenças para a língua portuguesa**. In: Gov.br. **Notícias**. 26 jul. 2022 Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/ministerio-da-saude-coordena-traducao-do-novo-codigo-internacional-de-doencas-para-a-lingua-portuguesa>. Acesso em 26 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Habilitações: 3003 – Atenção Especializada no Processo Transexualizador – Modalidade Hospitalar. **CNESnet**. [202-]. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Habilitacoes_Listar.asp?VTipo=3003&VListar=1&VEstado=00&VMun=&VComp=&VContador=3&VTitulo=H. Acesso em 30 mar 2024.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182. jan./jun. 2009,

_____. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MISKOLCI, R., SIGNORELLI, M. C., CANAVESE, D., TEIXEIRA, F. DO B., POLIDORO, M., MORETTI-PIRES, R. O., SOUZA, M. H. T.; PEREIRA, P. P. G. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.27, n.10, p.3815–3824. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06602022>

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R.M. Saúde e direitos da população trans. editorial. **Cadernos de Saúde Pública**, n.35, v.4, e00047119.2019

NERY, J. W. **Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva. 2021.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - 2019: relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: GGB. 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf>. Acesso em 29 mar. 2024.

PAIVA C.H.A.; TEIXEIRA L. Reforma sanitária e a criação do sistema único de Saúde: Notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21 n.1, p. 15–35. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005

PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica”: Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos (UFPR)**, Curitiba, v. 6, n.1-2, p. 97–112, 2005.

_____. Dançando com Judith Butler – trinta anos de Problemas de Gênero. **Revista Sociologia Plurais**, Curitiba, v.7, n.2., p.8-17, mai.2021.

PELÚCIO SILVA, L M. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Carlos, São Carlos, 2007.

PEIXE, A.; PEÇANHA, L. M. B. Paternidade Trans em cena: Entrevista com o ativista Alexandre Peixe. **Revista Brasileira de Estudo da Homocultura**, v. 06, n. 18, p. 32–48, 2023.

PETER, E. Ética na pesquisa qualitativa em saúde: reflexões sobre potenciais impactos e vulnerabilidades. In: BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. (eds.). **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 262–281.

PFEIL, B.; LEMOS K. (orgs). **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos. 2021. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.files.wordpress.com/2021/11/relatorio-a-dor-e-a-delicia-das-transmasculinidades-no-brasil.pdf>. Acesso em 26 mar. 2024

PINTO, I. V.; ANDRADE, S.S.A.; RODRIGUES, L.L.; SANTOS, M.A.S.; MARINHO, M.M.A.; BENÍCIO, L.A.; CORREIA, R.S.B.; POLIDORO, M.; CANAVESE, D. Profile of notification of violence against lesbiangay, bisexual, transvestite and transsexual people recorded in the national information system on notifiable diseases, Brazil, 2015-201. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, : E200006.SUPL.1, p. 1–13, 2020. DOI: 10.1590/1980-549720200006.supl.1

PRECIADO, P. B. **Testojunkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N.-1 Editores. 2018

_____. **Manifesto contrassexual**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições. 2017

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (ed.). **Perspectivas latino-americanas**, p. 227–278, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 31 mar. 2024.

REIS, M. C.; MACHADO, D. C. Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 4, p. 415–439, 2016.

RELATOS do Front – a outra face do cartão postal. Direção de Renato Martins. Rio de Janeiro: Jaqueline Filmes, 2022. Série documental.

RIBEIRO, G. L. Post-imperialismo: para una discusión después del post-colonialismo y del multiculturalismo. In: MATO, D. **Cultura, política y sociedad**: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO. 2005. p. 41–67.

RUBIN, G.; BUTLER, J. Tráfico sexual - entrevista. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 21, p. 157–209, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644617>. Acesso em: 12 jul. 2024.

_____. O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “economia política” do sexo (1975). In: RUBIN, G. **Políticas do sexo**: Gayle Rubin. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora. 2017a.

_____. Pensando o Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade (1984). In: RUBIN, G. **Políticas do sexo**: Gayle Rubin. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora. 2017b.

SAMPAIO, A.G.S.; MANO, M.K.T. a mulher enquanto identidade definida: tensões entre o feminismo radical e o transfeminismo. In: XX REDOR, GT7- Feminismo, Política e Poder, 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, UFBA, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com/site/redor/G7/GT7-21-Alexandre.pdf>. Acesso em 07 abr. 2024.

SANTOS, M.C.B. **Aos trancos e barrancos**: uma análise do processo de implementação e capilarização do processo transexualizador no Brasil. 2020. (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SCHRAMM, F.R. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Bioética**, v.16, n.1, p. 11-23, 2008.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SEBASTIAN VELHO, P. **Demandas em saúde das pessoas trans**: um protocolo de cuidado. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho) – Escola de Ciências da Saúde, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. 2020

SENADO FEDERAL. Coronavírus: Senado aprova auxílio emergencial de R\$ 600.

Senadonotícias. Brasília: Agência Senado. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>. Acesso em 31 mar. 2024.

SOARES DA SILVA, A.; BARBOZA, R. Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis. **Athenea Digital**, v. 8, p. 27–49, 2005.

SOUZA, M. H. T. **Itinerário terapêutico das travestis de Santa Maria/RS**. 2013. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2013.

SOUZA, M. A cordialidade como mal-estar ou a violência como o recalçado. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 2, n. 4, p. 123–142, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47141999004008>.

SOUZA, K. S. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **História: e assim nasceu o movimento nacional de travestis e transexuais**. [site] Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/>. Acesso em: 27 set. 2020.

SOUZA, M.H.T; MISKOLCI, R.; SIGNORELLI, M.C.;BALIEIRO, F.F.; PEREIRA, P.P.G. Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, e0014132. 2021

TEIXEIRA, F.B. Não basta abrir a janela... Reflexões sobre alguns efeitos dos discursos médico e jurídico nas (in)definições da transexualidade. **Anuário Antropológico [online]**, v. 36, n.1, 2011.

_____. **Dispositivos da dor: saberes-poderes que conformam as transexualidades**. São Paulo: Annablume; Fapesp. 2013

_____. (Re)encontrando Berenice Bento: uma década de afetações. **Cadernos Pagu**, n.48, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600480018>

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). Trans Murder Monitoring Update: Trans Day of Remembrance 2023.; 2023. 2024. **Transgender Europe**. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2023/11/TvT_TMM_TDoR2023_Table.pdf. Acesso em 10 fev.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VELOSO, C.; PRECIADO, P. B. Mesa 8: Transições. In:18ª FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY FLIP, 2020. Paraty. [Mesa redonda online]. Mediação por Ángel Gurria-Quintana. Transmissão ao vivo 05 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fHLB8kcD49Q&t=0s>. Acesso em: 21 fev. 2021

VERAS, E. F. **Travestis: Carne, tinta e papel**. 2ed. Curitiba: Appris. 2019.

VIEIRA, H.; FRACCAROLI, Y. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da

democracia. *Em*: GREEN, N. J.; Quinalha, R.; Caetano, M.; Fernandes, M. (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1 ed ed. São Paulo: Alamedas, 2018. p. 357–377.

ZAMBRANO, E. Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia da troca de sexo. Dissertação (Mestrado em antropologia social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

APENDICE – A - ARTIGO 01

Artigo a ser submetido na revista *Physis*

A violência contra corpos transvestigeneres no contexto acadêmico.

Resumo

Pessoas transvestigeneres enfrentam exclusão e discriminação na sociedade, frequentemente sendo marginalizadas socialmente por encarnarem uma forma de monstrosidade devido à falta de conformidade com noções binárias de sexualidade. Essa posição os torna suscetíveis a várias formas de violência, privando-as de direitos fundamentais como acesso à saúde e educação. Este artigo se propõe a analisar o fenômeno da violência dentro de ambientes escolares acadêmicos através das narrativas de pessoas transvestigeneres. Utilizando uma abordagem qualitativa fenomenológica, o estudo empregou dois Grupos Focais online e realizou oito entrevistas para coletar dados. Os resultados revelam que as pessoas transgênero percebem os ambientes acadêmicos como inseguros devido à sua associação com a violência. Além disso, deduz-se que a exclusão de pessoas transgênero de espaços acadêmicos, que servem como entidades produtoras de conhecimento, funciona como um mecanismo de poder que perpetua seu status subalterno.

Palavras-chave: Violência; Travestis, Saúde Coletiva, Transgêneros.

Introdução

A população transvestigener¹ no Brasil vivenciam processos de exclusão e discriminação que contribuem para um processo de marginalização dessas pessoas da sociedade. Os corpos transvestigeneres estão presentes na cultura enquanto corpos abjetos, como resultado de um processo regulatório dos corpos a partir de práticas discursivas (Butler, 2019). Butler (2019) apresenta o abjeto como aquilo que é rejeitado no processo subjetivo na constituição de um sujeito. No caso das pessoas cisgêneras, para que sua identidade seja constituída se faz necessário que o transgênero esteja excluído de seu campo de identificações. O mesmo acontece em qualquer outro processo subjetivo identificatórios, pessoas se identificam enquanto brasileiras quando excluem as outras possibilidades de nacionalidade por não se reconhecerem no modo subjetivação que essas outras identidades carregam.

O processo de abjeção em si não é algo a ser superado ou problematizado, uma vez que se trata de uma condição subjetiva humana, já que Butler se refere ao processo de constituição psíquica de um sujeito a partir da forclusão. Porém o que a autora problematiza é a formação discursiva de uma matriz excludente que forçosamente materializa o sexo enquanto uma condição estática do corpo (Butler, 2019). Guacira Lopes Louro (1997) apresenta a homofobia como um medo que se relaciona à constituição subjetiva do sujeito homofóbico, para ela afirma que “a homofobia, o medo voltado contra os/as homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de "terror em relação à perda do gênero", ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher "reais" ou "autênticos/as” (Louro, 1997, p. 28-29). É nesse contexto que compreendemos como as identidades transvestigeneres são violentadas em diversos níveis, tanto discursivos quanto físicos.

Compreendemos que as pessoas transvestigeneres sofrem violências em diversos espaços públicos por serem uma identidade não-inteligível e, portanto, excluídas de diversos espaços, como o contexto acadêmico escolar. Esse processo de exclusão contribui para que a marginalização dessas pessoas.

A violência e população trans e travesti

Analisando o contexto da violência da população transvestigeneres no Brasil nos deparamos que ele se configura como o país que mais mata essa população, além de que essas pessoas possuem uma expectativa de vida de 35 anos (Benevides, Nogueira, 2021). Nesse sentido nos deparamos com a fragilidade do Estado em garantir à vida dessas pessoas, e coloca o campo da Saúde Coletiva para se debruçar como a violência afeta essas pessoas. Para tanto analisaremos o conceito de violência e de como se configuram as identidades de gênero na sociedade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a violência como:

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (Krug *et al.*, 2002, p.5).

O conceito adotado pelo Ministério da Saúde está em consonância com o apresentado pela OMS pois ela se configura como um “evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou

espirituais a si próprio ou a outros” (Brasil, 2005). Ambos os conceitos trazem a noção de intencionalidade a um ato violento.

Jurandir Freire Costa, psicanalista brasileiro, apresenta uma definição de violência que não é pela ótica do agressor, daquele que imputa uma intencionalidade em um ato, mas no efeito na subjetividade que a violência tem em uma pessoa. Para o autor:

“A violência é portanto um fato da cultura e só existe em relação a uma lei. Psicanaliticamente falando, esta lei ou contrato diz respeito ao direito que todo sujeito tem de ocupar um lugar irreversível na cadeia das gerações e uma posição em face da diferença dos sexos, conforme o sistema de regras que ordena o seu meio sociocultural. O que equivale a dizer que a todo sujeito é assegurado o direito a uma identidade compatível com o investimento erótico da sua vida e de sua história e com o investimento do próprio sistema de regras. Esta identidade é o que garante a transmissão desse direito às gerações futuras e a obediência a suas leis no tempo presente, condições necessárias à sobrevivência do sujeito e do grupo social” (Freire Costa, 1985, p. 96).

A partir desse trecho entendemos que a violência se configura na não possibilidade da garantia de direito a uma pessoa em viver a identidade que esta adota, compatível com o seu investimento libidinal na vida. E é a partir dessa ótica que podemos compreender o contexto da violência que as pessoas transvestigeneres sofrem socialmente.

As pessoas transvestigeneres são compreendidas no discurso social como corpos não-inteligíveis, uma vez que não performam identidades cisheteronormativas. Compreendidas a partir da Teoria Queer, as identidades de gênero são construídas no dispositivo da sexualidade de atuam como um mecanismo biopolítico de poder (Foucault, 2015). Butler (2013) aponta que o sexo é uma categoria construída assim como gênero. Ela constata que há, na sociedade moderna uma noção de continuidade entre o gênero, sexo e desejo sexual, como reflexo de uma cisheteronormatividade compulsória. Além disso há um sistema binário que amalgama as categorias sexo/gênero e compreende o masculino em oposição ao feminino. É no contexto da binaridade do sistema sexo/gênero que as identidades transvestigeneres são violentadas por não terem possibilidade de existência para além da abjeção, ou como apontado por Leite-Jr (2012) pela compreensão da aberração, da monstrosidade.

Jorge Leite Junior (2012) aponta para uma diferenciação entre o abjeto e o monstro, uma vez que o monstro está no limite das categorias. Ele configura como a nomeação do abjeto e adquire um corpo subversivo à norma. Assim, o monstro enquanto representação do desconhecido, estranho, pode mobilizar medo, nojo, terror, mas também fascínio, curiosidade. É nessa categoria que o autor apresenta que as pessoas transvestigeneres são reconhecidas socialmente. A criação deste lugar tem relação com as categorias médicas que patologizam

práticas sexuais consideradas desviantes e criam os “verdadeiros sexos” dentro de uma lógica binária homem/mulher (Leite-Jr, 2012).

Nesse contexto, Xavier e Vianna (2023) aponta que pessoas transvestigeneres sofrem um processo de exclusão social nos espaços acadêmicos escolares por serem consideradas desviantes e indesejadas. A escola enquanto um espaço público organizativo social e o ensino enquanto processo formativo social se configura enquanto direito à todas as pessoas no Brasil desde a Constituição de 1988 pois compreende-se que o processo educacional funciona como desenvolvimento pessoal e garante o acesso ao trabalho e o exercício da cidadania (Xavier; Vianna, 2023). Embora esteja previsto na constituição o acesso à educação como direito à todas as pessoas, nos deparamos com o fato de que as pessoas transvestigeneres tem alto índice de evasão escolar em decorrência das violências sofridas no âmbito escolar.

Ao examinar a negação do direito dessas pessoas de viverem suas identidades e o contexto de abjeção e exclusão social que enfrentam, destacamos a necessidade urgente de enfrentar essas questões. Portanto, este estudo, fruto de uma pesquisa de doutorado, busca aprofundar a compreensão sobre a violência enfrentada pelas pessoas transvestigeneres no ambiente escolar e acadêmico.

Metodologia

Esta pesquisa se trata de uma pesquisa qualitativa com base fenomenológica-hermenêutica. Bosi (2012) aponta para a impossibilidade de quantificar fenômenos ou objetos de pesquisa que não podem ser reduzidos a números. Assim consideramos para a compreensão da violência direcionada à população transvestigeneres a pesquisa qualitativa torna-se imprescindível. Este manuscrito apresenta um recorte dos achados teóricos de uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo investigar o fenômeno da violência contra pessoas trans e travestis. Para isso uma pesquisa de caráter online foi desenvolvida na qual 16 pessoas participaram da pesquisa, sendo seis homens trans, duas travestis, três pessoas não-binárias e cinco mulheres trans. As pessoas participantes desta pesquisa eram provenientes dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, São Paulo e do Distrito Federal, com idades variando entre 21 e 49 anos.

Para coleta de dados foram conduzidos dois grupos focais online inicialmente, compostos por um por cinco e outro por três pessoas. Devido às dificuldades encontradas na realização dos grupos focais online com esses participantes, em decorrência da dificuldade de acesso a uma boa conexão de internet, os pesquisadores optaram por mudar para a realização

de entrevistas individuais. Assim, foram conduzidas oito entrevistas individuais semiestruturadas, sendo que uma delas foi solicitada pela própria participante, enquanto as demais foram escolha dos pesquisadores. Para a condução dos grupos focais e entrevistas roteiros distintos foram desenvolvidos mantendo três eixos norteadores: violência; covid-19; trans e travestilidades.

O desenvolvimento do campo foi pensando já na fase de convite para participação da pesquisa. A pesquisadora principal por ser uma mulher cisgênera branca de classe média, originária do sudeste brasileiro sabia que seu corpo poderia ser lido como ameaça para as pessoas a serem convidadas para pesquisa. Isso porque em sua trajetória profissional ela atuou durante alguns anos numa Organização Não-Governamental (ONG) em prol da população transvestigênere. Dentro dessa ONG, era comum ouvir as pessoas expressarem que muitos acadêmicos as faziam sentir como se estivessem em um aquário. Além disso ela já havia presenciado diversas situações na qual essas pessoas tinham sofrido violência além de ouvido diversos relatos. Considerando esse contexto, para realizar o convite aos participantes, com o objetivo de não escolher pessoas apenas com base na característica de serem transvestigêneres e, assim, evitar convites potencialmente invasivos e violentos, optou-se por mapear associações civis ou Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuassem na defesa dos direitos das pessoas trans no Brasil. Dessa forma, o contato inicial da pesquisadora com os participantes seria estabelecido a partir de uma recomendação de pessoas já conhecidas pelas instituições.

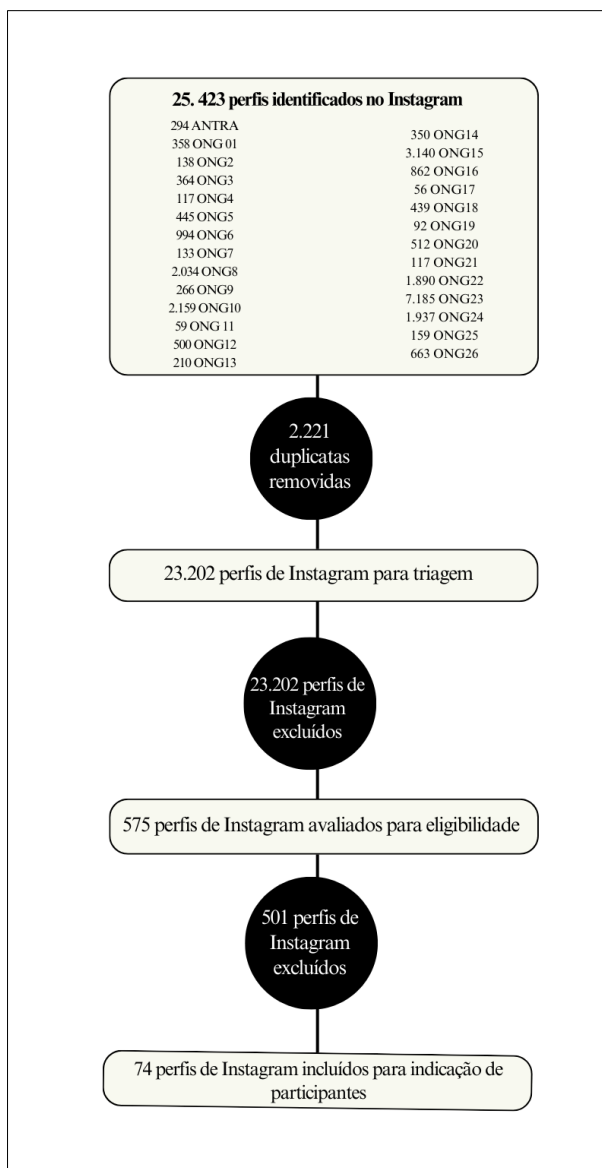
Para localizar perfis de ONGs que fossem referência no cenário brasileiro na defesa dos direitos das pessoas trans, a pesquisa identificou um perfil-chave de uma dessas organizações. O perfil escolhido para servir de base foi o da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), uma associação criada em 1992 com o propósito de defender os direitos da população trans e travestis. Atualmente, a ANTRA desempenha um papel importante na emissão de relatórios sobre assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil.

O mapeamento das instituições a serem contatadas foi realizado em quatro etapas distintas, conforme ilustrado na figura 1.

Após a identificação das pessoas participantes da pesquisa foram realizadas os GFO e as entrevistas. Assim, o trabalho de campo foi realizado entre dezembro de 2021 e abril de 2022. Todos os dados foram transcritos, e o texto proveniente desses dados foram analisados, assim não houve tratamento diferenciado entre os dados provenientes dos GFO e das entrevistas. Os dados transcritos foram identificados em temas a partir da fenomenologia-hermenêutica. Para Melo e Bosi (2020, p.43) esse trabalho consiste na “[...] captação do sentido do fenômeno numa evidência intuitiva que a si mesmo se apreende, apreensão do que existe,

indicando a existência de um duplo significado: o aparecimento e o que aparece.” O que se apresenta nesse manuscrito refere-se ao tema emergente da violência acadêmica acerca dos corpos transvestigeneres.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos perfis a serem contatados para convite no estudo.



Fonte: os autores

Este trabalho foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Todos os nomes são fictícios para preservar a identidade dos participantes, e para o aceite na participação no estudo um Termo Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado.

Resultados e Discussão

A violência foi identificada desde o início do campo, no processo de convidar participantes. Este foi marcado por recusas e pela percepção de que a academia e os pesquisadores, em sua maioria cisgêneros, detêm poder sobre as pessoas trans. Foram contatadas 74 ONGs para selecionadas, apenas 21 responderam às mensagens enviadas pela pesquisadora. Como a comunicação ocorreu exclusivamente pelo Instagram, não foi possível determinar o porquê algumas mensagens não obtiveram resposta. No entanto, entre as 21 contas que responderam, destacam-se duas entidades que expressaram preocupação com a violência recorrente da academia ao abordá-las para realização de pesquisas. Um dos posicionamentos destaca como a academia frequentemente coloca as pessoas trans em situações de vulnerabilidade e questiona a ênfase excessiva nas violências que elas sofrem, em detrimento de suas diversas identidades:

“Acreditamos que, ainda que seja um tema bastante importante, esse tipo de narrativa que coloca pessoas como objetos de pesquisa ou representantes de violências estruturais e sistêmicas é muito perigosa. Em geral, o uso das chamadas personagens tende a espetacularizar e personalizar um problema muito maior. Cabe também as perguntas: Estão as pessoas LGBTQ+ presentes nos conteúdos para além daquelas específicas de identidade de gênero ou orientação afetivo sexual? Esses corpos e corpos são vistos em sua pluralidade, para além das violências sofridas? Este é um desafio coletivo que propomos a partir da nossa experiência: como falar sobre a violência sem expor narrativas individuais? De toda forma, desejamos sorte no trabalho.”

Uma das insituições solicitou uma reunião prévia para conhecer a pesquisadora responsável pelas entrevistas. A justificativa para tal solicitação se deu por ser comum que ocorram transfobias durante as entrevistas, portanto as pessoas responsáveis pela instituição gostariam de conhecer a pessoa que conduziria as conversas com os indicados.

Durante os convites feitos às pessoas indicadas, um dos participantes, por meio de uma mensagem de áudio, compartilhou as situações de violência que havia enfrentado em pesquisas anteriores e afirmou que agora só concederia entrevistas mediante pagamento antecipado, indicando o valor que cobraria por elas. Mesmo após várias mensagens enviadas, foi comum a pesquisadora receber pedidos de auxílio financeiro, bem como solicitações para divulgação de vaquinhas e mutirões, tanto por parte das pessoas convidadas a participar quanto por parte das insituições. Isso destaca o papel das redes sociais como meio de apoio financeiro para essas pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Como já observado em trabalhos com pessoas travestis, a entrada no campo se faz complexa em decorrência dos cenários de violência que essas pessoas sofrem socialmente. No 9º Congresso Brasileiro de Ciência Sociais e Humanas em Saúde, Keila Simpson, mencionou a resistência das pessoas trans e travestis quanto ao mundo em si. A política da rua, de

sobrevivência é muito forte, pois estas pessoas por receberem muitas violências cotidianamente, estão em ponto de ataque. Pela minha experiência em ONG com a população trans já sabia que a minha figura enquanto mulher branca cisgênera era sinônimo de violência. Nesse sentido considero que as recusas de participação no estudo refletem essa realidade. Souza (2013) em seu estudo com travestis em Santa Maria aponta que a sua entrada no campo se deu a partir de um longo trabalho com essas pessoas para prevenção do HIV no município. Consideramos que permitiu a entrada no campo de uma mulher cisgênera nesta pesquisa foi a vivência anterior que eu tive na atuação em ONG com a população trans e travesti.

Já no primeiro GFO o tema sobre a violência acadêmica na condução de pesquisas foi levantado por Regiane. Ela destaca algumas questões críticas relacionadas à condução de pesquisas envolvendo corpos transvestigêneres. Ela chama a atenção para a violência presente na pesquisa de pessoas que não têm acesso à universidade, que nem mesmo tiveram a oportunidade de frequentá-la, mas são objeto de estudo por parte daqueles que estão dentro desse ambiente acadêmico que, muitas vezes, exclui essas mesmas pessoas. O lugar das pessoas trans, nesse contexto, é frequentemente relegado ao status de objeto de estudo, ao invés de serem consideradas como sujeitos que conduzem e produzem os discursos e saberes sobre qualquer que seja o tema em questão.

A atribuição à pessoa participante enquanto objeto de pesquisa se configura como um efeito das práticas das pesquisas modernas. Isso acontece porque, entre as características da filosofia moderna, destaca-se o papel de Descartes como grande influenciador do conhecimento moderno. Embora não nos aprofundemos aqui em suas concepções teóricas, a partir do que Chauí (1987) apresenta, podemos compreender que seu pensamento contribuiu para uma característica fundamental da ciência moderna: a noção de causalidade. Segundo a autora, todos os filósofos modernos atribuem veracidade a um conhecimento quando este estabelece a relação de causalidade daquilo que está sendo observado, ou seja, do objeto de pesquisa. A partir dessa noção, ocorre a cisão entre o sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento. Dessa separação surge a concepção do método de pesquisa, que busca explicar as coisas por meio da redução destas ao menor número possível (universalização) de leis ou regras. Isso implica que os métodos são, fundamentalmente, matemáticos, sempre envolvendo ordem e medida, ou seja, uma decomposição da grandeza que está sendo estudada (Chauí, 1987).

Outro aspecto destacado por Regiane são as questões socioeconômicas específicas dessas pessoas, que são socialmente marginalizadas. Quando convidadas para participar de pesquisas, raramente se leva em consideração a realidade delas, incluindo o fato de que muitas vezes estão contribuindo com seu tempo de forma não remunerada e, em pesquisas online,

podem estar utilizando uma conexão à internet emprestada. É importante notar que, durante os grupos focais, a pesquisadora precisou fornecer crédito para o celular de uma participante para garantir a realização do grupo, pois a participante estava enfrentando problemas com a qualidade da conexão Wi-Fi.

Esse apontamento de Regiane demonstra que as pesquisas no âmbito brasileiro não consideram a condição socioeconômica da população ao proibir a remuneração na participação em pesquisas. Esse aspecto afeta diretamente a população transvestigenera uma vez que em sua maioria se encontra em situação de marginalização e exclusão social (Monteiro *et al.*, 2019). Compreendemos como a remuneração pode interferir no contexto de pesquisa haja visto que em uma das recusas que obtivemos por um possível participante este apontou que somente faria a pesquisa se fosse remunerado, e que neste caso responderia tudo que a pesquisadora quisesse. Nesse contexto não consideramos que este pedido se configurava como obtenção de vantagens por parte do participante, mas que o participante se sente violado durante o processo de pesquisa, e que o valor pago se configuraria como uma verba indenizatória. Porém esse ocorrido nos chama atenção que se faz necessário um debate crítico frente às conduções de pesquisas acadêmicas, sobretudo com populações marginalizadas.

No que diz respeito ao acesso à universidade, Jacira compartilha que nunca se viu inserida no meio acadêmico. Isso ocorreu porque ela chegou a cursar uma graduação em universidade pública na área da saúde, em que as aulas eram realizadas pela manhã, mas, como trabalhadora sexual, sua rotina de trabalho estava predominantemente concentrada durante a noite. Isso tornava extremamente difícil a possibilidade de comparecer às aulas pela manhã. Além disso, é fundamental destacar que foi na universidade o local em que ela se deparou com um questionamento sobre o senso de pertencimento referente ao meio acadêmico, já que eram comuns comentários apontando a ela que aquele não era seu lugar, pois "A gente te viu ontem na pista".

Sobre a universidade, Jacira afirma:

"ah, temos pessoas travestis na universidade, mas na universidade onde se tem 40 mil estudantes e cinco travestis, isso para mim não é dizer que tem, é para dizer que tem cinco exceções, não é dizer que existe uma política pública de acesso para as mesmas e principalmente permanência porque o processo de permanecer dentro do espaço, porque eu paguei minha universidade com a prostituição."

Em concordância com essa fala, Paulo destaca que "a academia usa muitas pessoas trans em suas pesquisas, mas não propõe, por exemplo, políticas de cotas para manter as pessoas dentro das universidades". Isso se deve ao fato de que pessoas travestis, como Jacira se

identifica, frequentemente enfrentam obstáculos para conseguir empregos formais, sendo muitas vezes obrigadas a recorrer à prostituição e a trabalhos noturnos, o que torna impossível a presença na faculdade durante a manhã.

Podemos considerar que o meio acadêmico não se restringe apenas ao ensino superior, mas abrange o processo educacional como um todo. Na pesquisa, esse ambiente emergiu como um lugar no qual as pessoas trans frequentemente se sentem deslocadas. Rene, uma pessoa não binária, aponta que a escola foi um ambiente marcado por exclusão e preconceito, e que nem a diretoria nem a coordenação sabiam como lidar com essas situações.

A evasão escolar e a dificuldade no acesso ao ensino superior impacta a empregabilidade dessa população. Além de enfrentarem preconceito na busca por emprego devido à transfobia, essas pessoas também têm dificuldade em acessar a qualificação necessária para oportunidades de emprego fora da prostituição. Regiane relata que só conseguiu um emprego formal aos 39 anos de idade e ressalta: *"Não dá para demonizar a prostituição, pois, se não fosse por ela, muitas de nós nem estaríamos vivas."*

Esses dados são particularmente relevantes à luz do que Costa (2006) discute sobre a colonização do conhecimento. A não permanência dessas pessoas no contexto acadêmico se torna um problema além de socioeconômico de exclusão do mercado de trabalho, mas também reflexo de um silenciamento dos saberes possíveis de serem produzidos pelas pessoas transvestigeneres, que se configuram como subalternas socialmente. Stuart Hall aborda a superioridade das questões ocidentais em detrimento das demais, marcando a polaridade West/Rest (Ocidente/Resto). Nessa direção o conhecimento ocidental é frequentemente influenciado pela lógica colonial, que promove a ideia de superioridade nos saberes produzidos pelos colonizadores em detrimento dos produzidos no mundo dos colonizados (Costa, 2006).

“Assim, no lugar de reivindicar a posição de representante dos subalternos que ‘ouve’ a voz desses, ecoadas nas insurgências heróicas contra a opressão, o intelectual pós-colonial busca entender a dominação colonial como cerceamento da resistência através da imposição de uma episteme que torna a fala do subalterno, de antemão desqualificada, e, assim, a silencia.” (Costa, 2006, p.89)

No contexto acadêmicos, quando há separação entre sujeito e objeto, na qual é possível atribuir um nexos causal entre os acontecimentos, nos deparamos com compreensão positivista de que há uma substância nos fenômenos observados, ou seja, que as coisas têm uma existência em si mesmas (Chauí, 1987). A ciência moderna traz consigo aspectos importantes que atualmente são hegemônicos nas pesquisas atuais, como a possibilidade de universalização das coisas, mensuração e representatividade/generalização estatística. Em seu aspecto

metodológico, há o pressuposto de que existe separação entre sujeito e objeto, ou seja, entre o pesquisador e o pesquisado, o que permite uma suposta neutralidade na pesquisa (Bosi; Gastaltdo, 2021). Essa operação, quando aliada a cisheteronorma não fomenta o pensamento crítico e impede que pessoas transvestigeneres acessem o meio acadêmico e possam ser produtoras de saber.

Podemos, assim, compreender que o meio educacional, inclusive as universidades, não se limitam apenas a um espaço físico de pertencimento que contribuam para o acesso ao mercado de trabalho, mas também se configura como potencial produtoras de discursos. Trazendo o conceito de performatividade de Judith Butler (2013, 2021), as identidades de gênero são performadas de forma discursiva, sendo que para autora o discurso se configura como ato capaz de produzir efeito como aponto por John Austin (1990). O autor diferencia os discursos meramente descritivos daqueles que se configuram enquanto práticas discursivas. Ele exemplifica uma fala enquanto ato: "'Aposto cem cruzados como vai chover amanhã.'" (Austin, 1990, p.24). Nesse sentido a academia serve como produtora de discursos, e carregam a potencialidade de atuação para existência dos corpos transvestigeneres na sociedade retirando-as dos limites da monstruosidade. Porém os resultados dessa pesquisa apontam que ainda assim, existem pesquisas que reproduzem discursos e atuam na produção da exclusão social dessas pessoas.

Ao serem questionadas sobre a participação enquanto sujeitos de pesquisa as participantes salientam o termo "transexualidade" como uma categoria médica. É nesse contexto que Antenor destaca o termo "transvestigeneres" como uma alternativa criada pelo movimento social organizado por essa população para autodenominar-se. Essa escolha representa uma tentativa de englobar identidades que não são adequadamente representadas quando usamos apenas os termos "trans," "travesti" ou "transexualidade." Adentramos assim, na relevância que a academia tem na produção de discursos que dizem sobre corpos transvestigeneres.

Leite-Jr (2012) apresenta a ciência sexual como uma forma de produção de saberes normativos que patologizavam a vida sexual não monogâmica, heterossexual com fins procriativos. Nesse mecanismo de saber-poder há a busca pelo "verdadeiro sexo" e para isso delimitam-se os aspectos desviantes da norma binária natural: homem/mulher, cisgênero/transgênero/, heterossexual/homossexual. Nesse âmbito discursivo cria-se a figura do monstro, que, em fins acadêmicos viram objetos de pesquisa rumo ao desconhecido.

Nesse contexto, Regiane enfatiza que a academia transforma as pessoas transvestigeneres em objetos de pesquisa. Suas vidas são expostas, mas frequentemente não há um retorno ou feedback sobre o que foi feito com as informações coletadas dessas pessoas.

“E aí eu acho que quando a gente vai fazer determinadas pesquisas a gente primeiro precisa também entender esse terreno que a gente vai pisar pra quando a gente trazer as tais pessoas pesquisadas a gente minimamente conseguir oferecer Uma coisa básica para essas pessoas, né. Porque, senão muitas vezes a gente fica muito nessa ideia de que a gente está sendo lá os ratinhos de laboratório de alguma pesquisa ou de algum estudo e no final das contas fica por isso mesmo sem nem minimamente realmente prestar atenção se essas pessoas estiveram uma condição ou foram amparadas nessas condições para participar desses espaços?” (Regiane)

Em consonância com as declarações de Regiane, Luana, uma mulher trans negra, traz à tona uma indagação crucial: a quem verdadeiramente servem as pesquisas que envolvem a população trans? Ela questiona: "Para quem se destinam essas pesquisas? O que é feito com os resultados obtidos?" Luana expressa sua preocupação de que, enquanto ela, alguém familiarizado com o ambiente acadêmico, compreende o funcionamento das pesquisas acadêmicas e está ciente delas, as pessoas que não fazem parte desse meio podem não entender a finalidade da pesquisa nem como os resultados são utilizados.

A impossibilidade de escuta das pessoas transvestigeneres em pesquisas acadêmicas, como evidenciado pelos resultados desta pesquisa, destaca a complexidade da violência acadêmica que essas pessoas sofrem. No que concerne ao aspecto físico e social, quando as universidades não contam com a presença de pessoas transvestigêneres como parte integrante desse cenário, elas perdem sua capacidade de serem espaços verdadeiramente seguros para essa comunidade. Essa observação é trazida por Rosana que alega que os verdadeiros espaços seguros para pessoas trans são aqueles em que pessoas trans predominam e compõem a maioria. Como ela enfatiza: "Então quem faz o espaço acolhedor quem faz espaço seguros são as pessoas então os espaços seguros para pessoas trans são os espaços em que as pessoas trans são maioria, simples assim."

A saúde coletiva, como um campo que atravessa a produção de conhecimento sobre os corpos de maneira social e médica tem grande importância na produção de discursos e teorização desses saberes que envolvem os corpos transvestigeneres.

Considerações finais

No contexto da Saúde Coletiva, as metodologias de pesquisa tradicionalmente marcadas pela separação entre sujeito e objeto tendem a reproduzir o conhecimento biomédico,

frequentemente desconsiderando o contexto social, histórico e as particularidades do sujeito. Essas abordagens têm o potencial de perpetuar a violência epistêmica. Quando se trata da população transvestigenera, é comum depararmos com a preocupação em relação à dificuldade de acesso a essa população para fins de pesquisa. No entanto, é fundamental refletir sobre as razões dessa dificuldade de acesso e compreender por que essas pessoas resistem a participar de estudos conduzidos majoritariamente por pesquisadores cisgêneros.

O campo da Saúde Coletiva, ao questionar o conhecimento biomédico, propõe-se a romper com a lógica colonial binarista desde sua concepção e diferenciação da Saúde Pública. É importante ressaltar que a Saúde Coletiva, enquanto campo de conhecimento, é uma produção brasileira que transcende os limites da Public Health.

Por fim, é relevante destacar que compreendemos como limitação desse estudo a realização dele de forma online, já que exclui pessoas que não tem acesso a smartphones e internet. Além disso este artigo, uma vez publicados, serão resumidos de forma concisa e transformados em postagens para divulgação nas redes sociais como uma maneira de fornecer retorno à população transvestigenera participantes da pesquisa e as demais que tenham interesse nessa temática.

Notas:

1. Adotou-se o termo transvestigeneres para se referir às pessoas que não performam a binaridade de gênero social, uma vez que este termo é adotado por estas pessoas por ser estabelecido no contexto do movimento social em detrimento de termos como transgênero e transexual criados no contexto biomédico.

Referências

AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer:** palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B (org.). **Dossiê: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 140 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BOSI, M.L.M. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. *Cien Saude Colet.* 2012;17(3):575-86.

BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. Introdução: Por que um livro sobre fundamentos da pesquisa qualitativa em saúde? *In:* BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. (eds.). **Tópicos avançados em**

pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teóricos-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 23–36.

BRASIL. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências:** Portaria MS/GM n.º 737 de 16/5/01, publicada no DOU n.º 96, seção 1E de 18/05/01. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. trad. Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2013

_____. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. Tradução: Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições. 2019.

_____. **Discurso de ódio: uma política do performativo.** Tradução: Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CHAUÍ, M.S. Filosofia Moderna In: Marilena de Souza Chauí. (Org.). Primeira Filosofia - aspectos da história da filosofia. São Paulo: Brasiliense; 1987. p. 60-81.

COSTA S. Dois Atlânticos: **Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo.** Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas).2006 .

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Terra e Paz. 2015

FREIRE COSTA, J. **Violência e Psicanálise.** 2 ed. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

KRUG, E. G.; Dahlberg, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R (eds). **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Organização Mundial da Saúde (OMS). Genebra: 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LEITE-JR, J. Transitar para onde? monstrosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n.2, p. 259-568, maio-agosto/2012.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELO, A. K. S.; BOSI, M. L. M. **Fenomenologia(s) e saúde coletiva.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R.M. Saúde e direitos da população trans. editorial. *Cadernos de Saúde Pública*, n.35, v.4, e00047119.2019

SOUZA, M. H. T. **Itinerário terapêutico das travestis de Santa Maria/RS.** 2013. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2013.

XAVIER, T.P.O; VIANNA, C. A educação de pessoas trans: relatos de exclusão, abjeção e luta. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e124022, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236124022vs01>

Violence against transgender bodies in the academic context.

Abstract

Transgender individuals face exclusion and discrimination within society, often being socially marginalized as embodying a form of monstrosity due to their lack of conformity with binary notions of sexuality. This positioning renders them susceptible to various forms of violence, depriving them of fundamental rights such as access to healthcare and education. This article endeavors to analyze the phenomenon of violence within academic environments through the narratives of transgender individuals. Employing a qualitative phenomenological approach, the study utilized two online Focus Groups and conducted eight online interviews to gather data. The findings reveal that transgender individuals perceive academic settings as unsafe due to their association with violence. Moreover, it is deduced that the exclusion of transgender individuals from academic spaces, which serve as knowledge-producing entities, functions as a mechanism of power that perpetuates their subaltern status.

Keywords: Violence; Transvestites; Public Health; Transgender.

APÊNDICE B – ARTIGO 02

Artigo submetido para o número especial sobre os 20 anos da Visibilidade Trans no Brasil da Revista do Sistema Único de Saúde – RESS. O artigo encontra-se em processo de avaliação entre pares

Desafios no enfrentamento da violência direcionada a população transvestigenera: a potencialidade da Atenção Primária a Saúde para esse agravo de saúde.

Challenges in addressing violence against the transvestigender population: the potential of Primary Health Care for this health concern.

Desafios en el enfrentamiento de la violencia dirigida a la población transvestigenera: el potencial de la Atención Primaria de Salud para este problema de salud.

RESUMO

Objetivo: O objetivo do estudo foi compreender o fenômeno da violência direcionada à população transvestigeneras. **Métodos:** Foram realizados dois grupos focais online e oito entrevistas em profundidade entre dezembro de 2021 e abril de 2022. A análise dos dados utilizou uma abordagem fenomenológica-hermenêutica, considerando estudos da epidemiologia crítica. **Resultados:** Os resultados apontaram para uma definição complexa da violência, indo além da intencionalidade da ação, envolvendo práticas discursivas que dificultam a existência dessas pessoas. As pessoas participantes apontaram para a existência da lógica biomédica na atenção primária à saúde, contribuindo para a perpetuação da violência sobre esses corpos nos serviços de saúde e para o isolamento dessa população, aumentando o risco de ideações suicidas. **Conclusão:** Os princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) se configuram como potenciais aliados para o enfrentamento da violência à população transvestigenera.

Palavras-chave: Violência; Performatividade de Gênero; Atenção Primária à Saúde; Serviços de Saúde para Pessoas Transgênero

ABSTRACT

Objective: The aim of the study was to understand the phenomenon of violence targeted at the transvestigender population. **Methods:** Two online focus groups and eight in-depth interviews were conducted between December 2021 and April 2022. Data analysis utilized a phenomenological-hermeneutic approach, considering critical epidemiology studies. **Results:** The results indicated a complex definition of violence, extending beyond the intentionality of the action, involving discursive practices that hinder the existence of these individuals. Participants pointed to the presence of a biomedical logic in primary healthcare, contributing to the perpetuation of violence against these bodies within health services and fostering the isolation of this population, thereby increasing the risk of suicidal ideation. **Conclusion:** The principles and guidelines of the National Primary Care Policy (PNAB) emerge as potential allies in addressing violence against the transvestigender population.

Keywords: Violence; Gender Performativity; Primary Health Care; Health Services for Transgender Persons

RESUMÉN

Objetivo: El objetivo del estudio fue comprender el fenómeno de la violencia dirigida a la población transvestigénero. **Métodos:** Se llevaron a cabo dos grupos focales en línea y ocho entrevistas en profundidad entre diciembre de 2021 y abril de 2022. El análisis de datos utilizó una aproximación fenomenológica-hermenéutica, considerando estudios de epidemiología crítica. **Resultados:** Los resultados señalaron una definición compleja de la violencia, yendo más allá de la intencionalidad de la acción, e involucrando prácticas discursivas que dificultan la existencia de estas personas. Los participantes señalaron la existencia de una lógica biomédica en la atención primaria de salud, contribuyendo a la perpetuación de la violencia sobre estos cuerpos en los servicios de salud y al aislamiento de esta población, aumentando el riesgo de ideaciones suicidas. **Conclusión:** Los principios y directrices de la Política Nacional de Atención Básica (PNAB) se configuran como potenciales aliados para enfrentar la violencia hacia la población transvestigénero.

Palabras clave: Violencia; Performatividad de Género; Atención Primaria de Salud; Servicios de Salud para las Personas Transgénero

INTRODUÇÃO

A violência direcionada à população transvestigenera no Brasil apresenta dados alarmantes. Pessoas transvestigenera são aquelas que se encontram fora das discursividades binárias de gênero, abarcando as pessoas travesti, transgêneras e não-binárias¹. O não censeamento dessa população impossibilita o cálculo de taxas de mortalidade e outros índices de agravos à saúde. Assim, organizações civis têm produzido dados referentes à violência que estas pessoas sofrem, seja no âmbito mundial, como a Transgender Europe², ou no Brasil, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)³.

No Brasil, a produção de dados referente à população LGBTQIA+I+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outras minorias sexuais e de gênero) e a organização política para produção de políticas públicas voltada para essa população ganhou força com o advento do HIV no país⁴. O Grupo Gay da Bahia (GGB) se destacou como a primeira organização civil a produzir relatório sobre a violência que a população LGBTQIA+ sofre, com destaque para homicídios e violências físicas⁵.

Atualmente a ANTRA publica anualmente, no dia da visibilidade trans (29 de janeiro), um dossiê dos assassinatos e violências contra a população trans. O relatório publicado em 2024 identificou um aumento de 10,7% nos assassinatos de pessoas trans no Brasil em comparação ao ano de 2022⁶. É importante notar que no mesmo período houve queda de 5,7% dos assassinatos gerais na população brasileira⁶. Além disso, o relatório aponta que nos últimos sete anos, a média de pessoas trans mortas de forma violenta foi de 151 casos ao ano, e de 13 casos por mês⁶.

Mortes decorrentes de violência representam um dos maiores problemas de saúde pública do país, uma vez que apresentam grandes impactos na sociedade. Isso afeta não apenas os familiares das vítimas, mas também as próprias vítimas da violência, sendo considerado um problema de alta magnitude⁷. No que se refere às políticas públicas de saúde para enfrentamento da violência direcionada à população LGBTQIA+ destaca-se o Programa Brasil sem Homofobia⁸. Além disso, em 2014 foi incluída na ficha de notificação de violência do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), campos para inclusão de dados como identidade de gênero e orientação sexual visando identificar pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência nos serviços de saúde⁹. No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS) é importante notar que há uma sensibilidade em relação à identificação da violência direcionada à população LGBTQIA+, uma vez que essa aumentou desde a inclusão dos dados de orientação sexual e identidade de gênero na ficha de notificação de violência⁹.

Destaca-se, porém, que as políticas públicas direcionada ao enfrentamento da violência pela população transvestigenera no Brasil continuam sendo um desafio. O Brasil mantém a

triste posição de ser aquele que mais mata a população transvestigenera no mundo¹⁰, e a falta de dados oficiais impede o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para combater esse agravo de saúde.

Como contribuição para refletir sobre o fenômeno da violência direcionada à população transvestigenera, este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado em Saúde Coletiva em andamento. O objetivo da pesquisa é investigar em profundidade a violência direcionada à população transvestigenera, buscando ampliar o entendimento desse fenômeno articulando com os princípios e diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB).

MÉTODOS

Este estudo é uma pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica-hermenêutica, utilizando Grupos Focais Online (GFO) e Entrevistas em Profundidade como ferramentas de coleta de dados. Os GFO podem ser realizados de forma síncrona ou assíncrona, sendo que, no primeiro caso, as pessoas participantes contribuem com dados em tempo real, enquanto, no segundo, a contribuição ocorre em momentos diferentes, offline. Recomenda-se que, nos GFO o número de participantes esteja entre três e oito pessoas¹¹. A identificação dos participantes foi realizada por meio da identificação de organizações civis que atuam em prol da comunidade trans. A partir de perfis mapeados no Instagram dessas organizações, foi solicitado que elas indicassem possíveis participantes para a pesquisa. A partir dessas indicações, foi possível contatar 74 pessoas, das quais 24 foram agendadas para participação de GFO ou entrevistas. Dessas 24, 14 pessoas participaram efetivamente do estudo.

A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2021 e abril de 2022, envolvendo dois GFOs (um com cinco participantes e outro com três) e oito Entrevistas em Profundidade. Os GFOs e as entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas agrupadas em quatro temas: quebra-gelo; definição de violência; Covid-19; trans e travestilidade. As perguntas foram conduzidas conforme as respostas das pessoas entrevistadas, e temas fora do escopo do roteiro eram explorados e utilizados para aprimorar o roteiro de entrevista. A condução dos GFOs foi realizada pela pesquisadora principal e uma colega doutoranda do grupo de pesquisa, enquanto as entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora principal. A duração dos GFOs foi de aproximadamente uma hora e trinta minutos, enquanto as entrevistas variaram de 23 a 54 minutos.

O quadro 1 apresenta uma descrição geral das pessoas participantes da pesquisa. O tamanho da amostragem foi determinado pelo “poder de informação” apresentado no conteúdo

trazido pelos interlocutores. Martinez-Salgado¹² aponta que a estratégia de saturação de dados em muitas pesquisas qualitativas sugere erroneamente que, em algum momento do campo, os dados não serão mais aproveitáveis. A autora sugere que a amostragem seja selecionada com base na riqueza de informações obtidas, e que o número de participantes seja determinado quando houver material rico o suficiente para aprofundar a pesquisa do tema¹². Durante as entrevistas e os GFOs, a pesquisadora principal realizou uma análise prévia dos conteúdos apresentados, orientando a avaliação da riqueza do material em cada conversa.

A análise dos dados foi conduzida utilizando a abordagem fenomenológica-hermenêutica. As transcrições completas dos dados foram analisadas para a interpretação do conteúdo. A fenomenologia-hermenêutica é um método que envolve um processo interpretativo no qual o pesquisador atribui significado às experiências vividas pelos participantes¹³.

Para este artigo, reconhecemos a importância da epidemiologia crítica na abordagem da violência direcionada à população trans. Isso se justifica pela necessidade de romper com a epidemiologia clássica linear, que carrega noções positivistas ao abordar o fenômeno observado¹⁴. O paradigma positivista e estatístico não possibilita a explicação das relações entre o sistema social, o modo de vida e a saúde¹⁴. Essa limitação é evidente nos estudos sobre a população trans, que muitas vezes se restringem, juntamente com as demais letras da sigla LGBTQIA+, a pesquisas sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis.

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovado sob CAAE: 49713521.1.0000.0121. Para participação na pesquisa foi solicitado assinatura online de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e para a apresentação dos dados foi utilizado codinomes para preservação da identidade dos participantes.

RESULTADOS

A violência relatada pelas pessoas participantes é um fenômeno complexo que envolve não apenas atos intencionais, como agressões que resultam nas mortes registradas e documentadas pelo movimento social. Ricardo (homem trans, 22 anos) menciona “que têm formas de violência que certas pessoas não percebem que elas estão cometendo essa violência”. Regina (travesti, 22 anos) explica: “E aí que tá muitas vezes não só questões culturais, religiosas, mas morais, mas todo o convívio a cultura da pessoa, a sociedade que ela nasceu que ela integra que induzem ela muitas vezes a ter certos pensamentos a ter certas condutas ter uma certa visão já enviesada a certas temáticas”.

A violência é experienciada pelas pessoas transvestigeneres para além da intencionalidade em atos físicos. Isabela (mulher trans, 35 anos) aponta que “a rejeição também é um ato de violência, são várias formas de se expressar a violência tanto a violência psicológica, ela mata”. Rute (mulher trans, 27 anos) destaca que essa rejeição se manifesta na recusa de oportunidades de emprego, mesmo quando a pessoa possui um bom nível educacional, e também nos relacionamentos amorosos, quando ouve de um parceiro: “ah achei que tu era uma mulher”.

A rejeição enquanto violência também é percebida nos olhares direcionados aos corpos trans por Isabela: “A violência para mim ela abrange diversas áreas da vida né, não só a questão física, mas até um olhar violento para mim me atinge como violência sim, eu falo isso na posição de pessoa. de uma pessoa que consegue identificar um olhar porque eu cresci a vida inteira identificando olhares sobre o meu corpo sobre a minha existência, sabe.”

As falas apontam para a complexidade da violência direcionada à população transvestigeneres, que tem um impacto significativo na forma como essas pessoas percebem sua própria identidade. Diego (homem trans, 22 anos) destaca a importância da identidade subjetiva: “No começo foi muito difícil. Porque como eu disse, eu cresci em igreja, tipo até sei lá quando eu tinha uns 12 anos eu achava que eu tinha um demônio, alguma coisa assim, por causa das coisas que era falado na igreja. Daí foi bem complicado no começo porque eu achava que eu tava em pecado não sei quê, aí foi bem complicado de eu me aceitar.”

Benê (não-binário, 22 anos) aponta para a questão da identidade corporal: “será que eu realmente quero fazer meu tratamento hormonal por mim ou será que eu quero que as pessoas parem de errar meu pronome na rua?”. Essa influência se reflete tanto na forma como a pessoa enxerga seu próprio corpo quanto na construção de sua identidade, como mencionado anteriormente. Portanto, a violência, inicialmente percebida de maneira sutil, pode desencadear questões referentes à saúde mental, como ideações suicidas, conforme observado por Isabela: “[...] dessa questão [violenta] contínua do dia a dia. É por isso que existe ao alto índice né, de suicídio na população trans né. Não é todo mundo que consegue dar essa volta por cima que consegue se recuperar sabe. Eu me sinto superprivilegiada hoje de ser eu, sabe? Por mais que eu tenha passado tudo que eu passei eu consegui sorrir, entendeu? eu vejo muitas pessoas próximas a mim que até hoje não conseguiram. E hoje não existem mais. Entendeu? Porque não suportaram essa dor. E é uma questão extremamente social. Pode parecer que não, mas é. É uma responsabilidade pública. Não é uma responsabilidade só da família daquela pessoa ou só do colégio, é um contexto que generaliza na sociedade”.

Adalberto (homem trans, 25 anos), ao se referir à recorrência da violência discursiva, que pode se manifestar tanto em palavras quanto nos olhares, destaca que ela desencadeia um processo de isolamento social para as pessoas trans: “a gente acaba sofrendo tanto transfobias, erro de pronome, erro de nome, essas coisas que são difíceis assim. Porque é tão repetitivo que você acaba se isolando, sabe”. O isolamento social, nesse contexto, é visto como uma forma de proteção contra as transfobias recorrentes. Quando questionado em relação aos recursos para lidar com a saúde mental Ricardo discorre: “Ah eu acho que é com muito apoio mesmo da família, dos amigos seja de alguém que a pessoa tem que seja importante na vida dela. Acho que é muito amor também. Porque é tanto ódio, entendeu? Que eu acho que não tem, a gente não viver. A gente precisa de apoio. A gente precisa de amor entendeu? E a sociedade já afasta gente. ela tira a gente dos lugares, entendeu? Então se a gente não tem essa rede de apoio, seja de familiar, amigo. a gente não acaba não conseguindo viver direito... sabe muita gente acaba desistindo também da vida, entendeu?”

As pessoas interlocutoras apontam a rede de apoio familiar, social como fundamental para que a violência seja enfrentada. Muitos destacam que a informação é crucial para reduzir as transfobias. “Na maioria das vezes é falta de informação mesmo. Muitas pessoas que a gente faz uma palestra tem um diálogo né, tem uma conversa. Muitas vezes essa violência que a pessoa cometia que era não intencional, a partir do momento que a pessoa tem esse estalo, de quê ‘Ah isso aqui que eu estou cometendo uma transfobia é um tipo de violência’, a partir daí a pessoa já começa né, então já que tem nome eu vou parar né, dependendo da pessoa né”. (Ailton).

Além disso, a importância das telenovelas foi citada por mais de uma pessoa participante, que mencionou a influência que elas têm na apresentação e explicação do tema para a sociedade. A novela "Força do Querer" da TV Globo contribuiu para que pessoas que faziam parte do dia a dia de um dos interlocutores entendessem a sua identidade de gênero. Personalidades públicas como Rogéria e Roberta Close causaram o mesmo efeito e foram citadas por mulheres trans que transicionaram nas décadas de 1980 e 1990.

No que se refere às questões dos serviços de saúde, as pessoas interlocutoras mencionaram a importância das políticas públicas que asseguram o uso de hormônios e cirurgias de redesignação sexual. Isso porque a aplicação de silicone industrial pode causar danos à saúde ou deformações no corpo a longo prazo. Além disso a autoadministração de hormônios foi relatada como um problema, levando uma das interlocutoras a ser internada devido à falta de informação e orientação sobre seu próprio corpo.

Mesmo considerando os avanços dos ambulatórios trans, os participantes relatam dificuldades de acesso, seja devido às longas filas de espera, seja pela inexistência desses serviços em suas cidades. Além disso, há relatos de ambulatórios que oferecem acompanhamento médico endocrinológico, mas não dispõem dos medicamentos necessários. Os relatos destacam as dificuldades nos serviços de saúde, incluindo a falta frequente de uso do nome e pronome corretos da pessoa. Além disso, um interlocutor mencionou dificuldade de acesso à saúde de forma integral no SUS: “Quando eu fui fazer a carteirinha do SUS eu tive muito problema. A pessoa não sabia como colocar o nome social, eles não têm formação, preparação as vezes para lidar e marcar ginecologista. Se você já tem a documentação retificada as pessoas não conseguem te reconhecer. São pessoas transmasculinas que precisam ter o acesso ao ginecologista. Eles não conseguem entender isso. Então eu sou uma pessoa retificável, eu não sou passável, eu sou passado para neuro, mas não sou passado para um ginecologista.” (Vagner)

Constatou-se uma dificuldade por parte dos serviços de saúde em reconhecer a pessoa transvestigenera em sua integralidade, sendo isso recorrente. É comum a presunção de que essas pessoas precisam de um atendimento de saúde mental e não de outros tipos de cuidados. “[...] eu sou um usuário da Saúde Mental. E aí jogam para a emergência psiquiátrica e tudo que é relativo ao meu corpo vai para o endócrino, quando eu vou para o clínico geral dificilmente, por exemplo ele consegue fazer um acompanhamento que fale sobre mim, sabe. É sempre muito o endócrino porque parece que a partir do momento que você começa um tratamento hormonal você deixa de ser um indivíduo plural, você é só uma pessoa ali que está fazendo um tratamento” (Hugo)

Eugênia aponta que a dificuldade dos profissionais de saúde em reconhecer a população transvestigenera em sua integralidade é devida a uma falha na formação desses profissionais: “o nosso SUS, infelizmente não foi pensado realmente para pensar esse corpo vulnerável dentro desse processo né. a gente ainda vê muita dificuldade no processo de saúde, principalmente no acesso”.

Ricardo, da mesma forma, aponta que “tinha que preparar os profissionais para isso também. Porque se a saúde é pública ela é para todo mundo, o acesso tem que ser para tudo mundo, entendeu?”. Percebe-se assim, que os profissionais de saúde contribuem para a violência e exclusão dessas pessoas na sociedade, favorecendo o desencadeamento de consequências mais graves para a saúde mental.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo apontam para a complexidade da definição da violência, ultrapassando a definição trazida pela Organização Mundial da Saúde (OMS): “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação^{15(p.5)}”.

A OMS compreende a violência como decorrente de um ato intencional, porém os resultados desta pesquisa indicam que as violências não intencionais e cotidianas afetam significativamente as pessoas transvestigeneres, limitando seu acesso à saúde. Portanto, as pessoas interlocutoras contribuem com a reflexão sobre as limitações desse conceito de violência. Os dados apresentados indicam que a violência se configura pelo apagamento da subjetividade que o outro impõe à vítima, ou seja, quando não há legitimação das particularidades do sujeito. Isso pode ocorrer em relação a traços físicos corporais, na ausência de reconhecimento da identidade autodeclarada pela pessoa, ou, em casos mais extremos, resultar em agressões ou até mesmo no extermínio de um corpo compreendido como não-inteligível, conforme definido por Judith Butler^{16,17}.

A complexidade das identidades transvestigeneres decorre de sua inserção no dispositivo da sexualidade¹⁸, sendo tratadas como identidades abjetas. Butler¹⁶ define o abjeto como aquilo que é excluído durante o processo constitutivo da subjetividade, criando zonas inabitáveis e identidades que não alcançam o estatuto de sujeito. Entendemos que o discurso social que cria e perpetua identidades abjetas, quando legitimadas e nomeadas pelo Estado, transcende a abjeção, configurando-se como transfobia, assim como no racismo¹⁹. No que diz respeito às identidades transvestigeneres, a legitimação da abjeção ocorre quando esses corpos não são contemplados nos dados estatísticos oficiais e não são reconhecidos pelos sistemas de informação do Estado. Isso se reflete, por exemplo, nos prontuários médicos que não permitem que pessoas transvestigeneres realizem exames de rastreamento, como a mamografia ou o exame de próstata.

A partir disso, o princípio da integralidade do SUS é fundamental para enfrentamento da violência direcionada à população transvestigeneres. A integralidade remete a práticas integrais de saúde associada ao conceito ampliado de saúde. Nele a saúde é percebida enquanto um processo de saúde/doença e não como uma dicotomia na ausência de doença como preconizado no saber biomédico²⁰.

Os resultados apontam que o saber biomédico norteia os serviços de saúde, afetando as pessoas transvestigeneres uma vez que são consideradas como pessoas portadoras de transtorno mental ou ainda, tomadoras de hormônios. Quando essas pessoas possuem sua

documentação retificada, a binaridade se apresenta e noção de continuidade apresentada por Butler¹⁷ se confirma. Uma vez registrada no sistema como um sexo masculino ou feminino será necessário que essa pessoa apresente atributos físicos compreendidos socialmente como feminino e masculino. Essa percepção é evidenciada na pesquisa conduzida na cidade de São Paulo na qual os profissionais de saúde apontam para a inadaptabilidade do sistema de informação da APS para as pessoas trans, que impossibilita o agendamento de exame Papanicolau para homens trans e exame de próstata para as mulheres trans⁸. Assim esses corpos são ininteligíveis quando adentram no sistema de saúde.

Os dados desta pesquisa evidenciam lacunas na APS para a efetivação do direito à saúde das pessoas transvestigeneres, em relação ao princípio da integralidade e às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)²¹, conforme apresentado na Tabela 1. A tabela apresenta uma categorização das falas das pessoas participantes da pesquisa em relação aos princípios e diretrizes da PNAB. Destacamos para a responsabilização pode ser abordada pelos profissionais de saúde em conjunto com a comunidade, de forma ativa, em colaboração com instituições que compõem a rede, como centros comunitários, escolas e centros religiosos.

Nesse contexto, é crucial observar quais corpos estão abrangidos pela aplicação prática das políticas públicas de saúde bem como a formação dos profissionais de saúde para atendimento e acolhimento dessa população. Estudos sobre as diretrizes curriculares em cursos da área da saúde apontam para uma lacuna na abordagem crítica sobre identidades de gênero e a temática da sexualidade^{22,23}. Pesquisas⁹ indicam que os serviços de saúde têm sido uma grande fonte de acolhimento para essa população, mas é necessário implementar projetos de capacitação entre os profissionais de saúde. Assim, cabe ao Estado, e ao Ministério da Saúde determinar a capacitação dos seus profissionais, suprimindo as deficiências provenientes dessa lacuna em suas formações, especialmente no âmbito da Saúde Coletiva.

Aliado a isso, destacamos o eMulti²⁴ como uma política pública que está em consonância com a proposta desse estudo, ao responsabilizar a comunidade para aprimorar a resolubilidade de agravos de saúde, como é o caso da violência direcionada à população transvestigeneres e LGBTQIA+. Portanto, é possível explorar a potencialidade da APS no enfrentamento à violência contra pessoas transvestigeneres, considerando sua capilaridade no país e os seus princípios de atuação, como a integralidade e suas diretrizes como cuidado centrado na pessoa; participação social; coordenação do cuidado; população adscrita e ordenação da rede.

Da mesma forma, a APS também teria o potencial de fazer a distribuição hormonal e acompanhamento no território onde essas pessoas vivem, sem a necessidade de se deslocarem para os ambulatorios especializados disponíveis apenas nos grandes centros e com filas gigantescas. A integralidade no cuidado aliada ao trabalho em rede configuram a APS como um aliado potencial na realização de um trabalho transversal com a população, conscientizando e enfrentando a violência que as pessoas transvestigeneres enfrentam na sociedade. Uma atuação mais ativa e direcionada para a população transvestigeneres no âmbito da APS é crucial, abandonando as lógicas dicotômicas biomédicas para que as identidades trans possam existir fora do abjeto.

REFERÊNCIAS

1. Oliveira da Silva FG. Perspectivas de um campo de pesquisa travesti-transsexual-transgênero ou transvestigeneres. *Koan: Revista de Educação e Complexidade*. 2022;(10):95-110.
2. Transgender Europe (TGEU). Trans Murder Monitoring. [Internet]. Berlim: TGEU; 2024 [citado 2024 22 fev]. Disponível em: <https://transrespect.org/en/research/tmm/>
3. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Assassinatos: pesquisas anuais. [Internet]. 2024. [citado 2024 22 fev]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>
4. Sierra JC. Que quer o queer? Sobre o contexto de emergência e suas contribuições pós-identitários. In: Fonseca ACM, Galantin DV, Ribas TF, organizadores. *Políticas Não Identitárias*. São Paulo: Intermeios; 2017. p. 137-160.
5. Trevisan JS. *Devassos No Paraíso: A Homossexualidade No Brasil, Da Colônia à Atualidade*. 4a rev.atu. Rio de Janeiro: Objetiva; 2018.
6. Benevides BG. Dossiê: Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras Em 2023 [Internet]. Brasília DF: Distrito Drag. 2024 [citado 2024 20 fev]. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>
7. Pimenta Junior FG. Violência: prevenção e controle no Brasil. *Epidemiol. Serv. Saude*. 2007;16(1):5-6. DOI:10.5123/S1679-49742007000100001
8. Miskolci R, Signorelli MC, Canavese D, Teixeira FB, Polidoro M, Moretti-Pires RO, *et al*. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. *Cien Saude Colet*. 2022;27(10):3815-3824. DOI:10.1590/1413-812320222710.06602022
9. Pinto IV, Andrade SSA, Rodrigues LL, Santos MAS, Marinho MMA, Benício LA *et al*. Profile of notification of violence against lesbiangay, bisexual, transvestite and transsexual people recorded in the national information system on notifiable diseases, Brazil,

2015 a 2017. *Rev. bras. epidemiol.* 2020;23(E200006.SUPL.1):1-13. DOI: 10.1590/1980-549720200006.supl.1

10. Transgender Europe (TGEU). Trans Murder Monitoring Update: Trans Day of Remembrance 2023. [Internet]. Berlim: TGEU; 2023. [citado 2024 10 fev]. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2023/11/TvT_TMM_TDoR2023_Table.pdf

11. Fielding N, Raymond ML, Blank G, editores. *The Sage Handbook of Online Research Methods*. 2 ed. United Kingdom; 2017. 655 p.

12. Martínez-Salgado C. Amostra e transferibilidade: como escolher os participantes em pesquisas qualitativas em saúde? In: Bosi MLM, Gastaldo D, editoras. *Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis: Vozes; 2021. p. 170-201.

13. Creswell JW. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3 ed. Rosa SM, tradutora. Silva D, tradutor técnico. Porto Alegre: Penso; 2014. 341 p.

14. Breilh J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública. *Rev. Fac. Nac. Salud Pública*. 2013;31(1):13-27.

15. Organização Mundial da Saúde (OMS). *Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde*. [Internet]. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editores. Genebra: OMS. 2002. [citado 2024 26 fev]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>

16. Butler J. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo edições. 2019.

17. Butler J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.

18. Matta GC. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: Matta GC, Pontes ALM. *Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde*. 2007. p. 61-80.

19. Foucault M. *A História Da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.

20. Koltai C. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. *Ide (São Paulo)*. 2008;(47):66-69.

21. Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). [Internet]. Brasília: Diário Oficial da União. 2017;(183):68. [citado 2024 25 fev]. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=68&data=22/09/2017>

22. Medeiros ES, Oliveira Junior JB, Leiria M, Moretti-Pires RO, Mello MMC. A formação de estudantes de Medicina para o cuidado destinado à saúde de pessoas LGBTI+. *Rev Bras Educ Med*. 2023;47(3). DOI:10.1590/1981-5271v47.3-2022-0218

23. Popadiuk GS, Oliveira DC, Signorelli MC. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no sistema Único de saúde (SUS): Avanços e desafios. *Ciênc. Saúde Colet*. 2017;22(5):1509-1520. DOI:10.1590/1413-81232017225.32782016

24. Ministério da Saúde (BR). Portaria GM/MS n. 635, de 22 de maio de 2023. Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2023. [citado 2024 25 fev]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799>

TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Quadro 1. Características das pessoas participantes da pesquisa, tipo de ferramenta utilizada para captura dos dados e tempo de duração das entrevistas e grupos focais

Tipo de pesquisa	Duração	Codinome	Identidade de gênero	Orientação sexual	Idade	Estado de residência	Renda familiar mensal	Raça/etnia
Entrevista	23'44"	Diego	Homem Trans	Pansexual	22	São Paulo	De 4 a 6 sal. mínimo	Branca
Entrevista	31'44"	Eugênia	Travesti	Heterossexual	30	Pernambuco	De 1 a 2 sal. mínimo	Preta
Entrevista	31'49"	Regina	Travesti	Homossexual	22	Rio Grande do Sul	De 1 a 2 sal. mínimo	Branca
Entrevista	39'33"	Carlos	Homem Trans	Heterossexual	41	Espírito Santo	De 4 a 6 sal. mínimo	Branca
Entrevista	47'06"	Ailton	Não-Binária	Pansexual	30	Espírito Santo	Até 1 sal. mínimo	Preta
Entrevista	50'14"	Ricardo	Homem Trans	Heterossexual	22	Espírito Santo	De 2 a 4 sal. mínimo	Branca
Entrevista	52'16"	Benê	Não-Binária	Pansexual	21	Rio de Janeiro	De 1 a 2 sal. mínimo	Preta
Entrevista	54'15"	Vagner	Homem Trans	Bissexual	31	Espírito Santo	De 1 a 2 sal. mínimo	Branca
GFO ^a -01	11'13"	Osório	Homem Trans	Heterossexual	25	Rio de Janeiro	Até 1 sal. mínimo	Branca
GFO-01	18'00"	Raíssa	Mulher Trans	Heterossexual	49	Rio de Janeiro	Até 1 sal. mínimo	Branca
GFO-01	90'19"	Rute	Mulher Trans	Heterossexual	27	Santa Catarina	De 1 a 2 sal. mínimo	Preta
GFO-01	90'19"	Iolanda	Mulher Trans	Heterossexual	39	Distrito Federal	De 2 a 4 sal. mínimo	Preta
GFO-01	90'19"	Altair	Não-Binária	Bissexual	26	Rio de Janeiro	Até 1 sal. mínimo	Parda
GFO-02	100'55"	Luana	Mulher Trans	Heterossexual	35	Rio de Janeiro	Até 1 sal. mínimo	Preta
GFO-02	100'55"	Adalberto	Homem Trans	Pansexual	25	Ceará	Até 1 sal. mínimo	Preta
GFO-02	100'55"	Isabela	Mulher Trans	Pansexual	35	Rio de Janeiro	De 4 a 6 sal. mínimo	Preta

a: Grupo Focal Online

Fonte: os autores

Tabela 1. Categorias dos resultados apresentados em relação as implicações destes na Atenção Primária à Saúde e articulação com a PNAB

Categorias	Implicações na Atenção Primária à Saúde	Articulação com a PNAB
Discurso religioso e moral	Profissionais de saúde produtores de violência no atendimento às pessoas transvestigêneres	Garantir os princípios da PNAB: Universalidade, Integralidade e Equidade
Conscientização popular	Promoção de debates na comunidade acerca das diferentes identidades de gênero para contribuir na mudança do discurso transfóbico	Trabalhar com a comunidade fomentando a corresponsabilização da mesma para o enfrentamento da violência direcionada a população transvestigêneres de acordo com a diretriz da PNAB de participação da comunidade
Rejeição (olhares violentos, erro de nome e pronome)	Isolamento social das pessoas transvestigêneres contribuindo para ideações suicidas requerendo da APS necessidade do manejo clínico na saúde mental e suicídio	Garantir o princípio da integralidade considerando a diretriz de cuidado centrado na pessoa
Identidade corporal	Hormonização e procedimento estéticos	As diretrizes coordenação do cuidado e ordenação da rede garantem o acesso a medicamento para hormonização e tecnologia para mudanças estéticas corporais
Rede de apoio	Necessidade de fortalecimento da rede de apoio das pessoas transvestigêneres para melhoria da saúde mental e enfrentamento da violência	As diretrizes coordenação do cuidado, participação da comunidade, população adscrita norteiam o estabelecimento de rede de apoio às pessoas transvestigêneres, diretamente ou indiretamente
Acesso a saúde integral (exames periódicos de rastreamento)	Efetivação da integralidade no cuidado	A diretriz resolutividade deve ser considerada desde o reconhecimento no sistema de informação das particularidades das pessoas transvestigêneres ao cuidado integral considerando as particularidades dos sujeitos, previsto também na diretriz cuidado centrado na pessoa.

APÊNDICE C – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS

1. Quebra-Gelo

1.1. Vocês já participaram de um grupo focal anteriormente?

2. Violência

2.1 O que para vocês, é violência?

2.2 Como vocês percebem a violência direcionada para a população trans e travesti?

2.3 Vocês percebem diferença em como pessoas trans e travestis sofrem violência dependendo de fatores como raça/classe social e passabilidade?

2.4 Vocês percebem que existem redes de apoio para o enfrentamento da violência? Se sim estão vinculadas a iniciativas governamentais?

3. Covid-19

3.2 Vocês percebem que a Covid-19 impactou a vida de pessoas trans e travestis?

4. Trans e Travestilidade

4.1. Vocês percebem que houve uma diferença em como a travestilidade é vivida nos anos 2000, para os anos 1990 e 1980?

4.2. Vocês percebem diferenças entre travestilidade, transexualidade e transgeneridade?

APÊNDICE D – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Temas a serem explorados:

1. Violência

1.1. Conceito

1.2. Experiência

2. Covid-19

2.1. Impacto na vida material

2.2. Impacto na saúde mental

3. Trans e Travestilidade

3.1. Conceito

3.2. Vivência

PERGUNTAS NORTEADORAS

1. Quebra Gelo

1.1. Você já participou de alguma pesquisa acadêmica?

2. Violência

2.1. Se alguém te pedisse para explicar o que é violência, o que você diria?

2.2. Você considera que as pessoas trans/travestis alvos de violência?

2.3. Você conhece pessoas trans/travestis que ficaram inválidas após uma situação de violência?

2.4. Você percebe diferença na forma de violência direcionada para pessoas trans em diferentes épocas da vida?

2.4.1. E a Covid-19, você percebe se ela contribui para a violência contra as pessoas trans/travestis?

2.5. Você sabe como outras pessoas trans/travestis se protegem contra a violência?

3. Covid-19

3.1. Como está sendo, para você, a pandemia da Covid-19?

3.2. Você considera que a pandemia da Covid-19 mudou a sua vida? Como?

3.3. Você acredita que a Covid-19 afetou mais as pessoas trans/travestis?

4. Travestilidade

- 4.1. Se alguém pedisse para você definir os termos travesti, transexual e transgênero, como você definiria?
- 4.2. Para você, qual a diferença entre travesti e transexual?
- 4.3. Você se lembra a primeira vez que ouviu falar de travestilidade/transexualidade?
- 4.4. Você acredita que as pessoas trans e travestis são aceitas na sociedade?
- 4.5. Como você percebe a relação entre o espaço público e as pessoas trans/travestis?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTAS)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA (PPGSC)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Informações sobre a pesquisa:

Meu nome é Mônica Machado Cunha e Mello, sou doutoranda no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e realizar uma pesquisa com o objetivo de compreender fatores e contextos que contribuem para a violência direcionada às pessoas transexuais e travestis e como o contexto da pandemia da Covid-19 se articula com essas violências. A pesquisa terá como título: “A VIOLÊNCIA DIRECIONADA AOS CORPOS TRAVESTIS E PANDEMIA DA COVID-19: RELATOS DE EXPERIÊNCIA”.

O estudo é qualitativo, os procedimentos práticos do estudo irão envolver: a realização de grupos focais online, no qual irão participar pessoas que se entendem como trans e/ou travesti e entrevistas em profundidade sobre o tema. Caso você participe de ambos os procedimentos, será necessário que você assine dois termos de consentimento livre e esclarecido serão apresentados e assinados de forma virtual.

Nesse momento te convido para participar de uma entrevista online para conversar sobre a sua percepção da violência direcionada às pessoas trans e travestis. A modalidade da entrevista pode ser síncrona (videochamada ou chamada de áudio) ou assíncrona (através de aplicativo de mensagem simultânea). A entrevista é uma conversa em que a pesquisadora realiza algumas perguntas para entender a sua percepção sobre o tema em estudo. Não há respostas certas e erradas, e cabe a entrevistada responder somente aquelas perguntas que se sentir confortável. A modalidade de entrevista será de acordo com a disponibilidade de entrevistada. A plataforma virtual escolhida para a entrevista terá criptografia de ponta a ponta e poderá ser acessada tanto por um computador quanto por um celular. Solicito permissão para gravar a conversa, caso se trate de videochamada ou chamada de áudio para posterior transcrição, bem como solicito autorização para salvar as mensagens trocadas no caso de entrevistas realizadas de forma assíncrona. Reitero que este material ficará em posse somente da pesquisadora.

Riscos: A participação no estudo pode trazer eventuais desconfortos e constrangimentos bem como os procedimentos utilizados podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis nos participantes. Caso algum desses eventos ocorra, a participante poderá se retirar do grupo focal sem prévias justificativas uma vez que a participação se dará de forma voluntária. Caso a pesquisadora que irá conduzir os grupos focais perceba algum dos eventos acima citado, essa também poderá interromper o grupo focal em

andamento. Ressaltamos que a pesquisadora, orientador e coorientador serão os únicos a ter acesso às informações das entrevistas e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, todavia sempre existe a possibilidade, mesmo que remota, da quebra do sigilo involuntário e/ou não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Como a pesquisa se dará de forma online, todos os participantes serão instruídos a não gravarem nem compartilharem qualquer informação proveniente do grupo focal. O ambiente online tem como traz consigo a limitação das tecnologias utilizadas para tal atividade, reiteramos, portanto, que há limitações que nos permita assegurar total confidencialidade do conteúdo, uma vez que violações fora do controle dos pesquisadores podem acontecer tanto pelos participantes quanto pelas empresas que oferecem as plataformas para realização do grupo focal. Para evitar tais violações, no início do grupo focal será reafirmado a não permissão de gravação da conversa, bem a plataforma selecionada será criptografada de ponta a ponta. As datas dos grupos focais online serão acordadas previamente com os participantes.

Benefícios: A sua participação será uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema proposto além promover o encontro de pessoas que se interessam pelo tema e contribuindo para o fortalecimento da rede de apoio entre a população trans/travesti. Os registros ficarão sob posse dos pesquisadores, os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e serão divulgados em forma de tese, artigos científicos em revistas especializadas e resumos em eventos científicos. A pesquisadora responsável pela condução dos grupos focais fornecerá seu número de telefone pessoal, com whatsapp, como forma de estar à disposição para a participante durante todo o estudo, bem como após seu término.

Informamos que a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, em caso de despesas com transporte e/ou alimentação, decorrentes da participação da pesquisa, você será ressarcido integralmente pelos pesquisadores. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada.

Ressalto ainda que a sua participação não é obrigatória e que, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo quanto a sua relação com o pesquisador e caso optar pela desistência um e-mail formalizando a comunicação será enviado para você garantindo a anuência do pesquisador. Caso haja dúvidas a respeito do estudo, o pesquisador estará à disposição para esclarecê-las.

Em caso de necessidade, a qualquer momento que julgar necessário, você poderá contatar o coordenador da pesquisa, Prof^o. Rodrigo Otávio Moretti Pires, através do telefone de número +55 (048) 3721-4869, pelo e-mail: rodrigo.moretti@ufsc.br ou ainda presencialmente na Sala 130 do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina, no Centro de Ciências da Saúde localizado na Rua Delfino Conti, Bairro Trindade, Florianópolis, Santa Catarina. Poderá também contatar ou dirigir-se ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC) no Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400, ou pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br, ou ainda pelo número: + 55 (48) 3721-6094.

A pesquisadora principal, que assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a legislação nacional através da Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa, assim

como preconiza a legislação internacional através da Declaração de Helsinque e o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Uma cópia desse documento será enviada para seu e-mail.

A presente pesquisa é autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e localizada no Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Termo de Anuência

Declaro que fui esclarecido (a) sobre a pesquisa “A violência direcionada aos corpos trans e travestis: Covid-19 e políticas públicas de Saúde” e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade e concordo em participar desta pesquisa.

Dados do participante:

Nome:

CPF:

Data da assinatura digital:

Dados da pesquisadora principal

Mônica Machado Cunha e Mello

CPF: 319.349.508-58

Telefone: (48) 99934-1591

Email: monicamcmello@gmail.com

Assinatura da pesquisadora principal

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (GRUPO FOCAL ONLINE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA (PPGSC)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Informações sobre a pesquisa:

Meu nome é Mônica Machado Cunha e Mello, sou doutoranda no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e realizar uma pesquisa com o objetivo de compreender fatores e contextos que contribuem para a violência direcionada às pessoas transexuais e travestis e como o contexto da pandemia da Covid-19 se articula com essas violências. A pesquisa terá como título: “A VIOLÊNCIA DIRECIONADA AOS CORPOS TRAVESTIS E PANDEMIA DA COVID-19: RELATOS DE EXPERIÊNCIA”.

O estudo é qualitativo, os procedimentos práticos do estudo irão envolver: a realização de grupos focais online, no qual irão participar pessoas que se entendem como trans e/ou travesti e entrevistas em profundidade sobre o tema. Caso você participe de ambos procedimentos, será necessário que você assine dois termos de consentimento livre e esclarecido serão apresentados e assinados de forma virtual.

Nesse momento te convido para participar de um grupo focal online em que outras pessoas, pessoas trans e/ou travestis serão convidadas. O grupo focal online é um debate aberto e acessível a todos e mediado por uma plataforma virtual com criptografia de ponta a ponta, que poderá ser acessada tanto pelo computador quanto pelo celular. Solicito permissão para gravar esse grupo para posterior transcrição, material esse que ficará em posse somente dos pesquisadores.

Riscos: A participação no estudo pode trazer eventuais desconfortos e constrangimentos bem como os procedimentos utilizados podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis nos participantes. Caso algum desses eventos ocorra, a participante poderá se retirar do grupo focal sem prévias justificativas uma vez que a participação se dará de forma voluntária. Caso a pesquisadora que irá conduzir os grupos focais perceba algum dos eventos acima citado, essa também poderá interromper o grupo focal em andamento. Ressaltamos que a pesquisadora, orientador e coorientador serão os únicos a ter acesso às informações das entrevistas e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, todavia sempre existe a possibilidade, mesmo que remota, da quebra do sigilo involuntário e/ou não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Como a pesquisa se dará de forma online, todos os participantes serão instruídos a não gravarem nem compartilharem qualquer informação proveniente do grupo focal. O ambiente online tem como traz consigo a limitação das tecnologias utilizadas para tal atividade reiteramos, portanto, que

há limitações que nos permita assegurar total confidencialidade do conteúdo, uma vez que violações fora do controle dos pesquisadores podem acontecer tanto pelos participantes quanto pelas empresas que oferecem as plataformas para realização do grupo focal. Para evitar tais violações, no início do grupo focal será reafirmado a não permissão de gravação da conversa, bem a plataforma selecionada será criptografada de ponta a ponta. As datas dos grupos focais online serão acordadas previamente com os participantes.

Benefícios: A sua participação será uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema proposto além promover o encontro de pessoas que se interessam pelo tema e contribuindo para o fortalecimento da rede de apoio entre a população trans/travesti. Os registros ficarão sob posse dos pesquisadores, os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e serão divulgados em forma de tese, artigos científicos em revistas especializadas e resumos em eventos científicos. A pesquisadora responsável pela condução dos grupos focais fornecerá seu número de telefone pessoal, com whatsapp, como forma de estar à disposição para a participante durante todo o estudo, bem como após seu término.

Informamos que a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, em caso de despesas com transporte e/ou alimentação, decorrentes da participação da pesquisa, você será ressarcido integralmente pelos pesquisadores. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada.

Ressalto ainda que a sua participação não é obrigatória e que, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo quanto a sua relação com o pesquisador, e caso optar pela desistência um e-mail formalizando a comunicação será enviado para você garantindo a anuência do pesquisador. Caso haja dúvidas a respeito do estudo, o pesquisador estará à disposição para esclarecê-las.

Em caso de necessidade, a qualquer momento que julgar necessário, você poderá contatar o coordenador da pesquisa, Profº. Rodrigo Otávio Moretti Pires, através do telefone de número +55 (048) 3721-4869, pelo e-mail: rodrigo.moretti@ufsc.br ou ainda presencialmente na Sala 130 do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina, no Centro de Ciências da Saúde localizado na Rua Delfino Conti, Bairro Trindade, Florianópolis, Santa Catarina. Poderá também contatar ou dirigir-se ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC) no Prédio ReitoriaII, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400, ou pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br, ou ainda pelo número: + 55 (48) 3721-6094.

O pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a legislação nacional através da Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa, assim como preconiza a legislação internacional através da Declaração de Helsinque e o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Uma cópia desse documento será enviada para seu e-mail.

A presente pesquisa é autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e localizada no Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SCCEP 88.040-400, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Termo de Anuência

Declaro que fui esclarecido (a) sobre a pesquisa “A violência direcionada aos corpos trans e travestis: Covid-19 e políticas públicas de Saúde” e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade e concordo em participar desta pesquisa.

Dados do participante:

Nome:

CPF:

Data da assinatura digital:

Dados da pesquisadora principal

Mônica Machado Cunha e Mello

CPF: 319.349.508-58

Telefone: (48) 99934-1591

Email: monicamcmello@gmail.com

Assinatura da pesquisadora principal